



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

FLÁVIA PINGARILHO RODRIGUES

“O DESVIO NO OLHAR”: O FENÔMENO DA INVISIBILIDADE SOCIAL DAS
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESPAÇO URBANO DE BELÉM.

BELÉM - PA
2022

FLÁVIA PINGARILHO RODRIGUES

**“O DESVIO NO OLHAR”: O FENÔMENO DA INVISIBILIDADE SOCIAL DAS
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESPAÇO URBANO DE BELÉM.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, como requisito final para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Guimarães Ribeiro

Linha de pesquisa: Ações Pública e Coletiva, Território e Ambiente.

BELÉM - PA
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

R696d Rodrigues, Flávia Pingarilho.
O Desvio no olhar : O fenômeno da invisibilidade social
das pessoas em situação de rua no espaço urbano de Belém
/ Flávia Pingarilho Rodrigues. — 2022.
136 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Tânia Guimarães Ribeiro
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2022.

1. Invisibilidade Social. 2. Pessoas em situação de
rua. 3. Violência simbólica. 4. Belém. 5. Amazônia. I.
Título.

CDD 301

FLÁVIA PINGARILHO RODRIGUES

“O DESVIO NO OLHAR”: O FENÔMENO DA INVISIBILIDADE SOCIAL DAS
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESPAÇO URBANO DE BELÉM.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, como requisito final para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Data de Aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Tânia Guimarães Ribeiro (PPGSA/UFPA) – Orientadora

Profa. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos (PPGP/UFPA) – Examinadora
Externa

Profa. Dra. Daniela Ribeiro de Oliveira (PPGSA / UFPA) – Examinadora
Interna

Prof. Dr. Leonardo Ribeiro da Cruz (PPGSA / UFPA) – Examinador Interno
(suplente)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais Nelson e Maria Luiza Rodrigues, pelo incentivo aos estudos e por sempre acreditarem em meu potencial e nunca desistirem de mim, até em momentos que eu mesma desisti. Pela confiança depositada, gratuitamente, quando me dei por vencida em tantas batalhas que me pareciam árduas demais para serem combatidas sozinha. Nunca estive só, no entanto, porque até mesmo à distância, eles sempre estiveram e estão presentes. Se algo aprendi com suas histórias de vida é que desistir nunca é uma opção, pois diversos são os meios de conseguirmos atingir as metas que estabelecemos para nossas vidas, sejam estas expressas em forma de escolhas que nos direcionam à planos ou sonhos.

Ao meu irmão Nelson Rodrigues, a quem não me permitiu cair e permanecer no chão. Obrigada por dizer palavras de conforto nos momentos mais difíceis, principalmente quando ninguém mais estava por perto. Sempre pude e sei que sempre poderia continuar contando contigo. És meu melhor amigo.

Aos meus professores que confiaram em mim para persistir neste desafio juntos e de mãos dadas, não poderiam deixar de citar aqueles que me receberam de braços abertos ao mundo da Sociologia, por ser Assistente Social e ter um conhecimento básico que toda a esfera sociológica pode proporcionar à compressão do ser humano em sociedade, a começar pela minha orientadora Dra. Tânia Guimarães Ribeiro que escolheu meu projeto (que depois virou nosso), e acreditou em mim desde o início, e em diversos momentos em que pensei não ser capaz de ir além do que poderia ir por limitações físicas e emocionais. Obrigada, professora, por sua fé e cumplicidade em todo o percurso deste nosso trabalho. Sem a senhora, eu não teria chegado até aqui.

À minha professora e coordenadora de curso Dra. Edila Arnaud Ferreira Moura, que se mostrou sempre muito receptiva e compreensiva com meu modo gradual de aprendizado, necessitando, pois, de mais leitura e imersão no olhar sociológico do que meus demais colegas que já vieram da graduação de ciências sociais e já estavam familiarizados com determinados termos e teóricos. Obrigada pela paciência e acreditar em minha capacidade de assimilação, ainda que em meu tempo.

À professora Dra. Daniela Ribeiro de Oliveira, a quem tive o prazer e honra

de conhecer durante o período de seu pós-doutorado no Programa de Pós-graduação de Sociologia e Antropologia da UFPA, PPGSA, e que acompanhou a nós, alunos de mestrado de mesmo programa, sempre se mostrando muito solícita e acolhedora para nós, iniciantes em programa de pós-graduação, e a quem eu mais corri atrás para me tirar dúvidas. Obrigada pela paciência e pela dedicação com esta iniciante acadêmica.

À professora Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos, que embora não tenha sido minha professora, por fazer parte de outro programa de pós-graduação, o Programa de Pós-graduação de Psicologia da UFPA, PPGP, aceitou participar de minha banca de qualificação e possui trabalhos a respeito das pessoas em situação de rua, além de dar dicas de leitura sobre a invisibilidade social e como isso está associado às pessoas de rua. Obrigada pelo interesse em fazer parte deste projeto, e da sua contribuição neste projeto.

Não poderia esquecer dos meus colegas, tanto de mestrado quanto de doutorado, com os quais fiz amizades e laços que espero contar para o resto da vida. Obrigada a vocês por me ensinarem tanto sobre sociologia, e por compreenderem que precisava de ajuda constante em muitos momentos.

Ao meu colega e amigo de doutorado de sociologia Jorge, por indicar tantos livros e corrigir meus trabalhos que me pareciam de fato confusos, pois minha escrita descreve bem como o emaranhado de pensamentos dentro do meu cérebro possui conduções próprias.

À Mayara Oliveira, colega e amiga de mestrado de antropologia, por me apresentar o campo em que trabalhou para sua pesquisa (Feira do Ver-O-Peso), bem como alguns dos feirantes que entrevistei e me ajudaram na pesquisa. Obrigada pela ajuda, mana. Sem você, eu não teria ido tão longe em campo.

À Lélia Oliveira, colega e amiga de mestrado de sociologia. Mana, quantas batalhas e estudos naquela biblioteca, hein? Obrigada por não me deixar desistir, quando tudo parecia contrário à esta realização. Só Deus sabe o quanto me ajudastes para chegar até aqui, e o quão árduo e doloroso foi este processo.

À Jennifer Sales, colega e amiga de mestrado em antropologia. Quanto “perrengue” passamos, hein? Quão mais o tempo passava, mais ele parecia não ter fim. Teu apoio e nossa união nos trabalhos e grupos de estudos foi fundamental para que chegássemos tão longe. Obrigada por tanto.

Ao meu corretor Elson Santos que teve a maior paciência do mundo em corrigir esse trabalho super extenso e contraditório em muitos momentos. Obrigada

pelo profissionalismo e me aguentar horas a fio para cada detalhe. Sei o quão difícil é aguentar uma pessoa perfeccionista.

Aos ilustradores João Santos e Gabriela Pereira pelos mapas e pelo lindo trabalho em retratar as pessoas em situação de rua como modo de trazê-las ao olhar de todos. O trabalho e dedicação de vocês, além do talento e empenho não se traduz em palavras, basta olhar e admirar o lindo e detalhado trabalho que fizeram, e perceber o quão bons e profissionais vocês são.

Gostaria de dedicar a mais pessoas, mas infelizmente não cabem em letras ou folhas a quantidade de pessoas que me ajudaram neste percurso. Este trabalho não é meu, mas de todos nós, e o intuito é ajudar a sensibilizar o olhar e amparo às pessoas de rua, nada além disso. Se eu tiver alcançado este objetivo, então meu trabalho aqui foi cumprido. Obrigada a todos pela contribuição. Espero que gostem e possam ver o que vejo todos os dias, quando olho uma pessoa que está nas ruas: ela ainda está lá, e não devemos esquecer dela. Estar nas ruas não é o fim, mas um momento, uma situação.

RESUMO

A invisibilidade social descreve-se como um fenômeno de negação da existência de um indivíduo através de um estigma, um preconceito: ele existe fisicamente, no entanto não existe socialmente. Assim, não sendo visto como parte da sociedade, não pode desta forma ser considerado cidadão, desfrutando, pois, de seus direitos. O objetivo desta pesquisa é investigar, a partir do olhar sociológico (BOURDIEU, 2002; SENNETT, 2004; HONNETH, 2006; SOUZA, 2003), como a invisibilidade social acontece, e de que forma uma pessoa de rua é “apagada” socialmente, ao ponto de não possuir registros que possam garantir seu bem-estar em meio ao espaço público. O local da pesquisa foi a região da Feira do Ver-o-Peso de Belém do Pará, ambiente de intensa comercialização e de turismo, no qual transita uma parcela significativa dessas pessoas em situação de rua. A metodologia utilizada foi qualitativa envolvendo a realização de entrevistas informais e semiestruturadas com as pessoas em situação de rua, feirantes locais e voluntários do Grupo Solidário Sopão Feliz, levantamento de dados quantitativos e bibliografia para conformar o estudo de caso sobre a temática da invisibilidade social na cidade de Belém. A invisibilidade, tanto quanto a visibilidade são ramificações de mesma raiz, visto que a decisão do que é ou não visível socialmente se estabelece dependendo do que a sociedade, chamada aqui como normativa, estabelece em o que é desejável em existir ou não, quando a presença do diferente oferece ameaças a esta sociedade, sejam estas de: simples incômodo visual até a negação ao direito de existir de determinado indivíduo, em espaço urbano público, coagidos portanto, mediante violência simbólica e física.

Palavras-chave: Invisibilidade Social; Pessoas em situação de rua; Violência simbólica; Belém; Amazônia.

ABSTRACT

Social invisibility is described as a phenomenon of denial about the existence of an individual through a stigma, a prejudice: it exists physically, however it does not exist socially. Thus, as it is not being seen as part of society, he cannot be considered a citizen, thus enjoying his rights. The research aims to investigate, from the sociological point of view (BOURDIEU, 2002; SENNETT, 2004; HONNETH, 2006; SOUZA, 2003), how social invisibility happens and how a homeless person is socially “erased” to the point of not having documentation that guarantee their well-being in the midst of public space. The Ver-o-Peso Market region, in Belém do Pará, is the research location. It is an environment of intense commercialization and tourism, in which a significant portion of these homeless people transit. The methodology will be qualitative, involving informal and semi-structured interviews with homeless people, local marketers and volunteers from the Sopão – a charity group; survey of quantitative data and bibliography to analyse the case study on the theme of social invisibility in the city of Belém. Invisibility, as well as visibility, are ramifications of the same root, since the decision of what is or is not socially visible is established depending on what society, called here as normative, establishes in what is desirable to exist or not, when the the presence of the different offers threats to this society, ranging from: simple visual discomfort to the denial of the right to exist of an individual in public urban space, thus coerced through symbolic and physical violence.

Keywords: Social Invisibility; People on the street; Symbolic violence; Belém; Amazonia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da cidade de Belém (PA) com delimitação dos locais com maior concentração de pessoas em situação de rua em 2020.	19
Figura 2 - Mapa da Ilha de Mosqueiro e Icoaraci, distritos de Belém, com delimitações dos locais com maior concentração de pessoas em situação de rua...	20
Figura 3 - Cidades dos Estados Unidos com maior número de pessoas desabrigadas	58
Figura 4 - Pessoas em situação de rua, abrigadas em estacionamento nos Estados Unidos	59
Figura 5 - Imagem de turistas que passeiam em barco pelo Rio Sena, onde às margens encontram-se pessoas em situação de rua	61
Figura 6 - Imagem de pessoas abrigam-se às margens do Rio Sena.....	62
Figura 7 - Imagem do Padre Júlio Lancelotti marretando pedras de viaduto em São Paulo-SP	69
Figura 8 - Imagem de banco de ponto de ônibus da cidade do Rio de Janeiro-RJ...	70
Figura 9 - Ilustração de casal sentado no chão, em frente à rodoviária em Florianópolis-SC, onde o parceiro lê um livro.....	76
Figura 10 - Ilustração de mulher caminha cabisbaixa pela multidão, com bebida à mão em São Paulo.....	77
Figura 11 - Ilustração de homem se banha em frente à concessionária de carros ..	79
Figura 12 – Ilustração de mulher com criança no colo, nas ruas.	80
Figura 13 - Imagem de satélite do Mercado da Feira do Ver-O-Peso no bairro da Campina, Belém (PA).....	98
Figura 14 - Imagem das PSR na Feira do Ver-o-Peso à noite, abaixo das Marquises das lojas	102
Figura 15 – Imagem da distribuição de sopa na Feira do Ver-o-Peso à noite.....	103
Figura 16 - Imagem de voluntária descalça na Feira do Ver-o-Peso à noite	106
Figura 17 - Imagem das Marquises da loja de departamentos da Avenida Presidente Vargas, frente à Praça da República, com voluntários do Sopa Feliz e PSR.....	108
Figura 18 -Imagem do acampamento da população venezuelana Warao frente à Prefeitura de Belém	109
Figura 19 – Imagem do acampamento da população venezuelana Warao, frente à Prefeitura de Belém.....	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Locais com maior concentração diária de pessoas em situação de rua em Belém	20
Quadro 2 - Origem das pessoas em situação de rua atendidas, por estado, cidade e país	22

LISTA DE ABREVIATURAS

ACNUR	Agência da ONU para Refugiados
BBC	British Broadcasting Corporation
CAMAR	Casa Abrigo para Moradores Adultos de Rua
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para PRS
CnaR	Consultório na Rua
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FUNPAPA	Fundação Papa João XXIII
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPGSA	Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia
PPGP	Programa de Pós-Graduação em Psicologia
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PSR	Pessoas em Situação de Rua
PT	Partido dos Trabalhadores
SEVISA	Setor de Vigilância Socioassistencial
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNAMA	Universidade da Amazônia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	O Ver-o-Peso e as pessoas em situação de rua	17
1.2	Caminho metodológico	27
2	AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A INVISIBILIDADE SOCIAL ...	36
2.1	Quem são as pessoas em situação de rua?	36
2.2	A associação com o lixo como forma de exclusão	39
2.3	Violência simbólica como invisibilização	41
2.4	Raça/cor e invisibilização	44
2.5	Invisibilização e negação da cidadania – a subcidadania brasileira	47
2.6	Invisibilização e falta de respeito	49
2.7	Discriminação negativa: como fator de invisibilidade	50
2.8	Visibilização e invisibilização: como partes indissociáveis de uma única questão	52
3	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA – UM FENÔMENO MUNDIAL	56
3.1	Um questão social mundial	59
3.2	Desvio no olhar: Inexistência ou apagamento social?	79
3.3	População em situação de rua: Uma visão	86
4	AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA FEIRA DO VER O PESO, EM BELÉM DO PARÁ	99
4.1	Aspectos sociais da invisibilidade na feira do Ver-o-Peso	99
4.2	Invisibilidade social: Um trabalho a longo prazo. Sob a ótica do Grupo Solidário Sopão Feliz	102
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	132
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA 1	134
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA 2	136
	APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA 3	138

1 INTRODUÇÃO

Em 2004, foi criada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Em seus parâmetros está a cobertura à população em situação de rua (BRASIL, 2004). De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, (Lei nº 11.258) de 30 de dezembro de 2005, art.23, em seu parágrafo único, “na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo: II – às pessoas que vivem em situação de rua” (BRASIL, 2005). Embora tal política que ampare estas pessoas date de 2005, o contingente de pessoas em situação de rua (PSR) já era uma questão social de longa data na realidade brasileira. O seu aumento em números e as importantes demandas dos movimentos sociais pressionaram o Estado a tomar medidas para sanar o quadro emergencial que se formou.

A pesquisa mais recente quanto ao número aproximado de pessoas que estão nas ruas do Brasil, data de 2020, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020). Nela, foram identificadas quase 222 mil pessoas em todo o país. Há um baixo mapeamento sobre o perfil e a quantidade de pessoas em situação de rua, pois o próprio IBGE só considera as pessoas em domicílio permanente. Logo, identificar essas pessoas exige um grande esforço de mobilização, ou seja: as pessoas de rua dificilmente são “verificadas” por não possuir uma residência fixa, o que não facilita com isso o atendimento a elas e suas necessidades, justamente pelo Estado não ter uma exatidão de quantas são e do quanto é necessário para melhor supri-las. Discutiu-se, inclusive, a possibilidade de se incluir pessoas de rua do Censo 2020 (JOTA INFO, 2020). Porém, em setembro de 2020 “o PL 4.498 de 2020 determina que o Censo Demográfico promovido periodicamente, de dez em dez anos, pelo IBGE, deverá incluir em sua contagem o levantamento da população em situação de rua no país” (SENADO FEDERAL, 2020), algo que pode trazer benefícios inclusivos, quando falamos de enxergar as pessoas de rua como parte da sociedade.

Ao citar pessoas em situação de rua, precisamos nos atentar que esta é uma preocupação relativamente recente por parte do Estado, pois é somente a partir da Constituição de 1988 que as políticas sociais demonstram seu caráter socioassistencial, quando antes desta data, eram somente de caráter assistencialista. Ou seja, antes da década de 1980 não foram registrados dados sobre a população em situação de rua (KLAUMANN, 2015), embora ela pudesse existir. Assim, algumas

manifestações surgiram a respeito do tratamento desta questão pós Constituição de 1988.

Nos anos 1990 começam algumas manifestações mais notórias no âmbito nacional a respeito da população em situação de rua, iniciada pelo Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua, em 1993, depois em 1995 o grito dos excluídos, os seminários nacionais e também a realização do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. (KLAUMANN, 2015, p. 5).

As pessoas em situação de rua são assim nomeadas, tanto academicamente no ensino de Serviço Social quanto nas leis e normas que sustentam as políticas públicas voltadas para assistência social, pois nem todas as pessoas que estão na rua, moram nela. De acordo com sua estadia, podem ser classificadas em: *ficar na rua*, *estar na rua* e *ser da rua* (CARNEIRO JUNIOR et al, 1998).

Na primeira classificação, as que “ficam nas ruas”, são caracterizadas como aquelas que não conseguem se manter financeiramente e ocasionalmente necessitam da ajuda do governo, através de programas de proteção social, pois temem os perigos presentes na sua exposição às ruas, a violência e a própria intempérie do clima. Trabalham esporadicamente e ainda mantém algum contato com familiares, porém não utilizam as ruas como local de dormir, como alguns guardadores de carro (conhecidos como “flanelinhas”) ou mesmo vendedores ambulantes de semáforo, dos mais variados produtos desde alimentos à acessórios para carros.

No segundo caso, as que “estão nas ruas”, são caracterizadas como aquelas que ocasionalmente dormem nas ruas e buscam formas de sobreviver através de trabalhos informais e subempregos. Possuem ainda laços com seus familiares embora estejam enfraquecidos, pela distância e preconceito, a exemplo de alguns catadores de materiais recicláveis que costumam descansar nas ruas antes de continuar sua jornada de trabalho ou retornar às suas casas, por estas serem longe de onde costumam catar os materiais para venda.

Já as pessoas que “são das ruas”, caracterizam-se pelo maior envolvimento com as ruas, sujeitas a maior precariedade em termos de vivência como higiene, saúde, alimentação e perigos. Não possuem mais contato com familiares e estão mais vulneráveis às agressões, tanto físicas e/ou psicológicas. Estas são as que podem, de fato, serem chamadas de “moradoras de rua”, pois utilizam a rua como local de

residência, abrigando-se em locais estratégicos propícios a esconderem-se do frio, chuva e possíveis ameaças à sua segurança.

Como meio de sobrevivência à exposição deste espaço, muitas dessas pessoas fazem uso de substâncias como o álcool, cigarro e outras drogas ilícitas como thinner, maconha, crack, entre outras. Revelando aqui, não somente uma precariedade no seu aspecto físico, mas também mental (SOUZA; RODRIGUES, 2016).

O fenômeno da exclusão tem raízes históricas ancestrais na sociedade brasileira referentes tanto ao período da colonização, na qual a relação colonizador-colonizado já trazia as marcas da discriminação, como ao processo de escravidão, ambos com a lógica de economia e de cidadania excludentes. (ALCÂNTARA et al, 2014 p. 131.)

A partir dessas questões, voltamos o nosso olhar para analisar como ocorre o fenômeno da invisibilidade social das pessoas em situação de rua, na cidade de Belém do Pará, tornando a região da Feira do Ver-o-Peso como amostra das dinâmicas sociais e sociológicas que produzem essa distinção social. A partir da percepção dos feirantes situados nesse local, os quais dividem o mesmo espaço com as pessoas em situação de rua, busquei demonstrar as nuances dessas relações entre esses dois grupos de atores sociais. Contudo, sem deixar de perceber a atuação de outros personagens que adensam essas relações sociais de rua, como é o caso do grupo solidário Sopão Feliz, que tem por objetivo ajudar na alimentação às pessoas em situação de rua à noite.

A intenção deste trabalho é, a partir desse microcenário, analisar o processo de invisibilidade, observando quais os fatores sociais que explicam o fenômeno, que transitam entre a invisibilidade total – o desconhecimento sobre a sua vulnerabilidade física e social das PSR – até a visibilidade “negativa”, associando-os às “classes perigosas”, fonte de insegurança na cidade, refletindo em violências, simbólica (BOURDIEU; PASSERON, 1992) e física, para as pessoas em situação de rua. Dessa forma, a invisibilidade e a visibilidade são faces da mesma moeda, na medida em que são dinâmicas que silenciam grupos sociais, negando-lhes direitos e reconhecimentos sociais, envolvendo o processo de exclusão e inclusão social.

Em 2014, a Universidade Federal do Pará (UFPA) fez o levantamento do número de pessoas que ocupam as ruas de Belém (MITSCHEIN, 2017), chegando a

uma quantidade acima de 500 pessoas. Entre 2015 e 2016, a Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA, órgão gestor da Política de Assistência Social do Município de Belém contabilizou, com base nos atendimentos de seus 9 equipamentos socioassistenciais, entre os quais podemos citar: Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) e espaço de acolhimento Casa Abrigo para Moradores Adultos de Rua I e Casa Abrigo para Moradores Adultos de Rua I e II (CAMAR I e CAMAR II), precisamente, 822 pessoas em situação de rua (SEVISA, 2018). Estas compõem o quantitativo das PSR que moram nas ruas de Belém de um total de 1.393.399 habitantes que vivem na cidade de Belém, de acordo com dados do último Censo, realizado em 2010 (IBGE, 2010). Porém, dados do ano de 2020 (e-mail da SEVISA, de 22 de janeiro de 2021, ainda sem divulgação oficial) apontam que 854 pessoas em situação de rua foram atendidas pelo Centro Pop Icoaraci e São Brás.

Os dados oficiais após 2016 ainda não foram atualizados, segundo o Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (SEVISA), com exceção da contabilidade de pessoas em situação de rua atendidas pelo Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop). Por meio de contato via e-mail busquei atualização dos dados com o SEVISA, porém permanecem os números coletados da pesquisa de 2016. No entanto, de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde de Belém (SESMA), em matéria publicada em agosto de 2021, a população de rua pós-pandemia aumentou exponencialmente, chegando a um número de 1.500 a 2.000.

Em 2021, o Projeto de Lei 5740/16 (BRASIL, 2016) foi aprovado pela comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, que visa promover a criação de políticas públicas em prol da população de rua trazendo complementações e um reforço a proteção dessas pessoas, como o impedimento do recolhimento de bens e pertences. Além de abrigos, que haja permissão para que essas pessoas que estão nas ruas, levem seus animais de estimação. Tal projeto busca a inclusão social aos que dificilmente são vistos por dados oficiais e, com isso, serem assistidos socialmente, justamente pela questão da habitação flutuante. O próprio Censo encarrega-se de coletar dados de pessoas em suas residências, o que exclui aqueles que estão fora delas, nas ruas. Logo, fica difícil até mesmo estimar um valor mais fiel e aproximado da população brasileira, já que muitas pessoas não são encontradas e registradas, mas com a PL4.498 de 2020, talvez esta realidade mude.

1.1 O Ver-o-Peso e as pessoas em situação de rua

A cidade de Belém, onde situa-se o meu campo de estudo, está dividida em 71 bairros: Aeroporto, Água Boa, Águas Lindas, Águas Negras, Agulha, Ariramba, Aurá, Baía do Sol, Barreiro, Batista Campos, Benguí, Bonfim, Brasília, Cabanagem, Campina (Comércio), Campina de Icoaraci, Canudos, Carananduba, Caruara, Castanheira, Chapéu-Virado, Cidade Velha, Condor, Coqueiro, Cremação, Cruzeiro, Curió-Utinga, Farol, Fátima (Matinha), Guamá, Guanabara, Itaiteua, Jurunas, Mangueirão, Mangueiras, Maracacuera, Maracajá, Maracangalha, Marahú, Marambaia, Marco, Miramar, Montese (Terra Firme), Murubira, Natal do Murubira, Nazaré, Paracuri, Paraíso, Parque Guajará, Parque Verde, Pedreira, Ponta Grossa, Porto Arthur, Praia Grande, Pratinha, Reduto, Sacramento, São Brás, São Clemente, São Francisco, São João de Outeiro, Souza, Sucurijuquara, Tapaná, Telégrafo, Tenoné, Umarizal, Una, Universitário, Val-de-Cães e Vila) e 8 distritos (Belém, Bengui, Entrocamento, Guamá, Icoaraci, Mosqueiro, Outeiro e Sacramento).

Para melhor visualização da distribuição territorial das pessoas em situação de rua, apresento nas figuras 1 e 2 os locais com maior concentração desses grupos pela cidade, segundo dados da Fundação Papa João XIII (SANTOS, 2020). No local, encontramos os atores da pesquisa: as pessoas em situação de rua e os feirantes da Feira do Ver-O-Peso. Para que possamos falar de ambos, precisamos contextualizar o que é a Feira do Ver-o-Peso, desde sua criação, propósito e qual lugar representa dentro da sociedade paraense.

Inicialmente chamada de Casa de “Haver o Peso”, a Feira do Ver-o-Peso foi inaugurada em 1625, no antigo Porto do Pirí, com o intuito de avaliar mercadorias e arrecadar impostos. No entanto, tornou-se um mercado aberto, sendo reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1977. De início, Belém se tornou o maior polo de comércio dos produtos coletados da floresta amazônica, para comercialização nacional e internacional, e com esta expansão comercial o “Ver-o-Peso”, como comumente é chamado hoje em dia.

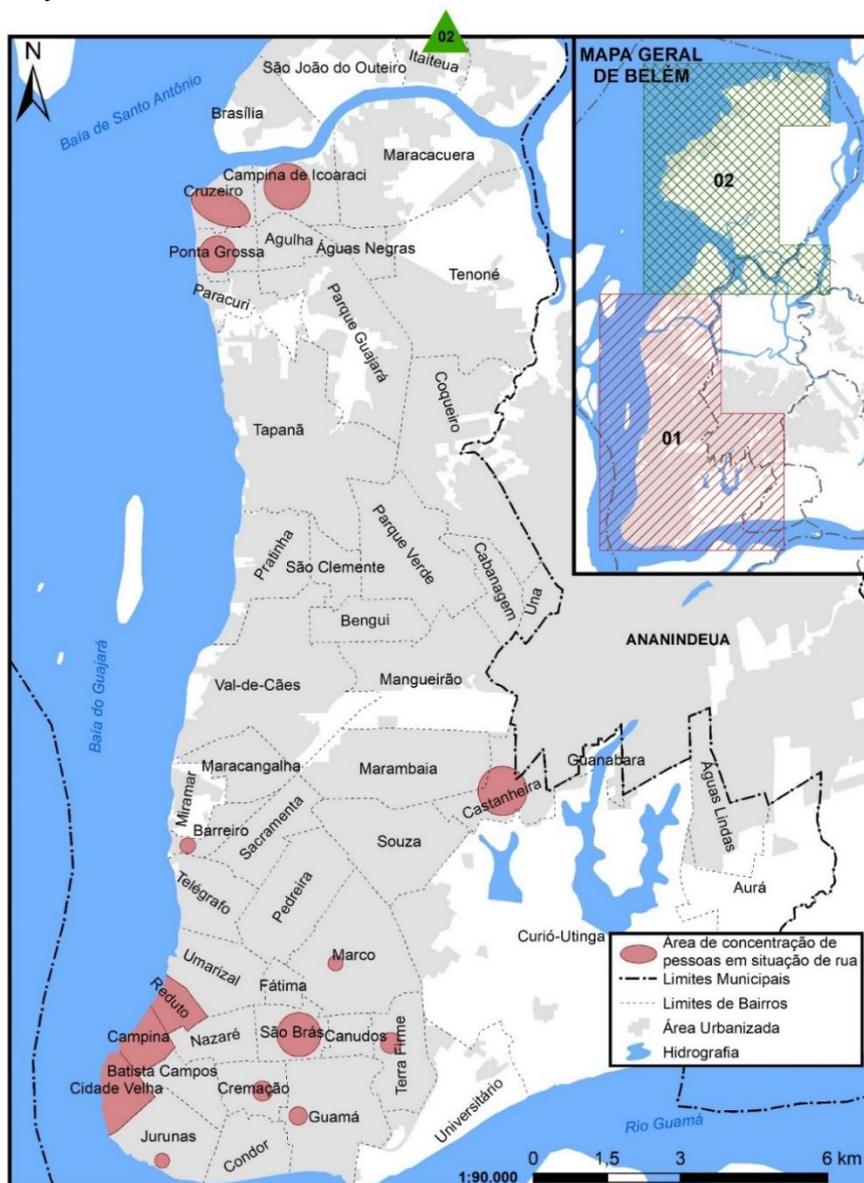
Em 1899, o Mercado de Ferro é construído para comercialização de peixe, e em 1901 surge o Mercado Francisco Bolonha, que viria a tratar da comercialização de carnes (popularmente hoje chamado de Mercado de Carnes). Ambas as construções se inspiraram em arquitetura europeia, com influências principalmente da França, ao

qual tal momento ficou registrado como *Belle Époque*, por utilizar-se de recursos paisagísticos como o dos franceses.

Hoje, o local conhecido como Ver-o-Peso, se tornou um polo que reúne trabalhadores formais e informais (registrados e não registrados pela prefeitura, para atuar no local). Além disso, é um local de grande circulação não somente de clientes locais e nacionais, como também internacionais, caracterizando-se assim como um dos pontos turísticos mais conhecidos da Amazônia, seja pelo seu tamanho, a maior feira à céu aberto da América Latina, seja pela enorme riqueza em produtos amazônicos, coletados diretamente de seus produtores.

Há uma grande permanência de pessoas de rua na região do Ver-o-Peso que está situado no bairro da Campina, como mostra a Figura 1, com base em pesquisa feita pela Funpapa.

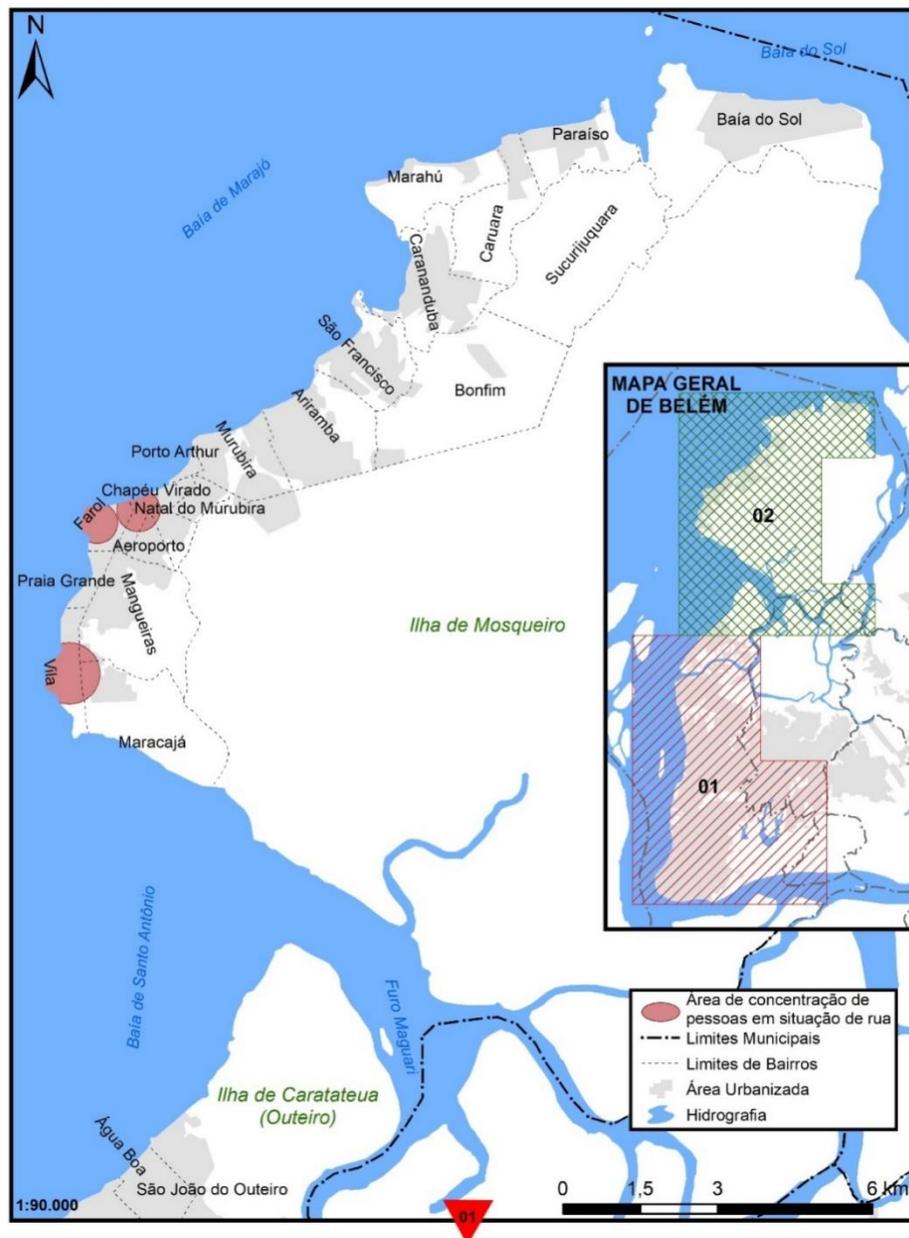
Figura 1 - Mapa da cidade de Belém (PA) com delimitação dos locais com maior concentração de pessoas em situação de rua em 2020.



Fonte: SANTOS (2020)

Na figura 2, situam-se as pessoas em situação de rua para além da cidade de Belém, nos municípios da capital paraense, onde tais pessoas aparecem. Leva-se sempre em conta que a escolha para o local de permanência sempre indica possíveis estabelecimentos e locais ideais de abrigo, que ajudam na sobrevivência dessas pessoas, enquanto habitantes do espaço público urbano.

Figura 2 - Mapa da Ilha de Mosqueiro e Icoaraci, distritos de Belém, com delimitações dos locais com maior concentração de pessoas em situação de rua



Fonte: SANTOS (2020)

A seguir, no quadro 1, estão os locais com maior concentração diária da população de rua em Belém, Icoaraci e Mosqueiro.

Quadro 1 - Locais com maior concentração diária de pessoas em situação de rua em Belém

Local	Especificação
Belém	Complexo do Ver-o-Peso e proximidades Complexo de São Brás (Feira e Terminal Rodoviário) Complexo da (Feira)da 25 de Setembro Entroncamento/entorno do Shopping Castanheira Bairros da Campina, Reduto e Cidade Velha Complexo turístico Ver-o-Rio/proximidades da Fábrica Mirela Feira do Barreiro/Canal do Galo Feira do Guamá, Terra Firme e Jurunas Feira e praça da Cremação/Forno Crematório Complexo CEASA
Belém/Icoaraci	Orla do Cruzeiro Praça da Matriz de São João Batista Feira da 08 de Maio
Belém/Mosqueiro	Praça da Vila (Cipriano Santos) Orla do Chapéu Virado e Farol

Fonte: SEVISA/FUNPAPA, (2018)

É importante ressaltar que mais da metade, cerca de 53% dessas pessoas, são originárias do próprio Estado do Pará. Contudo, é relevante observar que o restante desse contingente é migrante de outras regiões do país. Sendo a maioria desses vindos de outros estados da região norte, e, cerca de 45% desses migrantes vêm de outros estados do Brasil, segundo dados da Funpapa.

Percebe-se uma predominância de pessoas de rua oriundas do estado do Pará na capital, em segundo lugar do estado do Maranhão e em terceiro do estado de São Paulo. Vale ressaltar um importante fato: a presente contabilização de pessoas originadas de outros países não reflete, no entanto, as pessoas em situação de rua oriundas da Venezuela, após a crise econômica que o país foi submetido.

Em matéria jornalística feita pelo portal de notícias de O Liberal, em 2021, estima-se um número de quase 900 indígenas venezuelanos em Belém e Ananindeua (município de Belém). Algumas dessas pessoas, no entanto, devido ao seu grande número populacional, chamaram a atenção para que a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) entrasse em parceria com a Funpapa, para a solicitação de

abrigo em espaço institucional concedido pela Funpapa, no bairro do Tapanã, com número aproximado de 170 pessoas acolhidas neste. Trata-se, portanto, de um trabalho para além da preocupação de pessoas em situação de risco por vias locais e nacionais, chegando ao âmbito internacional de um programa que busca acolher um problema que se estende por todo o território brasileiro: a enorme quantidade de pessoas vindas da Venezuela devido à situação precária em que se encontra o país.

Seria necessário aprofundar a pesquisa nesses dados para identificar os motivos da migração e as épocas em que migram, inclusive se vieram direto para a capital do Pará, contudo, é possível realizar algumas estimativas quanto as motivações. Na medida em que o Estado do Pará, desde a década de 1950 vem sendo alvo de políticas desenvolvimentistas, pode-se entender que as pessoas podem ter sido atraídas pelas possibilidades de emprego aventadas pelas políticas de modernização voltadas para a Amazônia. Sobretudo, se considerarmos que o Estado do Pará se tornou um local de grandes projetos e obras.

No quadro 2, pode-se estimar a quantidade de PSR atendidas pela FUNPAPA em território paraense em 2017, e suas respectivas origens, com destaque para uma quantidade maior de pessoas que são do estado do Pará.

Quadro 2 - Origem das pessoas em situação de rua atendidas, por estado, cidade e país

ESTADO	QUANTIDADE
PARÁ	314
MARANHÃO	45
AMAZONAS	33
SÃO PAULO	38
CEARÁ	22
BAHIA	17
RIO DE JANEIRO	17
PARANÁ	19
PIAUI	13
ALAGOAS	09
MINAS GERAIS	09
GOIÁS	10
AMAPÁ	13
PERNAMBUCO	04
TOCANTINS	07
SANTA CATARINA	03
RIO GRANDE DO NORTE	03
MATO GROSSO	02
ESPÍRITO SANTO	01
OUTROS PAÍSES	07
TOTAL GERAL	587

Fonte: SEVISA/FUNPAPA (2017)

Mesmo que o número de pessoas em situação de rua fosse pouco, como em relação a cidades do Sudeste em que chegam a milhões, o número registrado em Belém é considerável e preocupante, visto que demonstra uma possível falha na existência de políticas públicas para amparo à estas pessoas, a medida em que o número de PSR aumenta a cada ano na capital paraense, não indicando desta forma uma eficácia no tratamento desta questão.

O possível crescimento no número de pessoas em situação de rua pode indicar que as Políticas Públicas não têm se mostrado suficientes no que diz respeito às necessidades emergentes desse grupo social, pelo menos quanto à moradia (abrigo, por exemplo). Dentre os motivos citados sobre o que motivou estas pessoas a irem para as ruas de Belém, estão: a ausência de vínculos familiares, desemprego, violência, perda de autoestima, alcoolismo e uso de outras drogas, doenças mentais, esvaziamento de valores ético-morais e sociais, dentre outros (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2007). A relação da invisibilidade social com o aumento das pessoas em situação de rua pode estar explícita na forma como esta negligência estatal se reflete: Só estão “visíveis” aqueles que possuem determinados critérios que o Estado julga como úteis para a composição da sua sociedade, aqueles que podem contribuir com esta de alguma forma, como é o caso da geração de renda por meio de trabalho, e a presença de documentos para a reivindicação de direitos.

Em “A Reprodução: elementos para uma teoria geral do sistema de ensino”, Bourdieu e Passeron (1992) discorrem a respeito do sistema de educação que se impõe como uma forma de moldar a sociedade de acordo com valores que atendam às necessidades de uma classe dominante, que visa seus próprios interesses. Essa “reprodução” consiste em dizer que uma cultura dominante é reproduzida por meio de normas e regras para atender às necessidades de um grupo dominante, e isto se configura como uma violência simbólica de submissão de um grupo a outro. Ou seja, dominantes submetendo dominados, os que não se enquadram no que é estabelecido.

Os autores entendem que “todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base desta, acrescenta sua própria energia, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força” (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p.19). A invisibilização é uma forma de violência simbólica, pois implica em descrever a imposição e subordinação de um grupo tido como sociedade dominante sobre

outro, no caso, aqui, a população em situação de rua (sociedade dominada). Aquela estabelece as regras para o pertencimento a uma sociedade que desfrutará de direitos, e estes que não se sujeitarem a essas regras estarão privados de seus direitos, pois estarão à margem da sociedade.

A violência simbólica na forma de invisibilização descreve sua natureza, ao se impor não como coerção física, mas de forma sutil: as pessoas que estão nas ruas não são vistas, nem no que diz respeito ao sentido literal de ser visto (suas presenças físicas são ignoradas no espaço urbano), quanto no que diz respeito a serem assistidas à garantia de seus direitos de cidadãos pelo Estado. Assim, a “invisibilidade social [...] é o resultado de uma distorção da capacidade de percepção dos seres humanos que está relacionado com o reconhecimento” (HONNETH, 2006, p.30).

A violência simbólica se expressa como uma forma de coerção social (DÜRKHEIM, 2007), forçando o indivíduo, nesse caso a pessoa em situação de rua, a portar-se como o coletivo, representado pela sociedade dominante. Se ele não se porta como os demais, será excluído, e neste caso invisibilizado:

Em outros casos, a coerção é menos violenta, mas não deixa de existir. Se não me submeto às convenções do mundo, se, ao vestir-me, não levo em conta os costumes observados em meu país e em minha classe, o riso que provoço, o afastamento em relação a mim produzem, embora de maneira mais atenuada, os mesmos efeitos que uma pena propriamente dita. Ademais, a coerção, mesmo sendo apenas indireta, continua sendo eficaz (DÜRKHEIM, 2007, p. 2-3).

Desta forma, a coerção social se mostra como uma invisibilização desses sujeitos: se agem como os demais, são aceitos. A padronização de ensino para Bourdieu e Passeron (1992) assemelha-se com a padronização de normas para se viver em sociedade, imposta às pessoas em situação de rua, pois, trata-se de uma forma de exclusão que não respeita as diferenças: aqueles que não se enquadram no que é proposto como formas de conduta são marginalizados e caracterizados como inferiores. Nas ruas, essas pessoas estão estigmatizadas por não se comportarem como a sociedade dominante espera: comem, higienizam-se, dormem e ganham dinheiro por meios pelos quais aquela sociedade não julga como “normais”, e isto taxam-as como indiferentes e segregam-nas através da indiferença. Esta segregação, além de causar uma discriminação moral, também causa uma discriminação física, expressa na forma de agressão (violência física) contra essas pessoas. São inúmeros os casos de violência relatados contra a população de rua: desde atos como molhá-

los em pleno inverno e remoção de suas barracas, até o ateamento de fogo nas mesmas.

A partir de meu Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, feito juntamente com minha colega Filomena Souza (2016), "Invisibilidade social: pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop de Belém", duas questões nos inquietaram: o aumento exponencial das pessoas em situação de rua de Belém, saltando de mais de 500 pessoas, em 2014, para 822, em 2016 (MITSCHEIN, 2017); e como esse grupo social estava submetido a invisibilidade social, nos fazendo questionar como esse fenômeno social se origina, e como se perpetua entre as pessoas em situação de rua. Pelo prisma da sociologia busquei analisar como são justificadas a visibilidade e invisibilidade sociais, inerentes às sociedades desiguais. Como a teoria sociológica explica a invisibilização de uns, e a visibilização de outros?

Assim, a partir das indagações iniciais do TCC (SOUZA; RODRIGUES, 2016), busquei aprofundar a questão com base em uma análise sociológica, indagando sobre a origem do fenômeno social que é a invisibilização, o qual é fonte da exclusão social. Essa que se cristaliza pela violência física e simbólica, perpetuando a negação do direito de ser reconhecido, de possuir identidade, de existir, sendo ainda seletiva entre aqueles que possuem atributos permitidos em sociedade e outros não.

Além desses fatores, há a questão de a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) ser considerada recente, pois o problema da população de rua já existia, ganhando sua importância somente a partir da década de 1980, com a identificação dela. O tratamento dessa questão já se fazia presente há 16 anos, no entanto a PNAS foi criada em 2004. Notei, enquanto pesquisava, pouco interesse do meio acadêmico em levar em consideração tal temática em simpósios e congressos dos quais participei, a questão das PSR e o porquê de sua inexistência social, e na região norte do Brasil as condições em que essas pessoas vivem tornam-se cada vez mais precárias à medida que essa população aumenta, e o Estado insuficientemente intervém, com ações que visem suprir as necessidades dessas pessoas, seus interesses e o que de fato aumenta sua ocupação nos espaços urbanos da capital paraense.

Assim, identifiquei a invisibilidade social como um fenômeno observável dentro de um contexto de exclusão. Aquilo que não é aceito como normativo para a sociedade brasileira, dentre outros locais do mundo, e que ocorre em vários níveis, bem como em diferentes tipos de grupos sociais. Dentro deste fenômeno estão os

“invisíveis”: pessoas que não se enquadram nos parâmetros julgados como “normais” pela sociedade-padrão e que acabam por serem cobertos por um manto de invisibilidade em suas existências. É como se elas não tivessem a “permissão de ser”, sendo assim, excluídas pela sociedade dominante; mas, elas de fato existem fisicamente e possuem um senso próprio quanto às suas condições de existência.

Considera-se neste estudo o fenômeno da invisibilidade social no espaço urbano de Belém em relação às “Pessoas em Situação de Rua”, e aos processos de estigmatização que estas sofrem. A invisibilidade social é, portanto, a exclusão daqueles que não se enquadram nos padrões “normais” de sociedade, através de uma estigmatização, a qual sela a diferença como uma marca negativa, produzindo discriminação negativa. Este tipo de discriminação seleciona os indivíduos de uma sociedade que se sobressaem às normas padronizadas de comportamento pelo Estado como aceitáveis, e utiliza esta seleção para colocá-los como não-pertencentes da sociedade dominante, pois não são vistos como parte dela (CASTEL, 2008).

Essas pessoas são visíveis somente quando são um problema para os outros, e invisíveis quando não interferem na vida daqueles que vivem dentro da sociedade dominante e seguem suas regras. Ou, quando são assim tratadas por quem não se importa com elas, dentre outros exemplos. A ausência de documentos de identificação, que são essenciais para que essas pessoas disponibilizem da assistência que as políticas públicas oferecem, acaba por também contribuir com a invisibilidade para o Estado: essas pessoas existem, mas para que possam ser assistidas necessitam provar sua existência, e desta forma exercerem sua cidadania.

A escolha da Feira do Ver-o-Peso como lócus da pesquisa reflete o contraste presente entre aqueles que são tidos pela sociedade como os atores “não-vistos” (invisíveis sociais), pessoas em situação de rua, e atores vistos (visíveis sociais), os feirantes do local. O que se busca responder se ocorrem possíveis conflitos entre esses dois grupos (invisíveis versus visíveis), por causa da diferença entre eles: a visibilidade. Busco perceber se a existência de um grupo afeta ou fere a existência do outro, por serem diferentes em questões de comportamento e regras ou se há um convívio pacífico entre ambos.

Dentre os diversos espaços públicos da cidade de Belém, a região do Ver-o-Peso se caracteriza como cartão-postal e foco do turismo paraense. Por conta disso, os feirantes dessa região dependem da visita constante de clientes, não somente daqueles que frequentam a capital paraense, mas também daqueles que moram nela.

Logo, é importante para eles que o ambiente comercial possua uma imagem atrativa aos clientes, como a de um lugar organizado e limpo. A presença de “moradores de rua”, como popularmente as pessoas em situação de rua são chamadas, nessa região interfere nas vendas, segundo alguns feirantes. Assim, alguns desses feirantes podem ser contrários à presença dos “moradores de rua”, bem como do projeto Consultório na Rua (CnaR), instalado na Feira do Ver-O-Peso. O Consultório é uma iniciativa ligada à Secretaria de Saúde e Meio Ambiente (SESMA), que presta atendimento médico e psicossocial às pessoas em situação de rua, situando-se fisicamente neste local devido à grande concentração de PSR na região.

Tal situação pode ser constatada quando procurei a localização do Consultório, e tive dificuldades para achá-lo. Pois, uma comerciante me disse que ele existia, mas desde que trabalha lá, “ninguém nunca apareceu” (Pesquisa de Campo, janeiro de 2019). Lá estão misturados aos boxes que comercializam carne, refeições, bebidas, artesanato e artigos de umbanda.

Pessoas em situação de rua necessitam de recursos que a sociedade disponibiliza, mas elas não fazem parte dela. Desta forma, questiona-se: Como usufruir de algo, do qual não se faz parte? Como se constitui a invisibilidade das Pessoas em Situação de Rua a partir da ação dos feirantes da região do Ver-o-Peso?

Considerá-las como “anormais”, “sujas” e “desprezadas”, exclui a possibilidade de elas constituírem um grupo social, no entanto estão inseridas em um conjunto de diretrizes e regras próprias, construídas socialmente por elas, sendo assim tidas como uma “sociedade à parte”. Assim, procura-se responder como é constituída a invisibilização na relação entre os feirantes da região do Ver-O-Peso e as pessoas em situação de rua. Observá-los sob seus próprios pontos de vista e a partir daquilo que os feirantes externalizam sobre as PSR, caracterizando a discriminação, se de fato ela acontece, ou não.

1.2 Caminho metodológico

Partimos da afirmativa de que o “fazer ciência não segue um único modelo ou padrão de trabalho científico” (MARTINS, 2004, p. 292), pois, a Sociologia tem em vista que:

A sociologia foi sempre apresentada como tendo uma base científica frágil, em decorrência das dificuldades de tratamento de um objeto como o ser humano, tão sujeito a modificações, complexo e que, principalmente, reage a qualquer tentativa de caracterização e previsão (Idem, 2004).

Empreende-se uma pesquisa com maior ênfase no caráter qualitativo, investigativo e descritivo, que tenha como principal diretriz o estudo de caso, através de trabalho de campo na região da Feira do Ver-o-Peso, em Belém, Pará. Para a construção do objeto de estudo baseada na relação entre os feirantes da Feira do Ver-O-Peso e Pessoas em Situação de Rua, delineei algumas etapas. Primeiramente, aprofundei o estudo do referencial bibliográfico a partir do levantamento de artigos, dissertações, teses e demais materiais que me permitiu fundamentar, teórica e empiricamente, as questões a serem respondidas por esse estudo. Portanto, dei continuidade às buscas realizadas nas bases de dados da UFPA, do Programa de Pós-Graduação de Sociologia e Antropologia (PPGSA), Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPA, bem como nas bases textuais da CAPES e da SCIELO. Além de ter utilizado complementarmente matérias jornalísticas, revistas e blogs que cotidianamente debatem acerca da temática das pessoas de rua.

Outra etapa importante, a segunda, foi a aplicação de questionários fechados para obter dados socioeconômicos e da realização de entrevistas semiestruturadas para fundamentar a percepção dos entrevistados, para os quais utilizamos nomes fictícios para preservar o anonimato – feirantes locais, pessoas em situação de rua e voluntários do grupo solidário “Sopão Feliz” –, sobre os elementos que consubstanciam a exclusão social e a estigmatização das pessoas em situação de rua, o que identificamos como elementos que produzem a invisibilidade social desses sujeitos. Busquei captar como no cotidiano dessa convivência na região de estudo são vivenciadas – os momentos de conflitos entre feirantes e pessoas na rua, como se dá a relação cotidiana entre eles, e as propostas de solução a essa questão social situada no centro de Belém; bem como, identifiquei se ocorrem situações de cooperação entre esses grupos de atores sociais. Delimitei uma amostra de 11 entrevistados, sendo 6 feirantes (4 mulheres, 2 homens), escolhidos aleatoriamente e por indicação dos próprios; 2 pessoas em situação de rua (1 homem e uma mulher) e 3 voluntários do grupo solidário Sopão Feliz (2 mulheres e 1 homem), compreendidos no período dos anos de 2019 a 2021.

Os atores sociais escolhidos não possuem, no entanto, especificações pré-determinadas: entrevistei todos os feirantes que pude e que se dispuseram a participar da pesquisa, sem levar em conta a idade, sexo, registro ou não dentro do complexo da Feira do Ver-O-Peso, como meio de ter uma visão mais democrática de todos, independente de uma melhor posição social e econômica em que se encontram hierarquicamente na feira. O importante para mim, era verificar se haveria consenso, se a maioria invisibiliza as PSR ou se de fato, por todos estarem inseridos em um mesmo espaço de trabalho, acolhem essas pessoas.

Quanto aos outros atores da pesquisa, as PSR, não busquei uma preferência de entrevistado, embora tenha tido ressalvas quanto a quem entrevistar pelo modo como se portavam perante minha presença nas ações em que acompanhei o grupo solidário Sopão Feliz. Aproximei-me com cautela deles, pois alguns aparentavam uma certa agitação por conta da comida, e entrevistar aqueles que a princípio não se mostravam interessados em nada além de receber a sopa seria em vão, além de descuido da minha parte em perturbá-los. Não podemos esquecer que não sabemos ao certo a história de cada pessoa que está nas ruas, e que alguns deles podem apresentar comportamento mais agressivo ou reticente, em função das adversidades que passam nas ruas ou de sua biografia anterior. Como a maioria dos que estavam em campo pertenciam ao sexo masculino, a probabilidade de entrevistar este sexo era maior do que à do sexo feminino. No entanto, foram poucas as pessoas que quiseram fazer parte da pesquisa, pois como já disse anteriormente, estavam mais focados e interessados em se alimentar do que dar entrevistas. Como já havia feito esta pesquisa com as PSR durante estágio no Centro Pop, busquei dar mais atenção à fala dos outros atores, os feirantes, e se de fato eles discriminam as PSR que no Ver-O-Peso se encontram ou não.

Para a demonstração do espaço em que se situa a Feira do Ver-o-Peso, foram utilizadas fotos de satélite, confecção de mapas ilustrando os locais com maior concentração de pessoas em situação de rua em Belém e municípios, bem como fotografias da pesquisa de campo, em locais como a Feira do Ver-o-Peso, além de outros locais em que as pessoas em situação de rua comumente podem ser encontradas, como: acampadas em plena margem do Rio Sena (Paris) e Loja de departamentos da Av. Presidente Vargas, Prefeitura de Belém (ano de 2019). Além destas fotografias, outras como de demonstração de arquitetura hostil em São Paulo e Rio de Janeiro também foram incluídas, como parte da demonstração da aporofobia

como comportamento de aversão em espaços públicos às pessoas que estão nas ruas, e nela habitam.

Outro trabalho relacionado à imagem foi o de ilustrações gráficas feitas pela artista Gabriela M.Pereira, a meu pedido, como meio de capturar as pessoas em situação de rua em ações cotidianas por várias cidades do Brasil (Belém-PA, São Paulo-SP e Florianópolis-SC), como tentativa de tirá-las do campo da invisibilidade para o da visibilidade.

A terceira etapa constitui de levantamento de dados documentais, como relatórios feitos e elaborados pelo Sistema Estadual de Vigilância Sanitária (SEVISA) Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), no que diz respeito às pessoas em situação de rua de Belém, suas especificidades e demandas. Esses dados ajudaram também na identificação das áreas de maior concentração de PSR e de conflitos na região do Ver-o-Peso, orientando a minha observação direta e participante, como identifiquei dados estatísticos e pelas instituições oficiais e de apoio às PSR, em Belém, e no Brasil. Informações que de forma complementar, reforçaram a minha análise sobre o fenômeno da invisibilidade desses sujeitos sociais. As etapas descritas não são, necessariamente, consecutivas, mas se tocaram ao longo da pesquisa para que ao final sustentasse a minha análise, cruzando-se com os dados, produzindo resultados que deram conta do objeto de estudo de forma mais ampla e densa.

O estudo de caso, constituído pelas diversas etapas, me possibilitou a partir de uma amostra, entender alguns aspectos da invisibilidade social que ocorre no espaço público e urbano, além de uma pesquisa de caráter explicativo, que procurou responder o porquê desse fenômeno social ocorrer, por meio de bibliografia e de observação participante, neste meio. Quanto à aplicação de questionários e observação participante, é de fundamental importância que a invisibilização social seja percebida empiricamente, para que o que se afirmou em teoria seja condizente ao que se observou na prática. A vivência em campo através de uma observação participante aproxima observador de objeto de estudo. Em outras palavras:

É preciso reconstruir a construção lógica por meio de outros instrumentos que, no seu conjunto, façam o documento. Estes instrumentos são fabricados a partir da participação na vida, tal como ela decorre na passagem do tempo, por parte do investigador, e são finalmente a ponte que traz à lógica do cientista as formas e os conteúdos da lógica e do agir do nativo. (ITURRA, 1987, p. 152).

Essa pesquisa qualitativa foi complementada com dados quantitativos a partir de dados oficiais que expressaram como a quantidade de pessoas em situação de rua, além de ser um número impreciso, também traduz a escassez de assistência por parte do Estado dirigida a esses grupos.

Vale ressaltar que a pandemia da Covid-19 se constituiu numa limitação, retardando a ida a campo, bem como, a constituição de uma amostra maior de entrevistas. Pois, foi necessário manter o distanciamento e respeitar o resguardo dos interlocutores. Como na região da Feira do Ver-O-Peso em Belém do Pará poucas pessoas utilizaram de máscaras, inclusive das pessoas em situação de rua que raramente tinham estas em mãos, optei por suspender a ida à campo, com o objetivo de resguardar-me de uma contaminação recorrente ou mais agravante, resultando assim em poucos entrevistados e mais dados para enriquecimento da pesquisa.

Dos dados coletados, no entanto, não obtive muita aproximação com a PSR, pois como acompanhava o grupo Sopão Feliz, o interesse por alimentos naquele momento se fez mais urgente e necessário do que a participação em minha pesquisa. Os poucos que consegui cooperação só optaram por participar após se alimentarem ou mesmo me serem apresentados por alguns dos membros do Sopão, já que se sentiam-se mais à vontade com estes. Não pude, contudo, retornar em campo e entrevistar as mesmas PSR, pois como se trata de uma população flutuante, raramente encontraria a mesma pessoa no mesmo local novamente.

Quanto à pesquisa de campo com os feirantes, consegui uma grande cooperação por já ter tido uma aproximação feita entre mim e eles, por meio de minha colega de mestrado, Mayara Oliveira, a qual também fez sua pesquisa no Ver-O-Peso, e já tinha essa aproximação com eles. Muitos dos feirantes indicavam outros (técnica da “bola de neve”) que poderiam ajudar em minha pesquisa entre eles, então houve de fato uma maior coleta de dados neste sentido. O horário também colaborou para que fosse feita uma pesquisa mais densa e detalhada, visto que enquanto com as PSR a pesquisa era feita à noite, com os feirantes a pesquisa era feita de dia.

Não encontrei, no entanto, na fala dos feirantes um possível distanciamento com as PSR. Pelo contrário: me deparei com uma certa aproximação e noção de pertencimento entre ambos os grupos sociais (PSR e feirantes), por ambos compartilharem o mesmo espaço físico. Acredito que a identificação dos feirantes que têm uma visão mais sensibilizada com as PSR, por pertencerem à uma classe econômica não muito privilegiada também socialmente, faz com que esta

aproximação se torne mais tangível, em ver não a PSR como inimiga, mas como semelhante.

Dos trabalhos a respeito de invisibilidade social, encontrei poucos que fizessem um elo com o objeto de pesquisa, as pessoas em situação de rua. Por conta disso, busquei fazer um intermédio entre grupos de pessoas que cotidianamente são invisibilizadas em sociedade, como por exemplo os garis. Para além do que coletei, encontrei pouco aprofundamento na questão “invisibilidade” e “pessoas em situação de rua”, mas pude ganhar mais enriquecimento de conhecimento em campo, vendo como de fato tal dinâmica de grupo de invisibilizados ocorre, seja através de ações diretas como distribuição de sopa ou olhares desviados.

Portanto, considerando essa justificativa metodológica, busquei realizar os objetivos da pesquisa que tinha como meta geral investigar como se constitui o fenômeno da invisibilidade social das Pessoas em Situação de Rua na cidade de Belém, considerando as relações entre feirantes e PSR na região do Ver-o-Peso e quais os mecanismos que caracterizam esse apagamento social, como exclusão e contradição de ambos os atores e suas realidades pertencentes. Para isso, elenquei alguns objetivos específicos que proporcionassem colaborar nessa meta. Assim, mapeei os locais de concentração de pessoas em situação de rua na região do Ver-o-Peso em Belém e arredores; identifiquei se haveria possíveis pontos de tensão entre estes invisíveis (PSR) e os feirantes (visíveis), se haveria conflitos simbólicos ou materiais; além disso, realizei o levantamento de dados sobre as pessoas em situação de rua em Belém, no Brasil e no mundo, demonstrando o fenômeno social em seus contexto mais amplo, construindo um quadro comparativo que demonstre como esta questão é culturalmente vista e tratada.

Foi também realizada uma tentativa de busca para identificar a existência de algum tipo de organização social oficial composta pelas PSR de Belém, com o intuito de reivindicação de direitos e reconhecimento, mas enquanto formalização ou mesmo uma visibilidade mais fácil, não obtive sucesso na busca. Porém, por meio de contato com um dos fundadores do Jornal A Verdade Rua e Crua¹, Bianca Conde Leão, que tem por intuito dar lugar de fala a PSR através de um jornal em que os próprios participam, posso dizer que as pessoas em situação de rua possuem uma forma de

¹ A Verdade Rua e Crua é um jornal produzido em Belém PA por pessoas cujas vidas têm as ruas como uma de suas principais passagens. Nesta edição o jornal pergunta: “Como ficar em casa sem ter casa?”. Disponível em: <https://www.facebook.com/averdaderuaecrua/>. Acesso em: 1 de junho de 2022

organizar-se e falar a respeito da vivência nas ruas. Em Belém há o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) que existe conforme página na rede social Facebook, contudo não está oficializado como em outros estados, de acordo com Bianca Leão. Além da investigação da percepção e ações dos feirantes do mercado do Ver-o-Peso, que podem caracterizar a exclusão social e a estigmatização das PSR na região, conformando o fenômeno da invisibilidade social, refletimos, a partir das falas de moradores e feirantes e da observação no local, sobre a constituição da visibilidade e invisibilidade social que se constituem em violências física e simbólica, respectivamente.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos, sendo: O primeiro uma introdução à situação das pessoas de rua e como foram criadas as políticas públicas voltadas a estas; seguido pelo segundo capítulo, que discorre a respeito do que tratei aqui, a invisibilização social das mesmas em espaço urbano e público, quem são essas pessoas, quais suas identidades, os tipos de violência que sofrem, o fator da raça e da cor, questão de cidadania das mesmas, respeito para com estas, discriminação e quando ocorre a visibilização delas; no terceiro capítulo, apresentei a questão das PSR como um fenômeno que ocorre em todo o mundo, com destaque para países como: Estados Unidos, Finlândia, França, Japão e Brasil.

A intenção da seleção destes países é apresentar como culturalmente a questão das PSR é tratada, se é de fato tratada e quais os meios que o Estado e a sociedade adotam como formas de amparo e assistência à essas pessoas em questão, e por último, tenho o quarto capítulo, a respeito das pessoas em situação que encontram-se na Feira do Ver-O-Peso, aspectos sociais da invisibilidade nesta, como acontece, ou não, o desvio no olhar para com elas através da sociedade dominante, segundo a ótica dos feirantes; e como a invisibilidade das PSR é vista pelo grupo solidário Sopão Feliz como complementariedade da visão da sociedade dominante, que não está nas ruas, mas que constroem uma representação sobre essas pessoas.

2 AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E A INVISIBILIDADE SOCIAL

O tema da invisibilidade social cada vez mais se aprofunda no campo das ciências sociais e vem ganhando diferentes interpretações e convergindo diversas interseções analíticas. Desigualdade e diferença agregam nuances de interpretações que requerem superar a explicação monocausal para a produção da exclusão social. À desigualdade de renda somam-se as de cor, gênero, etnia e tantas outras. A luta pelo reconhecimento (HONNETH, 2009) dos diferentes atores sociais trazem a luz uma diversidade de direitos e necessidades individuais e sociais a serem constituídas. E portanto, ampliam o horizonte social e sociológico para as formas de existência e re-existência social. Contudo, esse não é um processo sem conflitos, mas forjado sempre entre grupos com acesso desigual que criam o pertencimento social: renda, representação, respeito, identidade, acolhimento. Essas ausências são sentidas pelas pessoas em situação de rua.

Para que seja explicada como esta invisibilização da sociedade dominante para com as PSR ocorra, precisei identificar quais os elementos em que ocorrem esse processo de exclusão social e que estigmatizam e separam as PSR, relegando-as ao esquecimento.

2.1 Quem são as pessoas em situação de rua?

As pessoas em situação de rua são um grupo constituído por pessoas que se encontram em um espaço público, a rua, possuindo vínculos provisórios ou permanentes com essa, dependendo de suas necessidades ou escolhas. Mas, nem todas as pessoas que estão nas ruas escolheram viver nela, assim como aquelas que escolheram tiveram motivos para isso.

Em pesquisa realizada em Campinas, São Paulo, Brasil, Hallais e Barros observam que a PSR é “historicamente visibilizada como marginal” e “difícilmente consegue acessar os serviços de saúde, tornando-se invisível ao próprio Sistema Único de Saúde” (HALLAIS; BARROS, 2015, p. 1). Como medida para atender esta população em específico, o Consultório na Rua, antes “Consultório de Rua”, foi criado na Bahia em 1999, pelo Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD), inicialmente, para amparar crianças de rua que utilizavam substâncias psicoativas (FERREIRA, 2015). Esse projeto foi criado com a necessidade emergente que se fazia

presente: pessoas em situação de rua dificilmente recebiam atendimento médico, por sofrerem preconceito na rede pública de saúde. Assim, cria-se um serviço especializado voltado para atender essa demanda, que permanecia até então desprezada pela estigmatização que a população de rua sofre, por ser da rua.

Em Maceió, Alagoas, uma pesquisa realizada observando o atendimento do Consultório na Rua prestado aos seus usuários, identificou que não é somente “responsabilidade exclusiva dos profissionais que atuam no Consultório na Rua, mas de todos que se depararem com um sujeito social nessa condição que necessita de seu trabalho” (FERREIRA, 2015). O combate à invisibilização que Ferreira (2015) propõe é de que essa discriminação positiva, que é o reconhecimento do diferente e o atendimento das necessidades do mesmo em sociedade de acordo com sua singularidade (CASTEL, 2008), não seja a única forma de atendimento que a população de rua tenha a seu dispor. Pois, o Sistema Único de Saúde (SUS) deveria abranger a todos aqueles que necessitem dele, sem discriminações quanto ao tipo de pessoa que atende, sendo de rua ou não.

Em Belém, Da Silva (2014) fala da fragilidade dos vínculos com o excluído, ao passo em que: quanto mais as PSR estão inseridas nas ruas, mais frágeis são os laços entre elas e a sociedade dominante. Quanto mais excluídas e invisíveis socialmente estão, menor é o contato do Estado para com as PSR, já que o mesmo não enxerga, não assiste pessoas que não se comportam com os padrões normativos dominantes ditados como aceitáveis dentro de um meio social. Sendo assim, essas pessoas estão à margem da sociedade dominante, não sendo parte desta (CASTEL, 1997). Estes corpos indesejados, são então estigmatizados e desprezados, à medida que sofrem um processo de segregação por serem vistos como inúteis e improdutivos (DA SILVA, 2014, p.16).

Dentre os 10 usuários entrevistados do Centro Pop, um relatou estar nas ruas por falta de opção, disse que “acabou morando nas ruas de Belém”, pois veio de outro estado brasileiro, em busca de emprego na capital paraense, e foi assaltado. Quando perguntado o motivo pelo qual não buscou abrigo em algum lugar, disse não ter conhecidos que moram em Belém para ficar. Por conta disso, esteve nas ruas até o momento em que foi encaminhado por autoridades ao Centro Pop São Brás, onde estagiava. Ainda que não fosse “morador” de rua, e somente estivesse nas ruas temporariamente, ele seria visto como tal, e estaria exposto a todos os perigos que a rua proporciona.

Os que escolheram viver nas ruas, disseram que se sentiam bem morando nelas, pois não eram bem-vindos em casa, e que nesse espaço urbano poderiam viver sem cobranças ou julgamentos. Relataram que as regras das ruas eram mais fáceis de serem cumpridas do que as de casa. Dos dez usuários entrevistados em 2016, 47% afirmam terem ido às ruas por motivos familiares, 35% por drogadição, 12% por doenças crônicas e 6% por outros motivos (SOUZA; RODRIGUES, 2016). Embora houvesse aqueles que escolheram viver no ambiente urbano público, e outros que foram obrigados pelas circunstâncias, 100% dos entrevistados de uma amostragem de 10, expressaram o desejo de abandonar esse ambiente devido à precariedade dessa vivência, além do perigo a que estão constantemente submetidos, seja pelo convívio entre eles, seja pelas ameaças daqueles que os discriminam através de violência física.

É consenso entre eles, que, embora as ruas proporcionem uma grande liberdade no que diz respeito a viver sem as regras padronizadas que a sociedade dominante impõe como necessárias para fazer parte dela, o espaço público não é o melhor lugar para se viver: necessita de improviso para alimentação, higienização, abrigo e conseguir condições climáticas adequadas, além de coragem para o enfrentamento das ameaças que os rondam. Essas que são geradas entre as pessoas nas ruas, ou são aplicadas por outros agentes contrários à sua estada nas calçadas, atentando contra suas vidas. Por estarem na rua, não se encontram, porém, livres de regras, já que a própria rua possui suas próprias regras para que haja uma concordância em como funcionam enquanto sociedade, sendo estas ainda mais severas do que as impostas dentro de um padrão normativo de sociedade.

O estigma que marca as PSR é constituído por diversas camadas, em diferentes tempos, amalgamando várias formas de discriminações e exclusões. Estas se aprofundam a ponto de negar a existência dessas pessoas, negando-lhes, inclusive, o direito à rua, à cidade. A distinção social vai além de uma oposição de classes, entre ricos e pobres, ou entre trabalhadores e patrões, mas agrega a falta de respeito (SENNETT, 2004), a violência simbólica (BOURDIEU, 2002) e física; a destituição de reconhecimento social e o legado da subcidadania (SOUZA, 2003), aplicando-lhes as várias formas de tratamento higienista. Essas e outras são as características do que as experiências de pesquisas e os dados levantados podem caracterizar como a de invisibilidade social.

2.2 A associação com o lixo como forma de exclusão

O ambiente urbano de Belém possui um enorme problema estrutural: faltam lixeiras nas ruas e recolhimento adequado do lixo na cidade. Com isso, o acúmulo de lixo de forma desordenada nas calçadas, avenidas, e até mesmo canais de esgoto alcançam proporções descomunais: de acordo com matéria jornalística de O Liberal, a cidade de Belém produz por dia cerca de mil toneladas de lixo, em 100 locais de descarte ilegal. A paisagem da capital paraense possui uma imagem desordenada e suja, refletindo irresponsabilidade não somente por parte dos órgãos responsáveis como também da sociedade paraense, que não demonstra interesse em fazer a coleta seletiva ou mesmo o seu descarte em local apropriado. O despejo de lixo em vias públicas acaba se tornando algo estruturalmente cultural e de desinteresse político.

O lixo, na atualidade, é visto como algo sujo e sem valor, mas nem sempre foi assim. Na Suméria (3.500 a.C.), os responsáveis pela água e pela limpeza da cidade eram sacerdotes, pessoas de posição social elevada (EIGENHEER, 2009), e por conta disso estavam assim integrados a uma atividade importante e não desprezível. Hoje, os responsáveis pela limpeza da cidade, os “popularmente chamados de ‘lixeiros’ e mais corretamente denominados como ‘garis’” (LEÃO, 2016), não são vistos da mesma forma, pelo contrário: são invisibilizados. Enquanto sacerdotes eram escolhidos para uma tarefa considerada nobre, garis são vistos como pessoas que executam um trabalho desprezível.

A atividade do lixeiro é marcada pela insalubridade que está relacionada ao fato destes trabalhadores lidarem com elementos que causam repulsa como ratos, baratas, vermes, material degradante como fezes, animais mortos e o lixo contaminante que pode fazer adoecer o corpo com infecções (seringas, estiletes, preservativos) (LEÃO, 2016, p. 21-22).

Esses trabalhadores da limpeza urbana, por estarem associados ao lixo, acabam sendo tratados como ele: são descartados, desprezados, e não são considerados importantes. O fato de não se reconhecer o que pode ser descartado e o que pode ser reaproveitado, acaba tornando o termo “lixo” algo mais maleável: O que é lixo e o que não é? A questão é que “lixo” acaba por trazer uma conotação de algo desprezível, e, portanto, sem valor. E por não possuir valor, pode ser “jogado fora”, sem aproveitamento. Quando ligamos a palavra “lixo” a uma pessoa, estamos

dizendo que ela não possui valor, que é descartável. Ao chamarmos o trabalhador que coleta lixo de “lixeiro”, estamos negativamente sua imagem e importância perante a sociedade. Quando o chamamos de gari, estamos fazendo uma ligação com a origem de sua profissão

O nome "Gari" foi uma homenagem ao francês Pedro Aleixo Gary, que iniciou a profissionalização da prestação de serviços de limpeza urbana na cidade do Rio de Janeiro. Ele foi o primeiro a assinar um contrato de limpeza pública com o Ministério Imperial, organizando assim, a partir do dia 11 de outubro de 1876, a remoção de lixo das casas e praias do Rio de Janeiro. (LEÃO, 2016, p. 20).

Os “garris”, além de sofrerem uma estigmatização por estarem relacionados ao lixo e o que ele representa negativamente à sociedade, são também invisibilizados pela padronização de seus uniformes, já que “o que se vê são uniformes e não pessoas” (LEÃO, 2016). Por se vestirem iguais, crê-se que são todos da mesma forma, e que não possuem identidades próprias: eles são o que vestem. Assim, torna-se relativo dizer o que é visível ou não: você vê o profissional, mas não vê quem é a pessoa.

Embora as PSR não possuam um “uniforme” que as homogeneíze, possuem, no entanto, características comuns aos seus componentes, que podem causar a sua invisibilidade: vestem-se e higienizam-se mal, possuem problemas de saúde, dentre outros fatores que causam repulsa aqueles que não ficam/estão/são nas/das ruas. A forma como se comportam também causa esse afastamento social, visto que as regras das ruas são tidas como “libertinas” e “desordenadas” pela sociedade dominante. Desta forma, as ruas de Belém apresentam um aspecto imundo e poluído, onde tudo o que estiver associado ao lixo também será visto desta forma.

2.3 Violência simbólica como invisibilização

A invisibilidade social pode ocorrer de forma sutil, de acordo com Bourdieu (2002), é uma expressão de violência simbólica gerada no meio social. Em “O Poder Simbólico”, Bourdieu fala da “violência simbólica”, que se presta a explicar como a invisibilidade acometida às pessoas em situação de rua ocorre: pelo modo tênue com que se mostra, de modo silencioso e com o consentimento daqueles que são

oprimidos por ela, no caso as PSR. Este consentimento inconsciente se dá por meio da aceitação que o indivíduo (PSR), que está nas ruas, aceita-se como parte deste cenário de descaso e abandono. Vendo-se desta forma, ele internaliza como sendo produto deste meio, a personificação do ambiente público que são as ruas: elas estão entregues ao descaso, às mudanças climáticas, à sua insegurança expressa por meio da violência física demonstrada por aqueles que rejeitam a pessoa em situação de rua, devido à uma aporofobia (aversão ao pobre). Mas o que seria essa “aporofobia”?

Segundo Cortina (2020), em seu texto publicado em 1º de dezembro de 1995, aporofobia seria “um tipo de rejeição, aversão e medo que tinha o destinatário os pobres” (CORTINA, 2020, p. 34). “Áporos”, termo grego que se relaciona a palavra “pobre”, associado a “fóbeo”, que significa “aversão”, construí um termo que faz analogias que causam o mesmo impacto que “xenofobia” e “homofobia” (CORTINA, 2020). Este medo social, que por vezes traduz-se por meio de agressões físicas ou simbólicas ao pobre, e aqui em questão à pessoa de rua, explica-se adequadamente ao termo “aporofobia”, pois retrata uma repulsão à uma pessoa pela sua condição econômica a que pertence, à classe social em que se encontra. Para Cortina (2020), “é indubitável que seja urgente dar nome a essa rejeição do pobre, do desamparado, porque essa atitude tem uma força na vida social que é ainda maior, precisamente porque atua a partir do anonimato.” (CORTINA, 2020, p. 37)

Cortina propõe um debate acerca da construção aporofóbica em campos biológicos, para além dos aspectos culturais, políticos e sociais (CORTINA, 2020, p. 118). Descreve que “nossos cérebros são aporofóbicos” (CORTINA, 2020, p. 95), ao afirmar que segundo a neuroética

Nossos cérebros têm códigos de conduta selecionados pela evolução. Aparentemente, na origem das relações sociais, quando o cérebro humano estava sendo construído, os homens viviam juntos em grupos muito pequenos, que não ultrapassavam cento e trinta indivíduos e eram homogêneos em raça e costumes. (CORTINA, 2020, p. 120).

A aporofobia, que biologicamente se expressa em comportamento social por aversão ao pobre, associa-se, portanto, à aversão às pessoas de rua, visto que são pobres. O medo ao pobre pode ser expresso tanto por meio físico ou simbólico.

A violência simbólica acontece por meio da negação da existência de alguém, e o processo para tornar alguém invisível, segundo Luiz Eduardo Soares et al (2005), em seu livro “Cabeça de Porco”, se dá pela estigmatização, ao afirmar que:

Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito. Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo de nossa própria intolerância. Tudo aquilo que distingue a pessoa, tornando-a um indivíduo; tudo o que nela é singular desaparece. (SOARES et al, 2005, p. 165).

Assim, o indivíduo não mais existe e ele nada mais é do que o “rótulo” pelo qual é taxado. Se ele está nas ruas, é “o drogado”, “o vagabundo”, mas nunca ele mesmo e sua singular identidade. Tudo o que é desaparece, para que possa ser caracterizado por um estigma que o distancia dos demais que não estão nas ruas, os visíveis que possuem identidade própria. É como se ele não tivesse mais um nome, uma história, origem ou futuro, torna-se apenas um “morador” de rua. Eles são discriminados negativamente (CASTEL, 2008), pois com suas características particulares não possuem suas demandas supridas, pelo contrário: são excluídos por possuí-las. A pessoa em situação de rua é repelida, por ser da rua. Por essa ser uma posição marginalizada e indigna, é tratada com desprezo pelos demais que não compartilham das mesmas condições. O afastamento do diferente é um movimento aporofóbico que a sociedade dominante faz, pois há esse abismo entre o não-reconhecimento do outro como seu semelhante, resultando na repulsão e exclusão dele.

Ainda que algumas pessoas em situação de rua indignem-se com sua invisibilidade, pelo menos no que diz respeito à população que está situada em Belém do Pará, elas ainda não possuem organização social oficial constituída para reivindicação de seus direitos. Não encontramos registros dessa movimentação, como é o caso de outras regiões do Brasil, nas quais existem organizações como o Movimento Nacional da População de Rua, presente em 12 estados brasileiros (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, online).

Contudo, é possível insistir em aprofundar no entendimento de que estratégias vem utilizando para seguir resistindo nas ruas de Belém. No caso da violência simbólica, ela acontece quando o oprimido não se manifesta perante seu opressor (seja este representado pelo Estado ou por algum membro da sociedade tida como normativa). Assim, a invisibilização se reflete na quantidade de pessoas que está nas ruas de Belém por um determinado tempo (como o caso de um senhor que morou por mais de 40 anos nas ruas), e que não conseguem sair das mesmas, seja por falta de

oportunidade em reinserção na sociedade (dominante), com amparo da família e do Estado, seja pela desistência e incredulidade da própria PSR em não se enxergar mais como pertencente de um meio social que o valide como ser humano, que possui direitos. Este mesmo senhor, por exemplo, só conseguiu sair das ruas (e não por falta de interesse), quando assistido pelo Centro Pop de Belém, que conseguiu localizar familiares no estado do Maranhão, e que o acolheu.

Como pôde um senhor, tão idoso, ficar tanto tempo nas ruas sem assistência? Estaria ele, então, invisibilizado? Quanto ao abrigo de pessoas idosas em situação de rua, há abrigo específico para esta demanda em Belém. Mas há pouca disponibilidade de vaga, em muitos casos, só quando algum idoso falece. Aqui vemos que esta pessoa por estar em abrigo, não tem para onde ir. Entende-se que a vaga para um depende do falecimento do outro.

A sociedade dominante, bem como a escola, tem o interesse em manter a ordem, através de uma padronização do modo de viver dentro dela. Aqui se enquadra o conceito de “habitus”, que se remete à padronização de ensino para Bourdieu, que simplificou nas escolas e aos comportamentos mais gerais. Para Bourdieu, habitus é um “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes.” (BOURDIEU, 2005, p. 191).

Bourdieu (2007), em “A distinção: crítica social do julgamento” caracteriza o processo de distinção, demonstrando que se dá entre classes sociais, composta pela classe dos dominantes versus a classe dos dominados. O primeiro grupo se caracteriza por um status privilegiado na sociedade ao possuírem capitais, sejam esses econômicos ou culturais, que os insere e os inclui em uma sociedade tida como padrão, alijando àqueles que possuem os capitais de menor valor. De acordo com o que proponho, os feirantes do Ver-O-Peso, pertencentes das normas sociais vigentes da sociedade dominante, e as PSR, alijada de direitos e que estão fora desta sociedade, são dois “blocos sociais”, duas sociedades muito distintas entre si, pois possuem valores e atributos próprios. Esses blocos sociais são construídos socialmente, onde haverá a prevalência de uma existência que relaciona dominados contra dominantes. Muitas características distanciam uma da outra: as classes inseridas favoravelmente na sociedade estão representadas pela sociedade dominante, enquanto as classes dominadas abrigam a população em situação de rua.

Esta distinção também pode ser expressa pela ótica do racismo: a raça dos privilegiados versus a raça dos desfavorecidos.

Pode-se inferir nesta pesquisa que há dois tipos de grupos sociais: os visíveis e invisíveis. Se seguirmos o raciocínio de Foucault, ao definir a “guerra de raças” (FOUCAULT, 1996), pode-se deduzir que aqueles que não se enquadram nos parâmetros ditados pela sociedade como normais, são descartados e invisibilizados, fazendo parte assim de uma nova configuração social, com regras próprias de vivência e convivência (a sociedade à parte, dos invisíveis). Estas características precisam ser aprofundadas na pesquisa, no sentido de investigar como se estabelecem princípios numa sociedade paralela formada por aqueles que estão em situação de rua e escolheram viver na condição dela.

Grosfoguel aponta que a guerra de raças da qual Foucault fala não é sobre um discurso racista biológico, nem equivalente a um discurso religioso, ele fala de uma guerra de grupos sociais que denota mais um discurso subversivo contra o discurso do poder soberano (GROSFOGUEL, 2012). Isto poderia ser aplicado às pessoas em situação de rua, considerando ainda que o contexto social no qual se enquadram, não atendem aos padrões normativos impostos pela sociedade dominante. Assim, essa população de “inaptos” expressam o estilo de vida que levam como uma escolha, uma resposta subversiva contra a sociedade tida como dominante.

2.4 Raça/cor e invisibilização

Quando se fala de racismo, alguns nomes se sobressaem na análise desse fenômeno cultural, dentre eles: Michel Foucault e Frantz Fanon. Para Foucault, o racismo surge no século XIX como uma apropriação conservadora estatal do discurso de “guerra de raças” e da ressignificação desse discurso por parte do Estado no discurso de “pureza racial”, “pureza de sangue”, até o momento em que o discurso da “luta de raças” se radicaliza e se torna um discurso de luta de classes (GROSFOGUEL, 2012).

A visão de Foucault, por ter sido contextualizada a partir de uma concepção “intraeuropeia” (GROSFOGUEL, 2012), acaba por não abarcar as tensões específicas ao contexto da América Latina dentro de uma concepção “pós-colonial”. A visão de Foucault traz contribuições importantes sobre aquilo que fundamenta preconceitos e

que podem contribuir com a pesquisa a ser desenvolvida quanto às pessoas em situação de rua.

Já Fanon expressa em seus trabalhos uma visão pós-colonial sobre as relações de poder, auxiliando na compreensão bem mais específica sobre como se estabelece o conceito de racismo. Grosfoguel, em seu trabalho “El concepto de ‘racismo’ em Michel Foucault y Frantz Fanon” transita pelos conceitos destes dois teóricos, construindo uma proposta teórica sobre como o racismo se funda a partir de preconceitos enraizados no contexto social.

Ao pensarmos sobre o racismo em relação à população negra, este se pauta em um aspecto enraizado nas bases da sociedade, a partir de um contexto histórico-cultural que denota uma simbologia preconceituosa associada ao tom escuro da pele. Este tipo de pré-julgamento é percebido dentro de um contexto pós-colonial expressivo na América Latina, e remete a interações sociais nas quais o preconceito está para além de aspectos religiosos, econômicos, de escolaridade etc. que poderiam se encaixar como “normalidade”, pois indivíduos negros em diferentes condições sociais perpassam o preconceito, independente de se enquadrarem na realidade normativa.

Grande parte da população de rua é composta por pessoas pardas ou negras em várias partes do Brasil. Como não há dados atualizados dessas pessoas desde o Censo 2010, fontes de jornais de cada estado fazem uma pesquisa, com dados estimados das PSR em seu território. Como exemplo, podemos citar a cidade de São Paulo, que em seu último censo feito pela prefeitura da mesma, identificou que das 31,9mil pessoas que vivem nas ruas da capital paulista, 22,6mil declararam sua cor e raça, apresentando um total de 71% de pardos e negros (UOL, 2022). Pessoas de tom de pele escura (não-brancos) já sofrem discriminação pelo tom de pele estando nas ruas ou não. Quando estão associadas ao pertencimento das ruas, são duplamente invisibilizadas, duplamente excluídas, pois o fator do tom de pele mais a condição de habitat em que se encontram as tornam mais marginalizadas pela sociedade.

Os autores Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Luciana Correa do Lago (2012) falam da importância que o patamar escolar e econômico tem na classificação do indivíduo enquanto pessoa dentro de uma sociedade, comparando três grandes capitais brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, e como acontecem às ocupações profissionais da população, mediante o nível de escolaridade que

possuem e se há uma relação direta ou não, entre escolaridade, classe econômica e valor desta pessoa dentro de um meio social. No mesmo trabalho, os autores discutiram a respeito das camadas da sociedade estarem relacionadas a grupos étnicos específicos, podendo-se notar como pessoas negras em geral assumem ocupações profissionais menos privilegiadas. No que diz respeito à escolaridade, 80% dos entrevistados do Centro Pop Belém, em uma amostragem de 10 participantes, possuíam o ensino fundamental incompleto, o que demonstra, ainda que em uma pequena amostragem, que tal associação de fatores pode interferir na ida às ruas.

Em campo, percebeu-se que os usuários entrevistados no Centro Pop de Belém possuem visões muito particulares quanto a sua imagem e identidade, o que também se reflete em suas estratégias de sobrevivência nas ruas. Nenhum dos entrevistados que apresentavam a pele preta se declarou como negro no questionário, a maioria se declarou “morena” ou parda, e havia os que, apesar do tom da pele serem explicitamente escuras, se declararam “brancos”.

O fato de não se reconhecerem como negros pode estar associado a estigmatização da raça que os atinge em diferentes níveis de identificação, mesmo em condições de vida fora dos padrões da sociedade normativa. Eles não se reconhecem como negros, pois como negros sabem que são mais invisibilizados.

Para Fanon (2008, p. 15) os negros são "construídos" socialmente como negros. Ou seja: o negro existe a partir de uma ótica branca de como é permitido em sociedade, que direitos possui de fato, como é aceito ou não e a quais locais pertence. Dita-se o que é ser negro, como uma pessoa negra deve se vestir, pentear, falar, que atributo físico deve possuir, e até mesmo de que modo ser objetificada. Não se permite que outra visão seja aceita. Se um grupo se encontra em posição desfavorável em um contexto extremo como o da situação de rua, se auto identificar como negro seria ainda mais desfavorável para sua condição, porque ser branco é algo benquisto em meio social, e não ser branco é “inaceitável”.

Segundo Fanon (2008, p. 15), “muitos negros acreditam neste fracasso de legitimidade e declaram uma guerra maciça contra a negritude”. Em se tratando da situação de rua, esta máxima se torna uma verdadeira guerra interior em que essas pessoas buscam formas de amenizarem suas condições frente às adversidades que passam. Assim, “eles literalmente tentam olhar sem ver, ou ver apenas o que querem ver” (FANON, 2008, p. 15) em relação à construção de suas próprias identidades. Ou seja, a questão da raça/cor é um fator que também acentua a invisibilidade de um

grupo, e a partir do momento em que grande parte da população de rua é negra atrelada ao estigma de ser de rua, aumenta sua invisibilização perante uma sociedade permissiva, onde pessoas brancas são mais visíveis do que negras, têm seus direitos de fato validados e são assistidas por serem vistas como seres humanos. O negro, por enquadrar-se em um nível de “subcidadão”, em teoria possui os mesmos direitos do branco, mas na prática a revogação destes direitos encontra-se fora do seu alcance.

2.5 Invisibilização e negação da cidadania – a subcidadania brasileira

Jessé de Souza (2003) discute sobre a ascensão social das camadas populares brasileiras no espaço público brasileiro. Destaca a questão de negros e “mulatos”, em “A construção social da subcidadania”. Citando Florestan Fernandes, diz que as pessoas escravizadas recém-libertadas estavam jogadas à própria sorte, pois não dispunham de meios de sobrevivência para um mundo capitalista que emergia no país. E aí, sem poder competir com os imigrantes europeus, o negro vê-se obrigado a aceitar empregos marginalizados e também cede ao mundo do crime, como meio de sobrevivência.

Para Souza (2003), citando Fernandes, o negro não se adapta à liberdade e à competitividade do mercado brasileiro. A cor da pele determina a posição social que uma pessoa deve ocupar na sociedade. E o “preço” que se dá à cor de alguém pode edificá-la ou demoli-la social e economicamente. Contudo, em alguns aspectos a cor será o “aspecto secundário”, visto que negros e brancos também se igualam quando a menção ao termo “marginalização” é posta em prática: quando situados em condições precárias, como “moradores de rua”, tanto brancos quanto negros serão vistos como inferiores à sociedade dominante, independente da cor. De último será levado em consideração quais são brancos e quais são negros, pois já serão postos em um mesmo grupo: o de pertencentes às ruas. No entanto, as pessoas negras acabam por serem mais marginalizadas do que as brancas e, independente de qualquer coisa, tudo o que as pessoas negras querem é serem consideradas pessoas, acima de tudo. Acima da cor, acima de sua posição socioeconômica.

No que confere a ser considerada como pessoa, Souza (2003) faz um esclarecimento quanto às diferenças entre cidadania e subcidadania. Para receber reconhecimento social, o cidadão precisa estar ligado a algum elo que envolva

produção. Tendo-se em vista que grande parte das PSR é composta por pessoas pardas e negras, elas assim, estão inseridas na condição prévia de subcidadania, o que torna mais difícil o acesso à cidadania. Além da questão da cor, o fato de não contribuírem tão frequentemente com a economia, estando sujeitas em grande parte, dentro do mercado informal, para receberem o devido “reconhecimento social”. Isto torna ainda mais difícil serem vistas como parte da sociedade, como seres humanos. Afinal, em um sistema capitalista, o reconhecimento se dá pelo valor aquisitivo do cidadão.

Tanto em Souza (2003), quanto em Fernandes (1978), a subcidadania a qual as pessoas negras estão submetidas aplica-se também às PSR: são invisíveis perante a própria cidadania, subjulgados à uma categoria de “subcidadãos”. Por estarem “invisíveis” perante o Estado, são de forma escassa atendidas por esse, pois até os censos feitos não abrangem toda a parcela da população que está nas ruas. Grande parte do diagnóstico dessas pessoas se dá pelo atendimento que recebem de órgãos que fazem atendimentos às PSR, como os Centro Pop e CnaR. Quanto aos que não recebem atendimento, não são, portanto, contabilizados, causando uma discrepância entre as verbas necessárias para atender às PSR. Já que o repasse de verbas corresponde a contagem exata das PSR, ficando, portanto, desigual com o número real de pessoas nessa condição. Deixando à mostra, as deficiências políticas públicas voltadas ao povo de rua.

A pessoa invisibilizada não pode ser atendida, pois não existe socialmente, não usufrui de direitos que possui por não ser visto como membro dessa sociedade. Ao ter sua existência negada, no que diz respeito ao seu prisma social, ele existe somente fisicamente, mas inexistente socialmente. Estabelece-se uma contradição sem resolução: as pessoas em situação de rua tornam-se invisíveis, por não seguirem os padrões sociais estabelecidos, contudo, esses mesmos padrões são obstáculos para que se tornem cidadãos. Ao ser excluída, essa PSR sofrerá com a ausência de direitos básicos, como: alimentação, saúde, moradia e trabalho. Invisibilizar socialmente uma pessoa de rua é negar o direito que essa tem de existir enquanto habitante do espaço público, que são as ruas, e enquanto cidadã, enquanto pertencente de uma sociedade democrática.

2.6 Invisibilização e falta de respeito

O debate acerca dos vários conceitos que o termo “respeito” pode abarcar se insere na discussão sobre as desigualdades e como estas podem ter um reflexo na ausência daquele (SENNETT, 2004). Sennett propõe, através de relatos de sua biografia em “O Respeito”, que há várias formas de perceber o respeito, seja pela sua escassez; pelo reconhecimento do outro enquanto ser heterogêneo e singular pela liberdade em um reconhecer o outro; pela invisibilidade como mecanismo de sobrevivência do outro; o distanciamento profissional; pela inconstância e imprecisão do outro; a não-projeção do “eu” no outro e pela dignidade alcançada pelo trabalho como respeito próprio, do outro.

A pessoa em situação de rua não goza do respeito frente à sociedade que a domina, visto não ser reconhecida como cidadã detentora de direitos e, ao ser invisibilizada, não possui suas necessidades supridas. Se ela não é vista, não será conseqüentemente assistida, sendo assim, desrespeitada.

O importante debate que Sennett faz em “Respeito” nos diz como algumas pessoas possuem o “privilégio” deste, através do reconhecimento. O que o autor tenta ilustrar é uma sociedade utópica onde as diferenças, além de respeitadas, sejam aceitas em sociedade, em algum momento. O tão sonhado convívio de diferentes indivíduos singulares entre si pode ser alcançado através do respeito mútuo. E é no respeito que as desigualdades sociais podem ser combatidas. Neste caso, as desigualdades sociais em que as pessoas em situação de rua estão submetidas na sua vivência nas ruas, se refletem na qualidade da: alimentação, higienização, no local de dormir, no acesso à educação, na solicitação de documentação, prestação de assistência à saúde, dentre outros.

A própria indiferença quanto ao não-reconhecimento dessas pessoas quando estão situadas em espaço público desacordadas, sem que haja prestação de auxílio por parte daqueles que transitam às ruas só demonstra que as PSR não são respeitadas por não possuírem os requisitos de regras sociais que implicam em pertencimento da comunidade. Por isso, quando falamos em marginalização, falamos de todo e qualquer um que esteja à margem, fora do campo que abrange a garantia e usufruto de direitos. O “marginal” aqui, no entanto, é aquele que foi expulso da esfera social, mesmo que de acordo com a declaração universal dos direitos humanos, Artigo 1º, que estabelece: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948).

2.7 Discriminação negativa: como fator de invisibilidade

Robert Castel em “A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones” (2007), relata quando um grupo de jovens iniciou inúmeros atos de vandalismo na periferia de Paris, capital da França. O que aparentemente não possuía uma razão para tal ato, traduziu-se como um aglomerado de motivos de insatisfação de jovens que não se viam atendidos quanto ao pertencimento de sua cidadania. Esses jovens, em sua grande maioria são descendentes de imigrantes, e sofrem com discriminação por não serem vistos como cidadãos franceses. Ainda que possuam legalmente esta cidadania, eles não são de fato reconhecidos como tal, sendo assim, discriminados e marginalizados. Ainda em Castel podemos ver a discussão acerca da fragilidade dos laços do indivíduo com a sociedade, caracterizado pelo que o autor chama de desfiliação, no seu livro clássico “As Metamorfoses da Questão Social” (1995).

Castel faz uma reflexão sobre indivíduos que estão dentro de uma atmosfera em que há vínculos empregatícios. No entanto, esses vínculos são frágeis assim como o pertencimento à essa sociedade. Eles existem nessa sociedade, todavia estão à margem dela, não possuem os privilégios que os que fazem parte do núcleo de cidadãos reconhecidos como franceses desfrutam, e estão suscetíveis a uma impermanência que não os garante segurança no trabalho, sendo flutuantes e não permanentes. Ou, nas palavras de Castel:

Os “excluídos” não tem nada a ver com a escolha de uma política de flexibilidade das empresas, por exemplo – salvo que sua situação é, concretamente, a consequência dessa escolha. Encontram-se desfiliaados, e esta qualificação lhes convém melhor do que a de excluídos: foram desligados, mas continuam dependendo do centro que, talvez, nunca foi tão onipresente para o conjunto da sociedade. É por isso que dizer que a questão suscitada pela invalidação de alguns indivíduos e de alguns grupos concerne a todo mundo não é só fazer apelo a uma vaga solidariedade moral, mas, sim, constatar a interdependência das posições trabalhadas por uma mesma dinâmica, a do abalo da sociedade salarial. (CASTEL, 1995, p. 569).

Em relação à invisibilidade social, a condição se dá pelo fato de que as pessoas em situação de rua, assim como os jovens parisienses, também não são vistas como cidadãos. A discriminação negativa proposta por Castel, demonstra a falta de assistências a esses atores sociais, por serem vistos como diferentes dos indivíduos que compõem a sociedade, no caso, francesa. Aqueles jovens apesar de terem

nascido na França, contudo apresentam características físicas diferentes, pois herdaram a cor de seus antepassados. Da mesma forma, embora as PSR, podem sofrer a desfiliação quando são alijados do usufruto dos direitos humanos que deveriam incorporar a todos.

A discriminação positiva, no entanto, agirá de forma reversa: de fato, ela reconhece e diferencia seus cidadãos franceses, porém: utiliza as diferenciações para tratá-los no que necessitam dentro de suas singularidades. Em outras palavras: traz para a prática, a teoria de que todos são iguais, porém diferentes em suas individualidades, identidades e necessidades, devendo assim serem assistidos no que precisam. Enquanto a discriminação negativa exclui o diferente, a positiva enxerga o que há de diferente nesta pessoa e a inclui em meio social, atentando-se para o que ela precisa.

Como forma de reconhecimento, a Assembleia Geral das Nações Unidas abraçou e proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) no dia 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III), como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações, direitos estes inerentes aos sujeitos de uma sociedade e que devem conter todos os seres humanos. Sabemos que, teoricamente, os direitos humanos abrangem a garantia de direitos básicos para sustentar a vida humana na Terra, mas apesar disso, a garantia destes direitos geralmente não se concretiza na prática por meio das políticas públicas.

Para que uma pessoa exerça plenamente sua cidadania, ela precisa ter consciência de seus direitos, para que seja possível desenvolver processos emancipatórios de exercício pleno da cidadania. Faz-se necessário fomentar as potencialidades do humano enquanto ser capaz de refletir sobre a realidade que o cerca, com intuito de transformá-la (ALCÂNTARA et al, 2014). No entanto, para desfrutar de seus direitos ela precisa primeiramente ser reconhecida como ser humano. Quando isso não ocorre, ela fica abaixo da linha do humano (sub-humano).

Esta classificação secundarizante foi atribuída por muito tempo a algumas raças, caracterizando neste caso o racismo e a violação de direitos, já que a maioria das pessoas em situação de rua são negras ou pardas. A invisibilização pela discriminação negativa acentua as singularidades de uma pessoa ou grupo de rua, e as estigmatiza por fazerem parte dele. Ao invés de serem incluídas, são excluídas, pois não possuem as características que o círculo social normativo e dominante estabelece como modelo a ser seguido, para serem tidas como parte deste meio.

2.8 Visibilização e invisibilização: como partes indissociáveis de uma única questão

Uma forma de combate à invisibilização social é a hipervisibilização: tornar algo extremamente visível, ao ponto de não ser ignorado. É o que propõem Hallais e Barros (2015), ao caracterizarem a visibilidade, invisibilidade e hipervisibilidade, em uma pesquisa realizada em Campinas, São Paulo, junto a uma equipe do Consultório na Rua. A “visibilização” à qual estão submetidas é quando sua existência causa desconforto, e por consequência, medidas do Estado para “espantar” essas pessoas de meios urbanos, como formas de diminuir a criminalidade em regiões com domicílio e comércio são ações que demonstram que a população de rua somente é visível quando é um problema, não quando precisa de algo. O que se busca, segundo Hallais e Barros (2015) não são medidas de bem-estar das PSR, mas da valorização dos espaços urbanos. Ruas mais limpas e comércios lucrativos são mais importantes do que pessoas.

A visibilidade que a imprensa proporciona também não transmite um valor positivo: a imagem da população de rua sempre está relacionada à drogadição. No entanto, quando o foco é somente a drogadição, ignoram-se fatos como a vulnerabilidade física e social em que estão inseridas (HALLAIS; BARROS, 2015). Embora esta seja uma realidade predominante, e como um usuário me relatou no Centro Pop, até aqueles que não usam drogas vão usar, pois esta é uma imposição das ruas. Assim, se uma pessoa que foi para as ruas não consumia drogas antes, por estar nelas, passará a consumir, pois esta é a regra de quem está nas ruas.

A imagem da pessoa em situação de rua com as drogas reforça a estigmatização, pois a drogadição não é vista como deveria ser: a de uma doença. A associação que comumente se faz é a de que a pessoa que usa drogas é uma vagabunda, que “não quer nada com a vida”, e que gasta seu tempo se drogando, ao invés de estar procurando emprego. E no caso da pessoa em situação de rua, além de estar nas ruas e não vivendo como as demais que possuem uma casa e trabalho próprio, ainda carregam a imagem de que estão lá porque querem, porque são “vagabundas e imprestáveis”, ou nas palavras de uma delas: “Sou um nada (diante da sociedade). Quando olham, olham com desprezo. Me sinto como um lixo” (Usuário 9 do Centro Pop São Brás. 2016)².

² Os relatos foram colhidos durante atividade de estágio que realizei em 2016, no Centro Pop São Brás. A identidade do depoente foi preservada por solicitação dele.

A invisibilidade retratada por Hallais e Barros (2015) fala do não-pertencimento da população em situação de rua pela negação de seus direitos, na não-acessibilidade a recursos, que para a sociedade padrão, são facilmente adquiridos. A PSR, por provocar repulsa em alguns profissionais, necessita em alguns casos dos que intermediem por elas no contato com outros trabalhadores, neste caso da saúde, para que sejam atendidas em hospitais, por exemplo. A hipervisibilização seria uma resposta, um combate à esta invisibilização, não somente reforçando a existência dessa população na obtenção e exercício de seus direitos, pelo menos no que diz respeito aos serviços de saúde prestados a elas, mas também da melhoria na qualidade desses serviços. Uma hipervisibilização seria, desta forma, uma superação no atendimento já feito, de forma mais eficaz e eficiente, onde não somente um caso fosse resolvido momentaneamente, mas que servisse de parâmetro para futuros atendimentos semelhantes. Ou seja: um avanço no tratamento de PSR, aprimorando não somente os métodos adotados como também a humanização com que seria tratada essa pessoa.

O Consultório na Rua (CnaR) surge como uma resposta à necessidade de atender à esta população, que vinha sendo negligenciada por profissionais da saúde, em particular por serem das ruas, e com isso não serem tratadas. Os objetivos do Consultório na Rua são

Oferecer cuidados no espaço da rua, preservando o respeito ao contexto sociocultural da população, por meio de ações de promoção, prevenção e cuidados primários (no espaço da rua); fazer articulação com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e seus serviços como o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS); realizar atividades lúdicas, esportivas e artístico-culturais; favorecer a reinserção familiar, escolar e social, entre outras (FERREIRA, 2015, p. 33).

A atuação do Consultório na Rua é uma forma de combate à invisibilização das pessoas em situação de rua, no que diz respeito aos direitos à saúde: eles não serão mais ignorados, pois agora há um órgão do Estado específico para atendê-los. Embora esta seja uma forma de discriminação positiva (CASTEL, 2008), e que se configura como ação afirmativa, que em teoria deveria funcionar temporariamente, a discriminação dessa população ao longo dos anos leva-nos a crer que dependeriam sempre do Estado para terem seus direitos incluídos junto aos demais. Mas, vivemos

em uma sociedade em que o diferente é dificilmente aceito, e dependendo do nível econômico em que se encontre e da posição social a qual pertença, será menos humano e mais “coisa” do que as demais pessoas, distanciando-se, desta forma, dos direitos humanos aos quais todos deveriam desfrutar.

Invisibilidade social é, portanto, um fenômeno social em que ocorre a negação de existência social do indivíduo. Os conceitos de Bourdieu, Fanon, Souza, Sennett e Castel, complementam-se nesta definição: a invisibilidade social é uma forma de violência sutil, que se instaura presente ao consentimento (indireto) do oprimido perante seu opressor (BOURDIEU, 2002), quando o pertencimento à uma raça/cor categorizada socialmente como invisível (FANON, 2008), submetendo seus oprimidos à uma subcidadania, desprovidos assim de direitos mais abrangentes se fossem considerados cidadãos ao possuírem outra cor/raça (SOUZA, 2003). A escassez de reconhecimento como cidadãos também implica em uma forma de respeito, pois o invisível não é visto fisicamente por não existir, mas por não ser respeitado pela sua singular existência (SENNETT, 2004). Ele não é invisível, portanto, mas invisibilizado. E por não existir, não pertence, não possui um lugar na sociedade (CASTEL, 2008).

Na região da feira do Ver-o-Peso essa invisibilização ocorre quando a presença das PSR nessa região é vista de forma desagradável por alguns dos clientes que frequentam a feira. Os feirantes que trabalham nessa feira, no entanto, não demonstraram repelir essas pessoas à ponto de invisibilizá-las. Porém, costumam de fato afastá-las do local em que trabalham, a fim de defenderem um ambiente atrativo para turistas e potenciais clientes, para que sua presença não seja motivo de desconforto e impeça que as vendas sejam realizadas.

As vendas são essenciais para a sobrevivência dos feirantes, no entanto, alguns parecem demonstrar incômodo com a presença de pessoas que possam “afastar a freguesia”. Mas, há feirantes que não se incomodam com a presença dessas pessoas, e em alguns casos oferecem alimentação e até ocasionais trabalhos para aqueles que buscam algum tipo de ofício na feira do Ver-o-Peso, como meio de sobrevivência. O que se verifica é um contraste entre aqueles que afastam as PSR da feira e aqueles que não se incomodam com sua presença. Todavia, não obtive na fala de nenhum feirante que entrevistei a não-percepção dessas pessoas, ao ponto de terem suas presenças ignoradas negativamente. No

próximo capítulo analisarei como o problema da existência de pessoas que estão nas ruas, se estende para outras cidades do mundo.

3 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA – UM FENÔMENO MUNDIAL

Ouvi uma música no rádio um dia desses, e o cara estava cantando que o nome dele era 'Carnaval' (é interrompido pela assistente social). Foi muito louco, porque é o meu nome de palhaço no trabalho. E até bem pouco tempo atrás, era como se ninguém me visse. Nem eu sabia se eu realmente existia (é interrompido novamente). Você não me ouve, não é? Acho que nunca me escuta de verdade. Você faz as mesmas perguntas toda semana 'Como vai seu trabalho?', 'Está tendo pensamentos negativos?'...Só o que eu tenho são pensamentos negativos, mas você não me ouve mesmo. Eu disse, que durante toda minha vida, eu nem sabia se eu realmente existia. Mas eu existo, sim. E as pessoas estão começando a perceber. (Trecho de "Coringa", filme de 2019).

A existência do outro funciona como um reflexo meu em um espelho: enxergo o outro, a partir do momento em que me vejo refletido nele. Vejo traços que lembrem a mim, à minha existência. Quando na invisibilidade, a existência funciona como um vidro translúcido, onde há uma barreira invisível que me separa do outro, mas não o enxergo não porque ele não existe, mas porque a sua existência não reflete na minha: atravessa o vidro, mas não ao ponto de me tocar e querer ajudá-lo. Ele não é meu semelhante, logo, é um estranho para mim.

Dados oficiais sobre pessoas em situação de rua, seja a nível mundial ou nacional, sempre são imprecisos. A contabilização oficial de pessoas que ocupam um determinado espaço necessita de uma metodologia que se prove eficaz em identificar uma população flutuante, como é o caso das pessoas em situação de rua. Por conta disso, pelo menos no que se diz a nível nacional, ela não se realiza de fato, estima-se apenas (IPEA, 2020). Este grupo de pessoas, como indico neste trabalho, é constantemente esquecido e logo, recebe pouca ou nenhuma importância quando se trata de atenção e cuidados. Assim, pode-se afirmar que a contabilização dessas pessoas que se dá pelo interesse que o Estado demonstra, através das políticas públicas criadas para atender as necessidades delas, é imprecisa. No entanto, notei haver maior empenho por parte de quem tem direto contato com essas pessoas de rua, tanto de grupos filantrópicos, organizações não-governamentais e entidades religiosas que realizam trabalhos junto à esta população, além é claro, de órgãos e políticas voltados especificamente da questão de pessoas em situação de rua, como o Centro Pop e CnaR (este último lançado em 2011, como estratégia Sistema Único de Saúde, SUS, parte da Política Nacional de Atenção Básica, com atenção multiprofissional).

Estas organizações possuem os números e dados atualizados, mas desconhecidos publicamente. A divulgação, no entanto, depende da apuração destes dados para que assim tornem-se oficiais. Logo, os reais dados estão mais atualizados diretamente com grupos que lidam com as pessoas de rua que mais assiduamente estão com estas em campo, do que em meios oficiais de divulgação.

Para contabilizar a existência de uma pessoa, é preciso que se faça um recorte social do que é uma vida, segundo Judith Butler (2015). Em “Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto”, a autora busca demonstrar quando uma vida é reconhecida como tal, para que então sua presença ou ausência possa ser sentida.

Butler atenta-nos para o fato de que antes de distinguir uma vida, é necessário saber o que a define, o que a caracteriza como reconhecida. O que conceitua um reconhecimento abrange a todos, ou somente alguns? Existem padrões a serem seguidos para que uma vida, possa enfim, ser reconhecida? Ou como diz Butler (2015, p. 20), "o que poderia ser feito para mudar os próprios termos de condição de ser reconhecido a fim de produzir resultados mais radicalmente democráticos?".

Ao que consta, os parâmetros de reconhecimento seguem padrões normativos de validação, pois "nem todos os atos de conhecer, são atos de reconhecimento (...) uma vida tem que ser inteligível como uma vida, tem de se conformar a certas concepções do que é a vida, a fim de se tornar reconhecível" (BUTLER, 2015, p. 21). Mas afinal, a pessoa em situação de rua conta como uma vida? Se sim, como pode-se conceituar tal reconhecimento? E ao ser reconhecida, e ser validada como vida, poderá esta ter sua presença ou ausência sentida?

Sabemos que pessoas em situação de rua diferenciam-se em aspectos comportamentais, físicos dentre outros da sociedade dominante, que possui moradia. Em sociedade externa às ruas, alguns padrões de comportamento precisam ser validados para que as pessoas sejam vistas como “pessoas”. Essa segregação ocorre baseada no preconceito e na concepção de que a pessoa que está nas ruas (ocasionalmente ou não) não é um ser humano. E, não sendo considerada como tal, não possui os mesmos direitos que o resto da população que foram às ruas.

Enquanto Butler investiga como as condições de reconhecimento sejam mais democráticas, é necessário que a discussão acerca de que as pessoas em situação de rua, mesmo que estejam nas ruas, ainda sejam validadas como pessoas. Todos vieram de um lugar, e por algum motivo, acabaram nas ruas.

O que se investiga, quando falo em “pessoas” e não “população”, é propor uma

individualidade na trajetória de cada uma destas, sem que se homogeneíze um grupo: para cada situação singular, a resolução única do problema quanto à perda do lar e enfraquecimento dos vínculos familiares e sociais, ou superação de algum problema que dificulte determinado alguém em voltar a fazer parte da sociedade, ao sair das ruas. Daí falar em “pessoas em situação de rua” e não em “população em situação de rua”, como proponho aqui.

Em “Necropolítica” (2018), Achille Mbembe faz relação do domínio à vida (“Biopoder”, de Foucault), com o “deixar viver”, a política do domínio à morte ou “deixar morrer”. Enquanto Foucault fala sobre uma vida como propriedade de alguém, Mbembe complementa que o domínio da vida vai além da permissão de viver ou morrer, mas, da destruição em massa de populações.

As PSR, de acordo com o que sugere o necropoder, sofre diversos atentados à vida. Em exemplo, a ausência de políticas públicas mais eficazes, que garantam vagas em abrigos, acesso à alimentação, cuidados básicos de saúde, emprego e acesso a documentos de registro. O “deixar morrer” torna-se evidente quando quão mais precárias são as condições de vida, mais suscetíveis estas pessoas estão destinadas a esse fim: são destruídas físico e emocionalmente, condicionadas e encaminhadas à morte.

Exemplos de ações do necropoder expressam-se em meios urbanos, onde “a dinâmica de fragmentação territorial, o acesso proibido a certas zonas e a expansão dos assentamentos” (MBEMBE, 2018, p. 43) precarizam a qualidade de vida dessas pessoas. As PSR dependem da estrutura da rua para que possam viver. Se não há condições para o abrigo, alimentação ou mesmo cuidados básicos que as previnam de doenças por exposição direta ao meio externo (como a pneumonia, que é muito recorrente), a exclusão de áreas em que escolhem para residir também contribuem para a invisibilização delas. O próprio ato de arrancar cobertores dessas pessoas em pleno frio, mostra-se como Mbembe (2018, p. 47) chama de “terra arrasada”, situação na qual as PSR são vistas como inimigas, sendo tratadas hostilmente pelas mãos do Estado, pelos seus agentes da lei (polícia) e por algumas pessoas da sociedade dominante que as repudiam por serem de rua. Esta “guerra infra estrutural” (MBEMBE, 2018, p. 47) entre Estado e PSR parece não ter fim, já que mesmo que tais medidas sejam adotadas, estas pessoas não deixarão de existir. Poderão, no entanto, diminuir de número já que se encontrarão mais frágeis às intempéries do clima e da fome, com destino à morte, ou, caso encontrem abrigo ou

retorno ao lar.

Complementando o discurso de Hegel sobre a morte e sua aceitação, Mbembe baseia-se em George Bataille para dizer que a falibilidade da vida está quando esta encontra-se vencida pela morte. Podemos então dizer que a pessoa que está nas ruas morreu para a sociedade? Em alguns momentos, quando tem sua essência negada, sim. Mas ela, como sabemos, não está morta de fato e sim esquecida. Dependendo do caso, sua situação de reinserção ao meio social pode ser realizada, e ela se tornará “visível” novamente.

3.1 Uma questão social mundial

A situação das pessoas que vivem nas cidades de vários países considerados economicamente mais ricos, em relação ao Brasil, por exemplo, guarda similaridades com os países mais pobres. No que pese, ter diferenças em relação as medidas de proteção. A escolha dos países a seguir demonstra como culturalmente cada Estado trata da questão de pessoas em situação de risco (de rua), quais medidas são temporárias devido a uma situação momentânea, ou através de políticas públicas que almejam considerar a questão de pessoas habitando o espaço público urbano que são as ruas, algo paliativo que deve ser resolvido.

Nos Estados Unidos, considerada como a maior potência econômica mundial, identificamos algumas políticas de enfrentamento às desigualdades destinadas as PSR. Segundo o artigo “What America believes about homelessness” (“O que a América pensa sobre a falta de moradia”), em um site dedicado à questão da invisibilidade social das pessoas de rua, mais precisamente nos Estados Unidos, frequentemente atualiza-se os dados a respeito da questão em território americano, apontando que “73% dos entrevistados acreditam que a falta de moradia aumentou em sua comunidade no ano de 2020”, e que “67% diz que a pandemia do covid-19 tornou a necessidade de abrigar as pessoas desabrigadas, mais urgentes (INVISIBLE PEOPLE, 2020).

As principais causas de pessoas migrarem para as ruas, segundo a população americana, se dão por meio de doenças mentais e dependência de acordo com este informativo. Desta forma, o modo como são enxergadas as pessoas norte americanas que estão nas ruas resumem-se principalmente nestes dois aspectos: ou são doentes mentais ou adictos. A formação de opinião, no entanto, acontece por quem não está

nas ruas vê nas que estão nas ruas, e o que os jornais televisivos retratam. Ambas as perspectivas estão, desta forma, baseadas em impactos visuais.

Em janeiro de 2020, a revista Forbes (2020) fez um levantamento aproximado de 580,466 pessoas em situação de rua nos Estados Unidos, destacando as cidades americanas com maior índice populacional em situação de rua. Em primeiro lugar, encontramos: a cidade de Nova Iorque (Nova Iorque) com 77.943 pessoas em situação de rua, em segundo com 63,706 pessoas o condado e cidade de Los Angeles Cidade e Condado (Califórnia), e em terceiro a cidade de Seattle/Condado de King, com 11,751 PSR.

Algo que vale ressaltar de acordo com tal pesquisa, é que das 77.943 pessoas em situação de rua da cidade de Nova Iorque, “71.000 pessoas, conseguem dormir em acomodações protegidas”, entre outras palavras, abrigo. Embora o estado da Califórnia seja aquele que possui mais da metade de todas as PSR dos Estados Unidos (com 51% ou 113.660 pessoas), Nova Iorque demonstra tratar da questão quanto ao desabrigoamento com maior ênfase do que a Califórnia. Abaixo, podemos ver as cidades americanas listadas com mais pessoas desabrigadas (como comumente chamam-se as pessoas em situação de rua em inglês):

Figura 3 - Cidades dos Estados Unidos com maior número de pessoas desabrigadas

The U.S. Cities With The Most Homeless People

CoCs with the largest number of people experiencing homelessness in 2020*



* CoC - Continuums of Care that are local planning bodies who coordinate homelessness services in certain areas
Source: U.S. Department of Housing and Urban Development



Forbes statista

Fonte: Forbes (2020)

De acordo com matéria jornalística do site Hora do Povo (2018), um modo de auxílio americano àqueles que se encontram desabrigados existente para antes da pandemia do Covid-19, expressa-se pela forma de abrigos ou mesmo de estacionamentos, onde milhares de americanos foram alojar-se, seja em seus carros ou vans, após não poderem mais arcar com os custos do aluguel, com tal prática continuando após a pandemia do vírus. Atualmente, estes grupos encontram apoio podendo manter seus pertences e dormindo dentro de seus próprios carros, em vagas cedidas por igrejas e instituições sociais. Contudo, não são todas as cidades americanas que oferecem este auxílio, visto que desde 2018 (antes mesmo do Covid-19), já havia uma lei que proibia que pessoas desalojadas de suas casas em Los Angeles (Califórnia), pudessem dormir em seus carros, acarretando muitas caso houvesse flagrante.

Diferente das pessoas que possuem carros ou vans, as pessoas em situação de rua de Las Vegas em 2020 receberam um auxílio temporário perante o

enfrentamento da pandemia do Covid-19, com a cessão de abrigo à céu aberto em alguns estacionamentos, nos quais “os espaços onde cada pessoa dorme têm 1,5 metro de distância uns dos outros, de acordo com as diretrizes federais de distanciamento social”, como relata matéria jornalística do Extra (2020). Tal medida fora adotada, após um abrigo noturno com 500 camas ter sido infectado, após uma pessoa que lá esteve ter contraído o vírus do Covid-19, e por conta disso, o abrigo fechou. Mas, um abrigo à céu aberto, em plena pandemia de um vírus que se propaga pelo ar e se sustenta em corpos fragilizados, como os de pessoas sem agasalhamento apropriado, de alimentação e bom acesso aos cuidados com a higiene, não pareceu ser a melhor das soluções, como podemos ver na fotografia da Figura 4.

Figura 4 - Pessoas em situação de rua, abrigadas em estacionamento nos Estados Unidos



Fonte: Extra (2020)

A Finlândia se destaca por ser o único país da Europa em que o desabrigo está caindo, sendo este local conhecido pela política do “jeito finlandês”, em que a sociedade civil e Estado lidam com a questão “pessoas em situação de rua”, como relata o site do jornal El País (2019). Ao contrário dos países aqui mencionados, os finlandeses formaram uma parceria mais comprometida para o combate à falta de abrigo, em que Estado e sociedade cooperaram, demonstrando assim que todos encaram esta questão como de responsabilidade de ambas as esferas.

Em 2007 um comitê especial que hoje é conhecido como princípio da Habitação

em Primeiro Lugar, formado por: um cientista político, um bispo, um médico e um sociólogo, adotou políticas de abrigo e reinserção de pessoas em situação de rua em domicílios, contabilizando ajuda a um total de 1.345 pessoas. “Em Helsinque, segundo dizem as ONGs envolvidas no programa, quase não há mais moradores sem-teto. E o objetivo do Governo agora é erradicar a população de rua em todo o país até 2027”. Segundo dados do site The Guardian (2019), 5.500 pessoas encontram-se em situação de rua no país nórdico.

Este modelo, no entanto, não é novo visto que se inspira no modelo americano Pathways Housing First (online), fundado na década de 90, pelo Dr. Sam Tsemberis em Nova Iorque, e que acredita que o direito à moradia é um direito básico a todo ser humano, e que segundo sua página oficial, diz que se trata de “um programa que fornece acesso imediato a moradia permanente e apoio centrado na pessoa para pessoas em situação de rua e lutam com problemas de saúde mental e dependência”.

Como poderiam os outros países seguirem o exemplo da Finlândia? A começar pela quebra de preconceito e o medo da aproximação das pessoas em situação de rua, além é claro, de suporte do Estado. Se a sociedade cobra de seu governo medidas voltadas para o bem-estar da mesma, este retorno pode ser atendido, à medida em que o histórico de reivindicações desse país é o de tentativas bem-sucedidas, pois a sociedade, tanto a de dentro quanto a de fora das ruas é a mesma, e isso na Finlândia é enxergado de modo que há mais empenho na resolução da questão, pelo menos no que diz, ao desabrigo de pessoas.

De acordo com o site RFI (2020), a população de rua na França dobrou desde 2012, baseando-se em dados da fundação de caridade Foundation Abbé Pierre, que contabilizou uma estimativa de 300.000 pessoas em situação de rua neste país e, assim como nos Estados Unidos e em outros países em diversas épocas, o fato das pessoas não poderem trabalhar ou terem perdido seus empregos devido a pandemia do Covid-19, gerou um número expressivo de pessoas que não puderam mais pagar o aluguel, tendo por destino as ruas. Das 300.000 pessoas estimadas, “185.000 pessoas estão atualmente em abrigos, cerca de 100.000 estão em alojamentos temporários para pessoas que procuram asilo e 16.000 vivem em favelas”. O país europeu, assim como o velho continente, não permite mais a expansão estrutural por sentido horizontal. É fundamental que se estudem políticas públicas voltadas às PSR, mas também espaços adequados em que possam ser assistidas, não somente quanto ao desabrigo mas quanto às suas demais necessidades.

Em Paris, capital da França, temos como exemplo de “cartão postal” a arquitetura das pontes às margens do Rio Sena, ilustradas nas figuras 5 e 6, de julho de 2006, que contrasta pessoas em situação de rua, acampadas em barracas, durante o período da Copa do Mundo 2006, com os passeios de barco para turistas, em paralelo. O importante é perceber a despreocupação na ocupação de uma área turística por pessoas em situação de rua, que talvez não seja condizente com a proposta de beleza atrativa à paisagem local. Não que a presença de pessoas ali instaladas em barracas seja algo inapropriado, mas o local ideal para pessoas sem abrigo deveriam ser abrigos, ou mesmo residências próprias. Onde está a preocupação parisiense em locar essas pessoas, vê-las e oferecer a elas ao menos abrigo, como em Helsinque? Quais medidas o povo francês toma para que a problemática de pessoas em rua seja combatida, para além do abrigo, caso este último exista?

Figura 5 - Imagem de turistas que passeiam em barco pelo Rio Sena, onde às margens encontram-se pessoas em situação de rua



Foto: Acervo pessoal da autora (2006)

Figura 6 - Imagem de pessoas abrigam-se às margens do Rio Sena



Fonte: Acervo pessoal da autora (2006)

Vemos na Figura 5 a presença de um barco aportado por turistas que vislumbram a cidade parisiense, enquanto no mesmo local, conforme a Figura 6, há pessoas que estão abrigadas e em situação de rua. Estas últimas parecem não incomodar a paisagem em questão, visto que estão neste local ainda que seja parte de uma região que gera lucros para a capital francesa no que diz respeito ao turismo. Mesmo que de fato fisicamente suas presenças sejam notadas, socialmente são ignoradas. Logo, invisibilizadas. Neste quesito, voltamos ao ponto em que defendemos que a presença de pessoas em situação de rua só se faz incômoda quando perturba de alguma forma aqueles que possuem moradia.

Se essas pessoas que estão nas ruas encontram-se em um espaço que não agride moralmente esta sociedade dominante, como é o caso da margem de um rio onde não há circulação de pessoas por se tratar de uma área perigosa e com pouco espaço para locomoção, então podem ser vistos, no entanto, esquecidos. Mas, em se tratando de paisagem turística, a presença das mesmas não seria destoante com o propõe o passeio ao Sena?

A invisibilidade das pessoas de rua é relatada de forma autoral na obra de George Orwell “Na pior em Paris em Londres” (2018), sendo esta pouco conhecida. Tal vivência retrata um período de pobreza e fome em plena década de 20, quando o autor buscava sobreviver nas ruas de Paris e Londres, no início de sua carreira de

escritor. Orwell faz observações que mostram uma realidade singular quanto à maioria dessa população. Na época retratada pela obra, esta maioria em situação de rua é predominantemente masculina:

Passando a noite na rua: 60 homens, 18 mulheres. Nos abrigos e casas não registradas como hospedarias: 1057 homens, 137mulheres. Na cripta da igreja de St. Martin's-in-the-Fields: 88 homens, 12 mulheres. Nos albergues e hospedarias do ccl: 674 homens, 15 mulheres...por esses dados, vê-se que, no que diz respeito a necessitar de caridade, os homens superam as mulheres na proporção de dez para uma.” (ORWELL, 2018, p. 228 - 229)

A imagem de “sujo”, a própria denominação de que todas as pessoas em situação de rua são “mendigas” ou que praticam algum ato de mendicância, mas que não são vistas como trabalhadoras. Onde a palavra “mendigo” torna-se, portanto, sinônimo de “vagabundo”.

As pessoas parecem achar que existe uma diferença essencial entre mendigos e ‘trabalhadores’ comuns. Acham que eles constituem uma raça à parte: a dos vagabundos, como os criminosos e as prostitutas [...] Afinal, em toda conversa moderna sobre energia, eficiência, serviço social e coisas assim, o sentido não é senão ‘ganhe dinheiro, ganhe-o legalmente e ganhe muito’? Do dinheiro se transformou na grande prova de virtude. Nessa prova, os mendigos são reprovados e, por isso, são desprezados. Se fosse possível ganhar dez libras por semana mendigando, a mendicância se transformaria imediatamente numa profissão respeitável. (ORWELL, 2018, p. 196 - 197).

A já existência do trabalho de “flanelinha” (guardador de carros) naquela época, como meio de sobrevivência, através do improviso em espaço público para adaptação de uma função remunerada

Ele me ensinou a viver, comer, dormir, fumar e todo o resto à razão de meia coroa por dia. E conseguia ganhar uns poucos xelins a mais como flanelinha à noite. Era um trabalho precário, porque ilegal, mas rendia alguma coisa que nos ajudava a estivar nosso dinheiro. (ORWELL, 2018, p. 225)

Se encontram aqui e hoje, como se esta condição de invisibilidade urbana trouxesse sempre os mesmos estigmas, as mesmas chagas sociais. Dentre alguns fatores na fala do próprio Orwell (2018), podemos visualizar realidades paralelas ao século vinte e um, como o apoio da caridade e o assistencialismo

A senhora nos serviu o chá e, enquanto comíamos e bebíamos, ela ia de um lado para o outro falando em tom benigno. Os temas eram religiosos – sobre como Jesus Cristo sempre tinha um lugar macio para homens pobres e rudes como nós, e sobre como o tempo passava depressa quando se estava na igreja, e sobre como fazia diferença para um homem na estrada se ele fizesse suas orações regularmente. Odiávamos aquilo. (ORWELL, 2018, p. 160)

Neste trecho, Orwell relata a caridade como algo que se pratica há longos tempos por meios religiosos, e foi através do assistencialismo que nasceu a assistência social. Ainda que as PSR não sigam as linhas religiosas propostas a ajudá-las, aceitam a mão estendida como forma de não ver outra alternativa que não a de aproveitar as oportunidades para sobreviver a mais um dia, mesmo que para isso precisem se submeter a momentos considerados desagradáveis. O assistencialismo, no entanto, não seria o ideal de combate a esta questão, visto que não soluciona por definitivo a questão “pessoas em situação de rua”. Em alguns casos, infelizmente, há somente a ajuda na sobrevivência a essas pessoas no enfrentamento a dificuldade de vivência que as ruas oferecem.

Ou, mesmo a ideia de que a pessoa que está nas ruas é uma vagabunda, que desistiu de viver honestamente através do trabalho:

Uma criatura repulsiva e perigosa que prefere morrer a trabalhar ou se lavar, e que nada mais quer senão pedir, beber ou roubar galinhas... A própria palavra ‘vagabundo’ evoca essa imagem. E a crença nela obscurece as verdadeiras questões da vida na rua. (ORWELL, 2018, p. 225).

As pessoas em situação de rua, ou como discriminadamente são chamadas as “mendigas”, separam-se da sociedade pelo fator trabalho e não somente por trabalho em si, mas por um trabalho que sirva ao capital:

Os trabalhadores ‘trabalham’, os mendigos não ‘trabalham’; são parasitas, inúteis (...) Contudo, se observarmos de perto, vemos que não há uma diferença essencial entre modo de vida de um mendigo e o de inúmeras pessoas respeitáveis. Os mendigos não trabalham, diz-se. Mas, então, o que é *trabalho*? (...) Na prática, ninguém se importa se o trabalho é útil ou inútil, produtivo ou parasita; a única exigência é que seja lucrativo. (ORWELL, 2018, p. 195 - 196).

O incômodo com um suposto estado “vegetativo” de uma pessoa que desiste

de trabalhar e garantir seu sustento, enquanto as demais batalham arduamente no mercado de trabalho, provoca o desconforto daqueles que trabalham, renegando as que não o fazem. Por isso a invisibilidade não é física, mas social. É seletiva, ao ponto em que se escolhe não ver alguém em algum lugar, porque ela provoca desprezo e repulsa, ao passo que também não se vê como parte daquele meio.

A presença de políticas públicas, em que este problema possa ser resolvido se houver de fato interesse, como o caso da cidade de Helsinque, tornaria a invisibilidade social das PSR algo mais sério a se combater em pautas articuladas por este próprio Estado, quanto pela conscientização da sociedade que, uma vez um indivíduo encontrado em situação de rua, haveria a chance de reinserção de volta à sociedade, demonstrando assim que tal deslocamento (para as ruas) não seria permanente, e sim momentâneo.

No caso do Japão, de acordo com dados do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-estar (MINISTRY OF HEALTH LABOUR AND WELFARE, 2020), “foram confirmadas 3.992 pessoas em situação de rua, sendo 3.688 homens, 168 mulheres, 136 desconhecidos”, um número menor de pessoas em situação de rua, se comparado aos demais países já aqui citados. Muitas pessoas deste país vão parar nas ruas por diversos motivos, sendo um deles o desemprego, tanto dos japoneses quanto de estrangeiros que vão de outros países, em busca de emprego no Japão e não conseguem ou mesmo não suportam a jornada de trabalho japonesa, conhecida por ser muito extensa.

Embora haja políticas públicas japonesas que amparem a própria população no que diz respeito à moradia, ainda se faz presente a existência de outras para as que já se encontram nas ruas e nelas moram ou estão temporariamente nestas. Contudo, há uma negação da existência delas, quando são “escondidas”.

Mas como isso é feito? Bem, temos como exemplo o ocorrido das Olimpíadas 2020 (realizada em 2021, apesar de ser 2020, em função do Covid-19), pessoas em situação de rua que se abrigavam próximos aos locais onde os jogos olímpicos eram realizados, como estádios, parques e estações de trens. Foram, para não se dizer “expulsas”, com intuito de invisibilizá-las, de acordo com matéria da British Broadcasting Corporation (BBC) de julho de 2021. Dizendo, desta forma aos seus visitantes, que no Japão não há pessoas em situação de rua.

O higienismo japonês é mais um exemplo da citada expressão “maquiagem urbanística”, através da qual escondem-se as “imperfeições” do que não se quer

mostrar. Tem-se como esteticamente equivocada a presença de pessoas nas ruas do Japão. Logo, o que o governo japonês não pôde amparar, ele buscou ocultar. Vemos no Japão, com esta maquiagem social do governo, em Paris e em Londres (ORWELL, 2018), uma atitude de repulsa à população de rua, ao tê-la como feia e suja:

...todo mendigo, ipso facto, é um patife. Na infância, nos ensinaram que eles são canalhas, e em consequência disso existe em nossa mente uma espécie de mendigo ideal ou típico – uma criatura repulsiva e perigosa que prefere morrer a trabalhar ou se lavar. (ORWELL, 2018, p. 226).

Vimos que nos países ricos, do norte global, as pessoas que moram nas ruas, ainda constituem um problema social sério, na medida em que os sistemas capitalistas não contam com elas. Em alguns casos, ainda são constituídas algumas políticas para ampará-las ou buscando reintroduzi-las na sociedade. Mas ainda assim, predomina a invisibilidade que caracterizamos pela falta de respeito, pela violência simbólica e física – como no caso do Japão no período das Olimpíadas e nos EUA – resultando na falta de reconhecimento dessas pessoas como cidadãos. E no Brasil, o que dizem os números?

Quando falamos de Brasil, podemos ter números aproximados de pessoas em situação de rua, de acordo com registros do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019), pois o próprio Censo demográfico encontra-se desatualizado, ainda prevalecendo os dados de 2010. Como contabilizar, então, uma população que se encontra nas ruas, desabrigada, e em constante movimento? O próprio fato de não haver uma adaptação de modo de coleta de pesquisa (para além do domicílio), demonstra o quanto essas pessoas que estão nas ruas encontram-se em situação de vulnerabilidade social, por não serem assistidas. Já que, para serem assistidas, precisam ser vistas, e para serem vistas, precisam do rompimento de preconceitos para com suas vivências e do aprimoramento de políticas públicas que invistam no bem-estar destas que se encontram no grau mais baixo da marginalização social: o negligenciamento.

Os dados do IPEA (2020) apontam para uma estimativa de 222 mil pessoas em situação de rua. Porém, com o avanço da pandemia do Covid-19, estima-se que estes números possam ter aumentado, já que a quantidade de pessoas que ficaram impossibilitadas de trabalhar por conta do isolamento social, e com isso, perderam seus empregos e locais de moradia mostrou-se realístico. De acordo com o IBGE,

13,5 milhões de pessoas ficaram desempregadas em 2020 (ano mais crítico da pandemia do Covid-19), e em 2021 o número ultrapassou os 15,2 milhões no primeiro trimestre deste ano. Inclusive, justificando a necessidade do auxílio emergencial³, benefício este criado para atender às necessidades daqueles que não poderiam trabalhar ou não possuíam trabalho para garantir seus sustentos básicos, como a alimentação.

Outra preocupação quanto à pandemia do Covid-19 e as pessoas em situação de rua se mostra presente no próprio fator “isolamento”: Como “isolar-se em casa”, se aqueles que estão nas ruas não possuem casa, estão completamente expostos ao vírus e a outras doenças, como a tuberculose? A preocupação com a população de rua se fez presente e trouxe uma certa visibilização social, quando este grupo, propriamente por apresentar-se como um grupo de risco ao estar exposto ao vírus mais do que os que possuem casa.

Receberam, no entanto, auxílio do Estado com abrigamentos em estádios de futebol provisoriamente, como é o caso do Estádio Estadual Jornalista Edgar Augusto Proença de futebol, conhecido “Mangueirão” de Belém do Pará. Centenas de pessoas em situação de rua foram locadas neste estádio, e tratadas contra o vírus Covid-19, para que não propagasse ainda mais a doença para outras pessoas em situação de rua e para a sociedade em geral. Cerca de 400 pessoas foram abrigadas e auxiliadas segundo o portal de notícias online G1, tanto no cuidado com a contaminação ao vírus quanto com recebimento de doações de roupas e produtos de higiene pessoal. Se o vírus, que existe e propaga-se pelo ar, não for controlado em ambientes externos, a probabilidade das pessoas que frequentam ocasionalmente as ruas (e com isso, refiro-me as que não estão nas ruas) contaminarem-se com aquelas que estão nas ruas e estão desprotegidas, torna o isolamento um desafio ainda maior. As PSR precisam de cuidados tanto quanto a população que possui moradia, e até mais, pois vivem em condições precárias de higienização, alimentação e saúde.

O esquecimento, a rejeição das pessoas em situação de rua mostram-se em outra linguagem visual: a já citada arquitetura hostil. Tornar o ambiente das ruas um espaço inóspito e inabitável também é uma forma de invisibilidade/visibilidade: a PSR

³ O auxílio emergencial aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República é um benefício para garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (novo coronavírus), já que muitas atividades econômicas foram gravemente afetadas pela crise. (Ministério da Cidadania).

se torna invisível como forma de apagamento de sua existência naquele espaço, ao passo que a visibilidade se traduz de forma mais perversa, enxergando-a para hostilizá-la, sendo através da: intimidação, expulsão ou violência física.

A Arquitetura hostil (“architectural exclusion”, em inglês), também nomeada de exclusão arquitetural, “é termo que abrange todas as barreiras e desenhos urbanos que parecem dizer “não se sinta em casa” — como define a repórter Winnie Hu, do The New York Times” (SOMOS CIDADE, 2022). Outra descrição para esta modificação do espaço urbano atenta-nos para a separação de grupos sociais: “pode discriminar e segregar certos indivíduos – frequentemente, pobres e negros.” (NEXO JORNAL, 2021).

A arquitetura hostil está diretamente ligada ao alojamento das pessoas que habitam as ruas, delimitando assim seus comportamentos como: impossibilitá-los de dormirem em determinados locais, higienizarem-se ou mesmo alimentarem-se, fazendo assim com que a pessoa em situação de rua sofra constante deslocamento, sem local fixo para residir. O exemplo mais recente que possuímos aconteceu em São Paulo em fevereiro de 2021, quando inúmeras pedras de concreto foram colocadas embaixo do viaduto Dom Luciano Mendes de Almeida, local comumente habitado por pessoas em situação de rua por conta de sua cobertura. Com esta alteração estrutural, as pessoas que ali estavam alocadas, tiveram que procurar outro abrigo do sol e chuva.

No entanto, a atitude do Padre Júlio Lancelotti⁴, clérigo que atua na Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de São Paulo, em remover essas pedras a marretadas, se provou como uma reação ao enfrentamento da invisibilidade do Estado em expulsar essas pessoas de seus abrigamentos urbanos. O pároco é conhecido pelo seu trabalho junto à população de rua, onde constantemente divide opiniões de aceitação ou rejeição. Sua igreja (São Miguel Arcanjo) está localizada no bairro da Mooca, área da zona leste da capital paulista. Ele tanto é bem-quisto pelos moradores da região, quanto hostilizado, visto que seu trabalho “atrai muitos “moradores de rua no local”, como os que não apoiam seu assistencialismo costumam falar. Por este motivo, também recebe constantes ameaças, algo que parece não o intimidar, já que apesar

⁴ Conhecido por ser um religioso defensor dos direitos humanos, frequentemente notado ao lado de líderes de outras religiões, de pessoas LGBTQIAP+ e de outros grupos considerados vulneráveis, como a população de rua. Costuma ser visto tanto dentro, quanto fora da Igreja, atuando em prol daqueles que busca ajudar.

da idade continua com seu trabalho, auxiliado por constantes voluntários.

Figura 7 - Imagem do Padre Júlio Lancelotti marretando pedras de viaduto em São Paulo - SP



Fonte: A Postagem (2021)

A arquitetura hostil é uma forma de higienismo, uma vez que busca “limpar” uma imagem que desagrade a paisagem urbana, podendo negativá-la e trazendo consigo reações negativas aos bolsos do capitalismo, quando se fala em tornar o espaço atrativo para o comércio. E, já que a imagem da PSR está atrelada à periculosidade, a ameaça que isso traz às proximidades dos locais em que se circula dinheiro produz um certo afastamento da população da sociedade dominante que transita por lá.

Embora a arquitetura hostil tenha esse propósito, não é de toda efetiva já que, as pessoas em situação de rua podem deslocar-se para um outro ambiente favorável ao abrigo. O que não implica dizer que ela não funcione, apenas que não é eficaz. Quando falamos em higienismo, podemos também apontar ações como as já citadas políticas de linchamento (molhar pessoas que estão nas ruas no frio, arrancar seus cobertores, atear fogo nas mesmas), além de ocultação dessas pessoas em um determinado evento turístico, como foi o caso que ocorreu no Japão durante os jogos olímpicos de 2020 (realizado em 2021), durante o qual as PSR simplesmente “desapareceram” (SAYURI, 2020).

Figura 8 - Imagem de banco de ponto de ônibus da cidade do Rio de Janeiro - RJ



Fonte: Projeto Colabora (2016)

Os espaços em que as pessoas em situação de rua geralmente costumam ocupar nestas, chamam a atenção de autoridades do Estado adotando uma estratégia higienista característica de expulsão dessas pessoas, do espaço urbano, tais como: divisórias em bancos de praças públicas e de pontos de ônibus (como na Figura 8), são alvo de modificações estruturais que mantêm sua utilidade, sem, portanto, permitir o conforto ou espaçamento para repouso de um corpo, em posição de dormir. O banco de ponto de ônibus da Figura 8 possui uma leve inclinação para a frente e curta largura, para que se dificulte que um corpo se apoie nele para repousar e permanecer no mesmo.

Quando falamos em invisibilidade, precisamos entender como esse fenômeno social ocorre. A invisibilidade social é uma forma de exclusão, que se traduz no “não ver”, no apagamento da existência de um indivíduo. Mas quais os critérios para invisibilizar uns, e visibilizar outros? Segundo Tomás (2012), o “invisível” não pode ser visto, mas pode ser inserido dentro de uma estrutura em que se demonstre sua invisibilização perante outros.

Como ver o invisível? Porque ver o invisível (ou imaginá-lo) é torná-lo visível, da mesma forma que a revelação de um segredo aniquila o dito. Todavia a consciência do invisível é o que o torna possível. A resposta a este paradoxo é que, na realidade, não podemos ver o invisível, apenas podemos pensá-lo dentro de uma estrutura pertinente de pensamento. (TOMÁS, 2012, p. 2).

Assim, a invisibilidade social não, é de fato, uma invisibilização física, é um comportamento excludente de “não-permissão”, de “não-reconhecimento” do outro em determinado espaço.

A invisibilidade social vai depender (entre outras coisas) da percepção que os outros têm de mim. Se o outro não me vê é certamente porque eu não existo para o outro, no entanto existo fisicamente, logo sou visível. A não-percepção do outro é o resultado da sua vida da qual eu não faço parte. (TOMÁS, 2012, p. 3).

Em “Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas”, Costa (2008) discorre acerca da invisibilidade pública acometida ao ofício de gari, e como ela se configura como um desaparecimento psicossocial “de um homem no meio de outros homens” (COSTA, 2008, p. 1). Em sua tese de doutorado, o autor enfatiza que a invisibilização é um ato de um para o outro, e que se apresenta como forma de humilhação social e reificação:

O aparecer de um homem no meio de outros homens, o aparecer de gente enquanto tal, é um acontecimento intersubjetivo, é um fenômeno psicossocial. A subjetividade de cada homem é solicitada pela subjetividade de um outro humano. A cegueira pública – um homem que desaparece para outrem – também configura, dessa forma, um evento psicossocial. A invisibilidade pública, desaparecimento de um homem no meio de outros homens, é expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação. (COSTA, 2008, p. 6).

Sobre a estigmatização e a invisibilização de determinada forma de trabalho, pode-se citar o estado precário em que as Pessoas em Situação de Rua se situam no que diz respeito às condições de trabalho, e como as características dessa população, em específico, as enquadram na categoria de “precariado”, que “poderia ser descrito como um neologismo que combina o adjetivo ‘precário’ e o substantivo relacionado ‘proletariado’. [...] é uma classe-em-formação, se não ainda uma classe-para-si”

(STANDING, 2013, p. 23). Trata-se de “um exército de desempregados e um grupo separado de pessoas hostis socialmente desajustadas, vivendo à custa da escória da sociedade” (STANDING, 2013, p. 25).

Com “escória” podemos classificar os indivíduos que estão à margem de uma sociedade, os marginalizados, e neste meio encontramos as pessoas em situação de rua. Além da caracterização dessas pessoas nesse grupo, investiguei no Centro Pop de Belém a respeito das condições precárias em que elas trabalham, e como poderiam se ajustar, ainda que nas ruas e vivenciem um sistema próprio de regras, desenvolvendo um sistema capitalista de sobrevivência, onde a prestação de serviços e vendas ambulante de mercadorias parece ser mais efetiva do que a prática da mendicância. Assim, além da costumeira mendicância, alguns exercem ofícios que utilizam do espaço urbano para trabalhar, surgindo como um “trabalho de moradores de rua”. É o caso dos guardadores de carro, ou os comumente chamados de “flanelinhas”.

Mas porque então as pessoas em situação de rua estão sujeitas a trabalhos precários? Além do fato de grande parte possuir um baixo grau de instrução, como foi relatado por alguns dos usuários entrevistados no Centro Pop de Belém, a chance de serem contratados por empregadores é reduzida, por conta do preconceito com a associação às ruas. Este preconceito estará refletido na forma de estigma, algo acerca do que Goffman (1988) discorre a respeito, quando caracteriza um grupo de pessoas vistas como “desprezíveis” aos olhos da sociedade normativa, ao possuírem determinadas traços que não se “enquadram” nessa mesma sociedade.

As prostitutas, os viciados em drogas, os delinquentes, os criminosos, os músicos de jazz, os boêmios, os ciganos, os parasitas, os vagabundos, os gigolôs, os artistas de show, os jogadores, os malandros das praias, os homossexuais, e o mendigo impenitente da cidade seriam incluídos. São essas as pessoas consideradas engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social. Elas são percebidas como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; mostram um desrespeito evidente por seus superiores; falta-lhes moralidade; elas representam defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade. (GOFFMAN, 1988, p. 121).

Há ainda outra característica da estigmatização dessas pessoas: trata-se da raça a qual pertencem. Além do fato de sofrerem preconceito por serem vistas como “moradores de rua”, o fato de uma grande parte dessa população ser parda ou negra

aumenta o preconceito no momento de serem empregadas, visto esta ser uma parcela da sociedade que é discriminada em alguns âmbitos e classes sociais.

As pessoas em situação de rua se encontram em uma situação em que sua sobrevivência depende exclusivamente de si, por não serem facilmente empregadas ao serem vistas como inferiores e desprezíveis, ainda enfrentam as adversidades que as ruas proporcionam com todas as limitações que o trabalho informal possui, improvisando e sem a certeza de manterem-se por muito tempo enquanto ambulantes. Enquanto “moradores de rua”, podemos enxergá-las como a parte do precariado mais marginalizada: por estarem cobertas de estigmas e da escassez de boas oportunidades de trabalho, que poderiam melhorar a vida precária à qual estão submetidas.

Para sobrevivermos (dentro de uma sociedade capitalista), precisamos trabalhar. Mas são as condições de trabalho que determinam a qualidade de vida na qual estaremos inseridos. A precarização no trabalho, a estigmatização no que diz respeito ao tipo de trabalho que exercem, associados à raça a qual pertencem também contribui para uma forma de invisibilização social: elas são desprezadas duplamente pela sociedade (tipo de trabalho e parte à de uma raça/cor), tornando o combate às desigualdades sociais mais difícil. Além de sofrerem preconceito no momento de ingressarem no mercado de trabalho, quando conseguem exercê-los, são trabalhos de “moradores de rua” (ou seja, trabalhos feitos em espaço público, improvisados e sem garantias de direitos trabalhistas).

Foi observado em campo⁵, que os usuários atendidos no Centro Pop de Belém, “se sentiam excluídos da sociedade, ou mesmo estigmatizados. Alguns relataram que somente se sentem vistos dentro do Centro Pop pelos funcionários ou mesmo por Deus. O fator ‘repulsa’ também está evidente: Quando algumas pessoas passam perto deles e sentem nojo destes, fazendo com que se sintam mal por este tipo de desprezo” (SOUZA; RODRIGUES, 2016).

Outro dado que alarma a condição a que estão submetidas essas pessoas é a ausência de acolhimento em abrigo: os que solicitavam, ainda que temporário, aguardavam em fila de espera e checavam diariamente quando desocupava uma vaga nesses locais, para que pudessem ir. Todavia, os abrigos estavam sempre ou quase

⁵ Estágio Supervisionado II e III e pesquisa de campo para elaboração do TCC, no período compreendido entre 2015 e 2016, pela Universidade da Amazônia (UNAMA).

sempre lotados, não atendendo assim a grande demanda de usuários que os procuravam sendo, portanto, insuficientes.

É dever do Estado suprir as necessidades de todos os cidadãos, de acordo com seus princípios normativos constitucionais, sendo as Políticas Públicas entendidas como o “Estado em ação”, implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade (HÖFLING, 2001).

Outro prisma que reflete a invisibilização social é a “higienização” de espaços públicos, que possuem o intuito de promover o turismo mediante uma imagem “limpa” de cidade, para que assim se torne mais atrativa e traga mais investimentos para determinada região. A higienização a qual me refiro está relacionada a uma “maquiagem urbanística” em que os problemas sociais de determinada cidade são disfarçados esteticamente, através de medidas que escondam a presença destas “imperfeições sociais”. Chamo de “maquiagem”, pois assim como um disfarce estético, a imperfeição não é corrigida e sim disfarçada mediante truques visuais. No caso da higienização urbana em questão, medidas como o enxotamento da população de rua da paisagem urbanística de cidades consideradas pontos turísticos como Rio de Janeiro e Fortaleza não resolvem os problemas sociais dessa população, apenas os escondem temporariamente para que o turismo e o comércio possam fluir.

Em matéria feita pelo site Sul 21 revelou-se que em abril de 2017, as pessoas em situação de rua denunciaram as violências que receberam das autoridades policiais, e que o governo do prefeito Nelson Marchezan estaria “higienizando” as ruas do Rio Grande do Sul. Essas pessoas estavam sendo severamente expulsas dos locais onde haviam se instalado nas ruas. Nessa mesma matéria, o deputado Jeferson Fernandes do Partido dos Trabalhadores (PT) afirma que nesse estado a higienização é uma medida severa, adotada como política pública:

Há um indicativo de que parte do governo municipal da Capital e do governo do Estado essa visão de que tem que higienizar os espaços públicos, isto é, retirar as pessoas que eles acreditam de que sujam a cidade, perturbam a convivência com outras pessoas. Em se confirmando essa política, isso é gravíssimo (Dep. Jeferson Fernandes, PT, 12 de abril de 2017).

Tendo-se em vista de que o número de pessoas que utilizam a rua como moradia esteja aumentando e que as Políticas Públicas não atendem de forma

satisfatória a todas as demandas desse grupo como a questão de moradia, há outras necessidades, como: alimentação, higienização e renda, existindo então uma relação de dependência do que o Estado fornece e quando fornece. A população de rua busca adequar-se à normatividade social quando necessita, caso contrário, utilizará o espaço público e meios próprios para sobreviver: alimentando-se, higienizando-se, dormindo, mendigando e trabalhando nas ruas.

A necessidade de se fazer um levantamento das carências dessa população não parte somente do Estado, no sentido de melhor estruturar as políticas públicas voltadas para o atendimento das pessoas em situação de rua, mas também da contribuição daqueles que não moram nas ruas, auxiliando em parceria com o governo, para que tais políticas sejam colocadas em prática para minimizar essa questão social, composta por um grupo de esquecidos e negligenciados.

O olhar sociológico é um aliado a irmos além das visões superficiais que um caminhante das cidades pode captar em meio a uma diversidade de atrações. Luzes, placas, carros, lojas, multidões compõe o cenário que nos levam a desviar o olhar para os diversos tipos que fazem parte da cidade. Às vezes, sem uma câmera na mão, mas com boa memória, é possível reconstruir essa sensação do vivido que não passa despercebido. E é assim que lancei mão de gravuras para complementar esse olhar pelo mundo e pelo Brasil sobre a invisibilidade das PSR.

3.2 Desvio no olhar: Inexistência ou apagamento social?

As ilustrações a seguir fazem parte de uma coletânea encomendada à artista Gabriela M. Pereira, onde presenciei em diversos espaços de cidades do Brasil, pessoas em situação de rua. Pela falta de oportunidade que tive em captar a tempo tais imagens e pela preservação da identidade de algumas PSR, decidi por fim trazer apenas a mensagem em questão: as pessoas em situação de rua só existem quando se misturam ao ambiente em que se situam, ou, se tornam visíveis quando destoam do cenário em questão?

A proposta de tais ilustrações é a de “visibilizar o invisível”, trazendo uma reflexão acerca do desaparecimento dessas pessoas, em meio urbano. Dependendo do contexto, cada ilustração retrata um cenário curioso, seja ele “visível” de seu meio (a pessoa de rua sobressai-se em sociedade), seja ele “invisível” (a pessoa de rua não é percebida em sociedade), logo não é vista. A reflexão, também, quanto ao

comportamento das demais é importante para que haja uma transparência quanto às suas existências: ainda que nas ruas, continuam sendo pessoas, apenas adaptando suas necessidades conforme o que a estrutura que o espaço público urbano dispõe as mesmas.

Figura 9 - Ilustração de casal sentado no chão, em frente à rodoviária em Florianópolis-SC, onde o parceiro lê um livro



Fonte: Gabriela M. Pereira (2020)⁶

A Figura 9 retrata um casal composto por uma mulher e um homem, em frente à estação rodoviária da cidade de Florianópolis, Santa Catarina. Ambas as pessoas estão sentadas no chão, onde vemos a mulher guardando seus pertences, enquanto o homem lê um livro. A situação retratada me chama a atenção de que pessoas nesta situação (de rua) possuem os mesmos interesses que as pessoas que possuem

⁶ PINHEIRO, Gabriela M. **Gabriela M. Pereira**. Belém. Instagram: @gabi__ru. Disponível em: http://www.instagram.com/gabi__ru. Acesso em: 20 de abril de 2022.

residência, como é o caso do gosto pela leitura. A figura me ajuda a demonstrar que as PSR têm ambições e gostos comuns aos demais membros da sociedade, e desafiam o senso comum de que estão na rua à mercê da própria sorte, encontrando-se em alguns casos à espera de alimentos ou mesmo utilizando drogas ilícitas. São cenas como esta que demonstram que elas são iguais às todas as demais que possuem moradia.

Embora não possuam residência fixa, com tetos e paredes, o mesmo comportamento de ler se perdura nas ruas, independente se a pessoa se encontra desesperançosa em sua realidade ou não. Pois, tem-se a noção de que pessoas que estão nas ruas já desistiram de viver ou mesmo não se comportam como o dito “civilizado”, e esta imagem traz justamente o confronto destas crenças, já que pessoas em situação de rua ainda são pessoas. O diferente não depende de um parâmetro de grupo isolado para ser validado como povo, assim como cultura não é somente uma, a comportar-se de uma só forma.

Figura 10 - Ilustração de mulher caminha cabisbaixa pela multidão, com bebida à mão em São Paulo



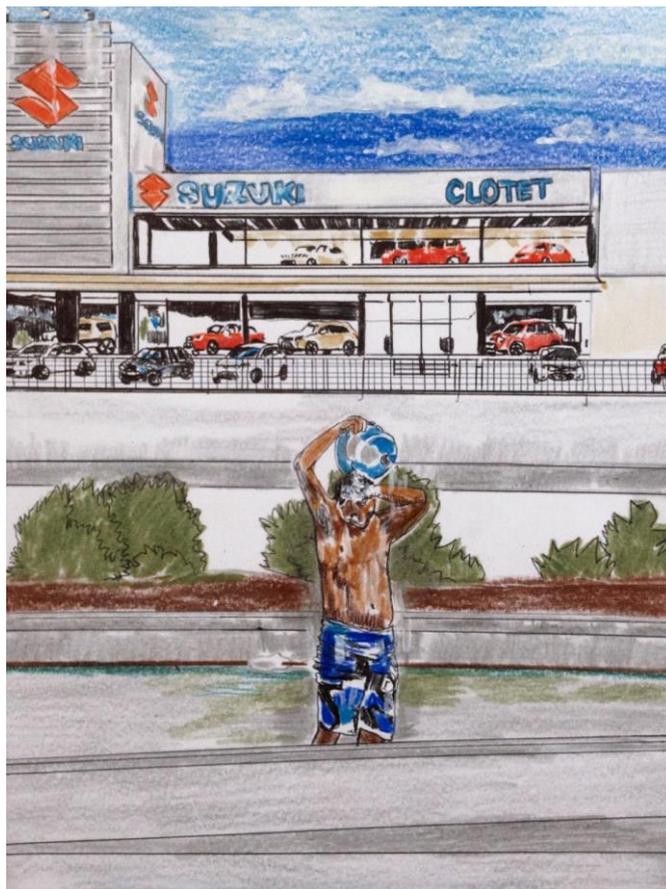
Fonte: Gabriela M. Pereira (2020)

Como outro exemplo, durante uma breve estadia na cidade São Paulo, na região da Bela Cintra (centro da cidade), em meio a uma multidão de pessoas com sacolas de compras, uma mulher com roupas gastas, segurando uma pequena garrafa plástica (aparentemente de aguardente), caminha cabisbaixa e passa despercebida por aqueles ao seu redor (Figura 10). Esta região da capital paulista

está situada em meio a vários estabelecimentos comerciais, e ao que consta, muitos parecem não notar esta mulher, que com trajes que salientam sua triste fisionomia, carrega além desta garrafa de aguardente, um olhar pesaroso e desiludido.

Esta mulher está andando no sentido contrário às demais pessoas, e parece não se importar em ser derrubada pelas que vêm no outro sentido, ou mesmo ser possivelmente atropelada por um carro, por estar rente à rua. Não consegui falar com ela, pois estava observando-a através de meu trajeto dentro de um carro de aplicativo. Aliás, aprovei os deslocamentos de automóvel para observar o meio urbano, essas pessoas em questão e conversar com os motoristas sobre como estava a situação das PSR do seu estado. Neste período em São Paulo, o prefeito João Dória (PSDB) de São Paulo, havia “desmontado” a chamada “crackolândia”, região onde grande parte das pessoas em situação de rua de São Paulo que eram usuárias de drogas estavam.

Após o desmonte, essas pessoas dispersaram-se por vários bairros da capital paulista, principalmente pela região da Avenida Paulista, bem como suas ruas paralelas, tanto das que direcionam para o centro paulista quanto para os jardins, região comercial onde muitas lojas de grife estão alojadas. O que antes era um “problema” de uma região, transformou-se visível para com toda uma cidade, trazendo assim a existência dessas pessoas de rua mais notáveis. Se antes as pessoas de rua tinham um espaço em que se misturavam com seus semelhantes, agora destoavam em meio ao resto da sociedade que possui moradia, e que somente transitam pelas ruas, porém sem viver nelas.



Fonte: Gabriela M. Pereira (2020)

Na Figura 11, podemos ver um homem em situação de rua, que se banha em uma região que vende carros de primeira linha na cidade de Belém do Pará, na Avenida Pedro Álvares Cabral. O que destoa é o sujeito do cenário presente: ele toma banho em frente à concessionária de carros, mas como está “invisível”, ou seja, não incomoda ao ponto de ser retirado ou realocado do local, ali permanece. Embora sujeito e cenário sejam opostos, o fato de aquele ser somente um, e a área ser uma região de intenso movimento e que talvez o ato de se banhar não apresente possível ameaça ao local ou pessoas que ali transitam em questão, põe-nos a reflexão de que o invisível neste caso se faz como descartável ao olhar de quem o presencia, porém desvia o olhar. Ele tem sua existência negada, pois a mesma não causa interferência ao meio que o rodeia. A negação da existência (invisibilização) é a forma de violência simbólica mais frequente em pessoas em situação de rua. Embora haja casos em que ocorra violência física contra essas pessoas, o apagamento social é mais comum e recorrente. Quando nego o direito de existência de alguém, nego-lhe todos os direitos a que possui dentro de uma democracia que a auxiliem a viver.

Figura 12 – Ilustração de mulher com criança no colo, nas ruas.



Fonte: Gabriela M. Pereira (2020)

Por último como parte desta série de ilustrações, tenho a imagem de uma mulher em situação de rua (Figura 12), venezuelana (deduz-se pela vestimenta que possui, característica da população venezuelana que habita a capital paraense), com uma criança que aparenta ser seu/sua filho/filha pequeno/a.

Enquanto está sentada ao chão, a mulher brinca com sua filha, como qualquer outra mãe, independentemente de estar nas ruas ou não. O fato de estar nas ruas não a impede de brincar com ela, ou mesmo de viver a maternidade, por mais severa que seja a realidade em que se encontra. Estar nas ruas não a impede de sorrir, ou mesmo de viver o momento que é estar junto a sua filha e acompanhá-la crescer, ainda que seu futuro seja incerto por estar em situação de vulnerabilidade social. Esta pessoa está “invisível” por não aparentar incomodar aqueles que ali transitam (talvez pela aparência e a presença da criança, que não indica perigo), embora a questão das pessoas em situação de rua oriundas da Venezuela no Brasil tenha se tornado algo cotidiano de se encontrar em meio urbano.

3.3 População em situação de rua: Uma visão

Quando comparamos os cinco países citados nesta pesquisa, podemos ter a ideia de como cada um lida com a questão da população de rua. Em primeiro lugar, os Estados Unidos encontram-se como o país com maior número de pessoas em situação de rua com o aproximado de 580,466 pessoas; em segundo temos a França com 300.000 pessoas; em terceiro temos o Brasil, com 222.000 pessoas; seguidos da Finlândia com 5.500 pessoas e o por último o Japão, com 3.992 pessoas. Mas, novamente, estamos falando de dados estimados e não precisos, e é importante que nos atentemos ao fato da invisibilização da população de rua durante os Jogos Olímpicos 2020, por meio higienista. Se existem mais japoneses ou pessoas de outra nacionalidade em situação de rua, elas não estão sendo vistas, ou pelo menos no que defendo neste trabalho, não possuem sua existência validada.

A invisibilização social das pessoas de rua não acaba com o problema, além de prolongá-lo agrava-o, pois, ao ignorar que estas pessoas existem, não se investiga a fundo o que aumenta seus números, nem porque é tão difícil a inclusão de volta a sociedade dominante. Quanto maior é a permanência nas ruas, maiores os riscos para essas pessoas, e aumento do índice de criminalidade contra elas, pois o incômodo que algumas dessas pessoas despertam naqueles que as desprezam (aporofobia) intensifica a rixa entre sociedade e pessoas de rua, não contribuindo para a primeira enxergue que aquelas que ali estão ainda fazem parte desta mesma sociedade, mesmo que vivendo de forma diferente e nas ruas.

Mas, e quando um ambiente urbano se torna propício à habitação das pessoas de rua, onde a existência delas mescla-se com o ambiente em questão?

4 AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NA FEIRA DO VER O PESO, EM BELÉM DO PARÁ

Mas afinal, quem são as pessoas em situação de rua de Belém? Quais suas principais características, histórias de vida e lugares que ocupam na cidade? Essas e outras nuances são importantes para conhecermos mais de perto os nossos interlocutores. Pois, esse grupo social é composto por diferenças de gênero, da predominância da raça, da faixa etária e nível de escolaridade, portanto, não sendo homogêneos. Fatores que podem demonstrar a amplitude da desigualdade social que os atingem. E tais características sociais e econômicas, também, vão determinar as impressões e ações dos demais grupos sociais. Como são construídas as representações sociais que vão superpondo as diversas camadas de invisibilidade, traduzidas na falta de respeito, reconhecimento social, pela violência simbólica e física?

Para responder a estas perguntas precisa-se, primeiramente, avaliar o que a sociedade normativa, neste caso, aqueles que não estão nas ruas, enxergam como “pessoas em situação de rua”, ou os comumente chamados de “moradores de rua”.

Para Foucault (1999), a normalidade existe em toda parte

São sinais de filiação a um corpo social homogêneo, mas que têm em si mesmos um papel de classificação, de hierarquização e de distribuição de lugares. Em certo sentido, o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende-se que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais.” (FOUCAULT, 1999, p. 208-209)

Ou seja, buscamos entender como determinados grupos que alcançaram algum reconhecimento social, e, portanto, possuem certos direitos sociais visíveis se relacionam com as PSR, estas que estão alijadas de todo respeito e visibilidade social. Os grupos sociais escolhidos para a observação dessa relação de oposição aos PSR foi o das pessoas que trabalham na Feira do Ver-o-Peso, de Belém do Pará, conhecendo-se sua heterogeneidade, assim como os voluntários do grupo solidário “Sopão Feliz”.

Nossos dois grupos de interlocutores, feirantes e voluntários, possuem falas

que se assemelham com a crença popular e em dados oficiais de que moradores de rua formam um grupo homogêneo tanto na cor, quanto na vestimenta e no modo de se portarem. As pessoas de rua, de acordo com dados oficiais da Funpapa (SEVISA, 2018), são em sua maioria: de cor negra, com predominância do gênero masculino, de baixa escolaridade, vestimentas básicas, alguns são usuários de drogas, alguns com doenças mentais e com vínculos familiares enfraquecidos, reforçando assim o ponto de vista popular da identidade visual e comportamental de uma PSR.

Por que escolher a feira do Ver-o-Peso para falar sobre as pessoas em situação de rua em Belém? Como dito anteriormente, esta região encontra-se sempre habitada por PSR, seja pela estrutura que proporciona abrigo à noite, como também alimentação e ajuda de vários tipos de suporte feita pelos próprios feirantes de dia, e de grupos religiosos e filantrópicos à noite. E mais, os “moradores de rua” conforme a fala dos feirantes, pelo menos no que foi coletado em campo, são ajudados por eles, que se solidarizam com situação precária em que estão. Visibilidade e Invisibilidade, são desta forma, faces da mesma moeda a mesma coisa ainda que possuam significados opostos, pois: enquanto são encontrados feirantes que dizem ajudar essas PSR que estão no Ver-O-Peso, há os que optem por ignorá-las. Seriam estas pessoas, então, a parte da sociedade que não é composta pelos feirantes do Ver-O-Peso, e sim aquelas que ali transitam, como alguns clientes e outros transeuntes? (Pesquisa de campo, agosto de 2019)

É claro que, para além do Ver-o-Peso, há pessoas em situação de rua espalhadas pela capital paraense, mas é no Ver-o-Peso que as vemos mais frequentemente, principalmente à noite, quando encontram-se abrigadas abaixo das marquises das lojas do “comércio”. Local, assim nomeado pelos belemenses, que abriga o polo comercial de lojas de roupas, e outros produtos industrializados, no centro da cidade de Belém.

Segundo Silva (2021), “o espaço da feira, torna-se, para os que trabalham, um lugar que proporciona os sentimentos de partilha, a construção de redes de sociabilidade e amigabilidades tecidas e conduz a dimensões afetivas, uma vez que o sentimento de pertencimento de trabalhar na feira é atribuído ao reconhecimento familiar.” Sendo assim, aqueles que ali trabalham e ali estão entendem que a feira é um lar, e os que a habitam são seus familiares. Logo, este envolvimento com as pessoas em situação de rua que ali se situam, transparece em laços afetivos de acolhimento por parte dos feirantes, tendo as PSR como também pertencentes à feira

do Ver-o-Peso. Registramos como “invisível”, ao olhar da Sociologia, uma pessoa apagada socialmente, ao ter sua existência, seu modo de ser e viver e, em alguns casos, escolhas, diferentes do que a sociedade padronizada estabelece como aceitável e essencial. Questões que se impõem àquelas pessoas em questão, para que sejam reconhecidas, assistidas e tenham seus direitos sociais garantidos por lei. Sennett (2004) associa tal reconhecimento à presença do respeito, enquanto Souza (2003) setoriza os subcidadãos como aqueles que estão afastados dos seus inatos direitos sociais.

Como já diria Ralph Ellison, em “Homem Invisível” (2013), ainda nas primeiras linhas de sua história, onde seu personagem, o Homem Invisível em questão, relata:

Sou um homem invisível. Não, não sou um espectro como aqueles que assombravam Edgar Allan Poe; nem sou um ectoplasma do cinema de Hollywood. Sou um homem com substância, de carne e osso, fibras e líquidos, e talvez até se possa dizer que possuo uma mente. Sou invisível – compreende? – simplesmente porque as pessoas se recusam a me ver [...] quando se aproximam de mim, só enxergam o que me circunda, a si próprios ou o que imaginam ver – na verdade, tudo, menos eu. (ELLISON, 2013, p. 25).

O Homem Invisível de Ellison nos diz que ainda que ele exista fisicamente, não é enxergado porque as pessoas “se recusam a vê-lo”, ou seja, não é que ele seja fisicamente invisível, mas sim socialmente inexistente. Ou ainda, sua validação existencial depende do outro, tido como visível socialmente. Sendo este, aquele em que a sociedade acolhe por se enquadrar nos parâmetros estabelecidos de como deve ser um cidadão: o Homem Invisível, de Ellison (2013), é invisível por ser negro. Ele é invisibilizado para os caracterizados como visíveis (pessoas brancas), por vezes de forma hostil

“Agora eu tomava o cuidado de não chegar perto demais do tapete [...] esticava-me e agarrava desesperadamente a perna de uma cadeira ocupada ‘- Cai fora, negro! Cai fora!’ [...] Era o sr. Colcord, dono de uma cadeira de cinemas e ‘casas de diversão’. Cada vez que me agarrava, eu escorregava de suas mãos, o que se tornou uma verdadeira luta.” (ELLISON, 2013, p. 49).

E, se torna invisível para outros invisíveis (negros), por submeterem-se ao apagamento social que lhes é acometido por parte dos visíveis à sociedade (pessoas brancas), além dos negros que buscam o radicalismo.

Você não é ninguém, filho. Você não existe. Não consegue ver isso? A gente branca diz a todo mundo o que pensar [...] não fui eu quem fiz as coisas assim, e eu sei que não posso mudá-las.” (ELLISON, 2013, p. 157).

Quando o veem, só refletem nele para comparar as diferenças que elas mesmas possuem, e que ele não possui, causando assim um distanciamento social e emocional. Também na mesma fala, afirma que essas pessoas “só enxergam o que imaginam ver, tudo menos eu”. Em outras palavras: o estigmatizam, rotulam-no do que ele pode ser, com base em sua aparência ou mesmo modo de se apresentar em suas ações, analisando-o superficialmente, e não o suficiente para saber quem ele é, de onde veio, o que anseia neste mundo enquanto ser humano.

“A humanidade sempre temeu o que não entende”, diz o personagem Magneto de X-Men (SINGER, 2000). A estigmatização provoca, além do distanciamento social, uma imagem virtual de quem cada um é: não vemos o outro, deduzimos e até mesmo arriscamos afirmar quem cada um é, com base em traços que causam estranheza, desconforto e é claro, o mais comum de todos: o medo do desconhecido, e do que ele pode fazer para mim. O trecho acima, do filme “X-Men” retrata uma realidade em que pessoas comuns, sem poderes especiais, sentem-se ameaçadas quando outros tipos de seres começam a aparecer em sociedade: os mutantes. Estes mutantes são seres dotados de poderes especiais, que os diferenciam dos seres humanos normais. O mero fato de existirem, e isso não levando em consideração se o fato de possuírem poderes possa de fato causar danos em uma sociedade comum, desperta medo e insegurança dos que não possuem tais dons, levando o medo até uma sensação de perigo que se traduz por meio de expressão de violência física para com os diferentes, os mutantes.

Embora haja aqueles “mutantes” que de fato sejam perigosos, isso não está associado ao perigo que seus poderes podem atentar às pessoas comuns, mas ao fato de que usam dos mesmos para defenderem-se de uma sociedade (dominante e comum) que já os repele por serem diferentes, e atentam contra à vida dos mesmos, sem que haja um comportamento perigoso por parte destes mutantes. Ou seja, o que justifica que alguns sejam perigosos é o mero mecanismo de defesa de alguns mutantes, generalizando que todos os seres humanos comuns queiram atentar contra suas vidas, por enxergarem esses especiais como todos sendo perigosos.

Como instinto natural e automático de autopreservação, o ser humano como qualquer animal, se afasta ou mesmo se protege, em algumas vezes, atacando, o que lhe provoca a sensação de perigo. E que sinônimo se associa ao perigo? O desconhecido. Não é uma regra que o desconhecido seja perigoso, ele é apenas um terreno novo a ser explorado, compreendido e deve ser, como é o caso de interações sociais, algo a ser conectado ao todo, através de estudos que o caracterizam e o especificam enquanto algo diferente, porém sim existente.

Pretendo neste estudo, afirmar que o desconhecido é descartado quando incompreendido, porém esta forma de exclusão e marginalização daquele que age e pensa diferente de mim, traduz uma inaceitabilidade da sociedade padronizada, em dizer quem pode fazer parte do meio visível enquanto ser social, e quem deve ser excluído e esquecido.

No Ver-o-Peso, pude interagir e conhecer diferentes tipos de feirantes e pessoas em situação de rua. Dos feirantes, desde os classificados como “informais”⁷, aos formais. Além da pesquisa com os feirantes, conheci diferentes tipos de PSR, desde os que estão ocasionalmente nas ruas somente para uso de substâncias ilícitas, até aqueles que perderam suas casas ou mesmo tiveram seus laços familiares fragilizados e até mesmo rompidos, ao ponto de habitarem as ruas por falta de moradia.

No primeiro dia de minha visita à Feira do Ver-o-Peso, conversei com uma feirante ambulante (informal) que chamarei de “Laura”, de 44 anos. Laura foi indicação de uma colega de mestrado, Mayara Oliveira (Pesquisa de campo, agosto de 2019) a qual fez sua pesquisa de mestrado com as feirantes do Ver-O-Peso, e que me apresentou àquela feirante.

Laura me relatou que quanto à presença das pessoas em situação de rua que habitam o Ver-o-Peso, pelo menos no que diz por parte dos feirantes, eles se “acostumam em tê-los por lá”. E que, alguns deles trabalham pela região da feira e “não são vagabundos”, pois “ajudam a carregar peixe e outros serviços que aparecem” por lá. No entanto ressalta que alguns, de fato, assaltam, e que o local onde mais estão presentes são próximos aos restaurantes, “onde pedem comida direto pros clientes que comem lá”.

Como não conhecia os feirantes que trabalham no Ver-o-Peso, fui seguindo

⁷ Feirantes que não estão cadastrados pela Prefeitura de Belém. Em sua maioria, ambulantes sem local fixo de trabalho.

uma linha de indicações, utilizando a técnica da “bola de neve”. A cada entrevistado, solicitava que indicasse outro. Depois de entrevistar Laura, segui sua dica de procurar alguém dos restaurantes para continuar minha pesquisa. Foi então que conheci Paulo⁸, de 50 anos, dono de um restaurante, junto com sua esposa, onde ambos vendem refeições como peixe e açaí, na feira. Pedi que me servissem uma dose de açaí, enquanto me apresentava, dizendo quem era e o que fazia na feira e o que pesquisava. Ao perguntar se ele gostaria de fazer parte da pesquisa, ele aceitou, e em uma conversa descontraída, enquanto tomava meu açaí, perguntei sua opinião sobre as PSR. O entrevistado afirmou que “elas pertencem a esse lugar”, indicando que o Ver-o-Peso é a sua morada, junto aos demais feirantes que trabalham lá. De acordo com Butler (2015), o enquadramento é uma forma de colocar uma vida em um lugar, e dizer se ela pertence àquele ou não.

O que é uma vida? o 'ser' da vida é ele mesmo constituído por meios seletivos; como resultado, não podemos fazer referência a esse 'ser' fora das operações de poder e devemos tornar mais precisos os mecanismos específicos de poder mediante os quais a vida é produzida. (BUTLER, 2015, p. 14)

O poder que a sociedade normativa e o Estado têm em decidir como as pessoas em situação de rua serão tratadas, transparece o recorte deste lugar de pertencimento à essas pessoas. "Se alguém apreende uma vida como precária decidirá protegê-la ou garantir as condições para sua sobrevivência e prosperidade" (BUTLER, 2015, p. 15). Quando falamos em invisibilidade social, falamos em exclusão social mediante apagamento existencial, tanto físico quanto social. A invisibilidade que acomete a população de rua se mostra como uma forma de descarte seletivo, em que vidas não são protegidas ou têm suas condições de sobrevivência e prosperidade garantidas, mas sim desprezadas.

Os termos, as convenções e as normas gerais 'atuam' do seu próprio modo, moldando um ser vivo em um sujeito reconhecível, embora não sem falibilidade ou, na verdade, resultados não previstos. Essas categorias, convenções e normas que preparam ou estabelecem um sujeito para o reconhecimento, que induzem um sujeito desse tipo, precedem e tornam possível ato do reconhecimento propriamente dito. Nesse sentido, a condição de ser reconhecido precede o reconhecimento. (BUTLER, 2015, p. 19).

⁸ Nome fictício para preservar identidade do entrevistado

Honneth (2009) dirá que reconhecer uma vida dependerá do encaixe dela em três esferas: do amor, nas relações pessoais com vínculo afetivo; na jurídica-moral, nas relações de direito e autorrespeito; e na da estima social, nas relações de solidariedade. Quando a reconhecemos, procuramos moldá-la, "enquadrá-la" em um cenário pertencente, para então determinar sua existência, por normas estabelecidas previamente. Se esta vida não se encaixa em um determinado contexto ou lugar, ela não é reconhecida. Em outras palavras, "decidimos que determinada noção particular de 'pessoa' determinará o escopo e o significado da condição de ser reconhecido" (BUTLER, 2015, p. 20).

Para Paulo, o dono do restaurante de peixe e açai, sabe-se que uma pessoa é das ruas "pela forma de se vestir", descrevendo um episódio que presenciou: "Uma moça bonita, branca, cheia de tatuagem, passou por aqui. Pediu comida. Outro dia veio me agradecer. Nem parecia moradora de rua. Acho que alguns se envolvem com drogas e acabam nas ruas." (Pesquisa de campo, agosto de 2019). Aqui podemos identificar que as pessoas em situação de rua que divergem da imagem fixa quanto à cor, roupa e modo de agir chamam mais a atenção e se destacam daquelas que já possuem as características comuns às demais, conforme o olhar dos de "fora", para os quais, seriam feias, negras, e malvestidas.

Seria esta uma possível estigmatização? Sim, pois nem todos que estão nas ruas têm a mesma aparência, porém os que divergem da maioria recebem mais olhares e, em alguns casos, a visibilidade necessária para receberem ajuda.

Paulo, assim como Laura, confirma que sim, essas pessoas que estão nas ruas e circulam pela feira, vem pedir comida aos clientes, mas, em alguns casos, o pedido é mais agressivo do que formal, visto que alguns ou estão tomados pela fome ou mesmo transparecem um comportamento grosseiro. "Alguns vêm pedir comida pra gente, e a gente dá. Outros, se o cliente bobear, eles pegam e saem com a comida na mão", conta Paulo. Este diz que algumas dessas pessoas apresentam problemas com bebidas, e que já conhece alguns porque vivem pela área.

Paulo acredita que "o governo tinha que fazer alguma coisa, porquê a gente paga imposto pra isso", e que o motivo dessas pessoas viverem nessa região, a da Feira, é porque "vivem por aqui, porque aqui eles sobrevivem. Conseguem comida, trabalho. À noite, se juntam perto dali (aponta para local onde os barcos ficam atracados), e dormem aos montes." Após a entrevista com Paulo, recebi a indicação de falar com os vendedores de artesanato Marajoara, pois próximo a este local a PSR

geralmente se abriga, à noite, para dormir.

Ao ir em direção à parte dos artesanatos, conheço Ana, 44 anos, vendedora de artesanato marajoara. Me apresento, e digo a ela o que vim pesquisar na feira. Começamos a conversar, e pergunto para ela se saberia me dizer onde vê essas pessoas dormirem, ao que confirma que “eles dormem por aqui depois das 19h. Se chegar 4h (da manhã) eles ainda estão por aqui.”.

Quando questiono a respeito do comportamento dessas pessoas com os feirantes, Ana diz “não assaltam a gente, quando tem, é quem vem de fora. Só alguns são assim, espírito de porco. Mas outros são honestos, trabalham por aqui, e não mexem com ninguém”. Percebo uma certa distinção quanto ao caráter de cada pessoa em situação de rua, nas falas de Ana, pois para ela, os que trabalham são honestos, trabalham e são dignos de confiança, ao passo que os que cometem delitos, não trabalham, são vistos como “espíritos de porco” pois comportam-se como vagabundos, que não ganham o dinheiro pelo meio do trabalho, e sim por meio de roubo. Ana ainda diz conhecer alguns que “têm problemas na cabeça”, e que passam a morar nas ruas por este motivo, além daqueles que tiveram problemas pessoais, e recorreram às ruas.

Um senhor perdeu tudo e foi morar nas ruas. Vivia por aqui. Ele dormiu uma vez, e roubaram as coisas dele. Mudou de lugar pra não arranjar confusão. Perdeu emprego e a mulher chifrou. (Ana, 44 anos, vendedora de artesanato, 2019).

Entrevistei Tatiane, 46 anos, que trabalha há 16 anos na Feira do Ver-o-Peso, dona de um restaurante à beira rio, na feira. Me apresentei, e perguntei se poderia gravar a entrevista no celular. Após aceitar, perguntei a ela qual a opinião que tem a respeito das pessoas em situação de rua que frequentam/habitam o Ver-o-Peso. Em suas palavras

Às vezes incomoda, e eles pedem pros freguês, criança mesmo, os pais vem, aí ficam escorados do outro lado, fazendo as criança pedir quando a gente (feirantes) não quer dar, ou a gente diz ‘licença aí, que o freguês chegou agora’. Eles falam, eles chamam nome pra gente, eles xingam a gente. Tanto faz como criança, como adulto. (Tatiane, 46 anos, dona de restaurante)

De acordo com Tatiane e os outros feirantes entrevistados acima, as pessoas em situação de rua da região permanecem nesta área para pedir comida dinheiro.

Chama a atenção o fato de que alguns dos adultos utilizam as crianças para pedir. Tatiane se incomoda com isso, pois a presença das pessoas em situação de rua, quando estão pedindo próximas a ela, “afasta” os clientes, já que eles não querem ser incomodados, quando vão comer. Neste momento, um atrito entre PSR e feirantes é gerado, já que ambos se incomodam com a situação. Nota-se que o fator lucro dita o que mais importa no momento: a captação de dinheiro. A violência acometida neste caso não se traduz como física às PSR feita por alguns dos feirantes que “expulsam” aqueles que mendigam dinheiro ou comida, porém, adquirem caráter simbólico (BOURDIEU; PASSERON, 1992) com a intimidação sutil em serem afastados do local mediante pedido dos feirantes, com tons ásperos na fala e gestos ríspidos indicando deslocamento dessas PSR para longe dos estabelecimentos da feira (violência física e moral).

Quando pergunto à Tatiane sobre a presença de crianças em situação de rua, ela me conta que são muitas, e que

A mãe fica sentada ali na praça (aponta), e eles venham pra cá pedir. Diz que é pra comer, que é pra fazer isso. Mas a gente sabe que não é, né? Aí as vezes as pessoas jogam a culpa em cima do governo, do governador, do prefeito, mas nem sempre é isso né? (Tatiane, 46 anos, dona de restaurante).

Destaca-se em sua fala uma maior culpa por parte dos pais dessas crianças, do que de fato uma reestruturação na política pública voltada para a questão de PSR por parte do Estado: ela cita o governador e o prefeito como responsáveis, mas não como os maiores responsáveis. Mas afinal, de quem é a responsabilidade dessas crianças estarem nas ruas? Nas palavras de Tatiane

Acho que a culpa é dos próprios pais. Dos próprios pais mesmo, entendeu? Porque a gente vê que têm muitas criança, muita família que recebe bolsa-família, aí diz que vai vender bombom, que vai fazer isso, que é pra comprar roupa, sapato, alimento pras criança e a gente vê que não é. A gente vê, pelo menos a gente passa nas praça e a gente vê que não é, eles tão tudo lá se prostituindo, usando droga, tipo cheirando, fumando maconha, as vezes até mesmo as criança tão chamando com fome, mas eles não dão comida pras criança. (Tatiane, 46 anos, dona de restaurante)

Após algumas perguntas, indago se ela enxerga algumas pessoas que não parecem “ter cara de que são da rua”, ao passo que me diz que

Eles às vezes eles estão arrumado, tão vestido. E a gente nem vê, entendeu? Então tem pessoas que já vem de outros estados, outros interior, aí já chega todo arrumado, quando eu vejo se joga, ou sai da sua casa mesmo. (Tatiane, 46 anos, dona de restaurante)

Nesta fala, Tatiane, assim como Paulo, dizem que lhe chamam a atenção pessoas que não parecem ser da região, pois possuem características físicas e vestimentas diferentes das que moram na nossa cidade, Belém do Pará. Tal estigmatização (GOFFMAN, 1988) em como Tatiane ver a PSR é descrito em como muitas pessoas julgam ser uma pessoa de rua

Eles já vêm arrumado, aí quando chega já bebe uma, aí já fica, as vezes vem atrás de emprego, aí as pessoas promete já trabalho, e tudo, aí quando você vê já tá jogado na praça, nas droga. O sotaque, a aparência. Aí falam que não é daqui, tem muitos muitos mesmo. (Tatiane, 46 anos, dona de restaurante)

Quando mencionado a respeito das pessoas em situação de rua oriundas da Venezuela e que encontram-se pelo Ver-o-Peso, Tatiane diz

Eles vêm cedo assim, na hora do almoço, que eles vejam que tá lotado, eles vêm na hora do almoço, eles vem pedir. Vem mais é as mulher pedir, aí os homens ficam ali escorado e tal, só olhando elas pedirem. Só que não tem muito mais como tinha, né? Que eles ficavam ali na praça, era ali que eles ficavam, mas agora não tem. Sempre aparece, assim. (Tatiane, 46 anos, dona de restaurante)

Temos assim, um maior fluxo de mulheres pedindo do que de homens venezuelanos na feira.

Me direcionei até a região onde há vendedoras de ervas medicinais, e conhecemos Mariléia, de 42 anos, que trabalha na Feira do Ver-o-Peso desde os 16 anos de idade, e que possui uma barraquinha de ervas medicinais e outros produtos. Mariléia me diz que as pessoas em situação de rua que estão ali, sempre recebem doação de comida, em maior frequência aos finais de semana.

Os feirantes, me diz, sempre ajudam essas pessoas, quando “se machucam ou se cortam”, que “dão andiroba”, por exemplo, para seus machucados. Grande parte dessa população de rua da feira é inofensiva, nas palavras de Mariléia, “mas que alguns são perigosos”.

Ainda há um incentivo, por parte dos feirantes, para empregá-los, mas ela me

conta que nem todos aceitam e que “não trabalha quem não quer”. Quanto a ajuda e serviços oferecidos às pessoas em situação de rua, pelos feirantes, Mariléia cita alimentação e transporte de “carreto” (carregamento de mercadoria para vender. A partir das 20h essas pessoas começam a chegar na feira para dormir, e as 3h ou 4h da manhã saem, pois é o horário em que os feirantes começam a chegar na feira.

No que diz respeito à ajuda mútua entre feirantes e pessoas em situação de rua do Ver-o-Peso, algumas dessas pessoas indicam as barracas para compras, aos clientes, recebendo em troca alguma ajuda financeira. Além do dinheiro, os feirantes do Ver-o-Peso também dão conselhos para que essas pessoas saiam das ruas e não roubem. No caso de perigo, Mariléia aponta que a Praça do Relógio é o local onde ocorrem mais assaltos, visto ser uma região que atrai muitos turistas.

A presença de algumas dessas pessoas em situação de rua, mais o descaso do governo com relação à limpeza do local, acaba por dificultar o comércio e a visitação mais frequente de clientes, o que preocupa Mariléia e outros feirantes. Ela me conta, inclusive, que algumas dessas pessoas somem misteriosamente, sem ao menos haver comprovação de morte ou algo similar, como: deslocamento para outra região, retorno ao lar ou outros meios de ajuda.

Nas palavras de Mariléia, “tem que haver cuidado ao tratá-los, pois são seres humanos”. Porém, quando fala a respeito do comportamento de cada um, quanto à trabalho, Mariléia diz que “tem morador que se ajeita. Morador de rua é uma coisa, e flanelinha é outra. Os flanelinhas são pais de família, tem casa. Nem todos moram nas ruas”, distinguindo assim em duas categorias essas pessoas em situação de rua: os que não trabalham e “não tomam jeito”, ou não se esforçam para sair da situação precária em que estão, e os “flanelinhas”, grupo de pessoas em situação de rua que não moram na mesma, e fazem da rua seu local de trabalho, mas não de morada. Esses último, de acordo com Carneiro Junior (1998), podem ser categorizados como de “Ficam nas ruas”.

Além dos que não trabalham, e dos flanelinhas, há também os “boqueiros”, pessoas em situação de rua que “costumam ficar próximos à Praça do Relógio. São consumidores, traficantes”, diz Mariléia.

Em 2021, devido à pandemia do Covid-19 e com receio de exposição em meio à aglomeração que costumeiramente acontece na Feira do Ver-o-Peso, continuei a pesquisa pela rede social do WhatsApp, com o feirante e servidor público Mário Lima,

58 anos, também presidente-sócio do Instituto Ver-o-Peso⁹, que não se importou em divulgar seu nome. Mário começou a trabalhar no setor metalúrgico, depois no comércio do Ver-o-Peso em uma loja, e logo em seguida numa construtora, com manutenção de estradas. Está há 32 anos trabalhando no Ver-O-Peso, quando estava desempregado e procurando por emprego, buscou na feira um rápido acesso a “ter dinheiro todo dia”, como disse, por ter na nela trabalho todos os dias. Começou vendendo produtos, ao ponto que se acostumou ao ritmo e ao fluxo grande de dinheiro que ganhava, característico da época.

Mário diz que seu envolvimento com a feira é muito grande, e que inclusive possui clientes de 10, 15 anos que já frequentam sua barraca. Criou um laço tão grande com os que compram e com os que trabalham na feira, que “tenta mudar a realidade num dos maiores cartões postais” de Belém, enquanto feirante. Disse que antes mesmo de trabalhar na feira, já existia a questão de pessoas em situação de rua nas proximidades da feira, e que ele próprio contabiliza cerca de 300 pessoas neste local, com problemas sociais.

Quanto à relação dos feirantes com as PSR, Mário diz haver uma “amizade do dia a dia”, e que elas são vistas como seres humanos. E, portanto, não podem ser ignoradas

A gente não pode chegar e desprezar também, né? Abandonar, e a gente tem que levar como no dia a dia, quando dá pra ajudar a gente ajuda, né? Conversa com eles pra eles tentarem sair dessa vida, procurar um certo trabalho digno, estudar, sair. Pelo menos é isso que eu falo todos os dias pra eles. (Mário Lima, 58 anos, feirante e presidente-sócio do Instituto Ver-O-Peso)

Quando pergunto sobre os locais que vê essas pessoas em situação de rua, para além do Ver-o-Peso, ele diz que “essas pessoas estão, praticamente, em todas as praças de Belém, né? Em cartões postais...nas ruas elas vivem, né? Agora o maior conhecimento que eu tenho é aqui nessa área do Ver-o-Peso”.

Quanto aos conflitos entre pessoas em situação de rua no Ver-o-Peso e os feirantes, ele diz que algumas dessas pessoas “arrombam” as barracas dos feirantes, e furtam mercadorias, além de discutir com esses. Muitas dessas pessoas estão

⁹ CNPJS. Nome Fantasia: U.F.C.V.P. União Dos Feirantes do Complexo do Ver-o-Peso. Aberto em 28 de fevereiro de 2013. Disponível em: <https://cnpj.rocks/cnpj/18619442000186/instituto-ver-o-peso.html>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

alteradas pois estão sob efeito do uso de drogas, o que gera também afastamento da clientela por temerem conflitos e possíveis riscos.

Indagado sobre conhecer algum tipo de ajuda dirigida a essas pessoas, Mário Lima diz que a ajuda que conhece é de igrejas, que vêm trazer comida e sopa à noite, além de lanches. E que, além dessas, não possui conhecimento de mais nenhuma. Ao mencionar a existência do Centro Pop, que fica próximo ao mercado de São Brás e oferece auxílio à população de rua, Mário diz desconhecer, tendo somente em mente o Consultório Na Rua. Quando alguma pessoa em situação de rua necessita de atendimento, o que geralmente ocorre é o acionamento do serviço de pronto socorro municipal, através do número 192.

Na visão de Mário, as “pessoas de bem” têm preconceito com as pessoas em situação de rua.

A maioria das pessoas de bem, por exemplo, discrimina essas pessoas, sabe? Não gostam deles, se afastam, as vezes tem medo, né? Porque geralmente essas pessoas de rua são agressivas, entendeu? E é complicada a relação deles, viu? Infelizmente é isso que acontece. (Mário Lima, 58 anos, feirante e presidente do Instituto Ver-o-Peso)

No que diz respeito ao porquê de estarem nas ruas e que futuro vê para essas pessoas, ele diz:

Elas não tão porque querem, né? Muitas vezes, a maioria, a gente tem conversado com elas... problemas sociais, né? Com a família, problema com desemprego, problema com, até com vício né? Com, é, bebida alcoólica, dependência química. É por isso que elas estão lá. [...] Sem dúvida nenhuma, né? Elas têm sonhos, elas querem sair daquela vida, né? Mas infelizmente, né? O vício não deixa, e também não tem assim uma ajuda, né? O próprio governo, né? Pra que elas saiam dessa situação. (Mário Lima, 58 anos, feirante e presidente do Instituto Ver-o-Peso)

Sobre a imagem que tem das PSR, Mário descreve que vê que são de rua “pelo estado físico, né? Que são maltratadas, pessoa mal trajada. Sente logo quando a gente vê pessoa, pessoa abandonada! É isso que são as principais características”, diz.

4.1 Aspectos sociais da invisibilidade na feira do Ver-o-Peso

A região do mercado do Ver-o-Peso, ponto turístico de Belém localizado no bairro da Campina, possui enorme concentração comercial. Além das lojas, possui também a feira do Ver-o-Peso, local onde são comercializados frutas, legumes, verduras, peixes, restaurantes, artesanatos e outros. Em Belém predomina a ausência de lixeiras nas ruas, resultando no acúmulo de lixo nesta região e o cheiro são característicos do Ver-o-Peso. O Ver-o-Peso tem uma imagem e odor únicos: de ambiente sujo e negligenciado.

Por se tratar de um comércio de intenso movimento, muitas pessoas em situação de rua habitam esta região. Em decorrência desta concentração, o Consultório na Rua possui seu espaço físico neste local, mais precisamente dentro do Mercado Municipal de Carnes Francisco Bolonha, popularmente chamado de “mercado de carnes”. No local, o Consultório na Rua (Figura 9) não possui nenhum tipo de sinalização, o que indica que funciona sem muita visibilização, ou seja, é encontrado mediante indicação de quem o procura e é invisibilizado por alguns comerciantes da região por atrair “moradores de rua” em um local onde deveria atrair turistas e clientes, “espantando” assim “a freguesia”.

Na fala da feirante Laura, algumas dessas pessoas de rua acabam “fazendo parte” da paisagem do Ver-o-Peso, pois “a gente se acostuma com elas por aí” (Laura, 44 anos, feirante ambulante). Ou seja, essa população é de fato notada nesse espaço, no entanto é ignorada socialmente: são vistas, mas não assistidas: O olhar social se acostuma com o “morador de rua” deitado na calçada, pois o mesmo já faz parte da paisagem natural do meio urbanístico, no entanto, ele não é percebido no sentido de ser atendido quanto a alguma necessidade: as pessoas não abordam, por exemplo, uma pessoa em situação de rua deitada na rua, pois imaginam que ela esteja dormindo, e não que possa estar desacordada ou morta. É como se a existência dessas pessoas não importasse, ao ponto de ser levada em consideração. A violência simbólica se dá por meio da negação da existência de alguém, como já vimos em Bourdieu (2002).

Ao conversar com o feirante Paulo, disse-nos que não reconhece as pessoas em situação de rua como “invisíveis”. Ana também reafirma essa percepção, e diz que as pessoas em situação de rua que estão pela feira do Ver-O-Peso “não são invisíveis para nós”, e que não passam despercebidos pelos feirantes: “A gente reconhece eles de cara. Percebe eles. Não são todos iguais. Uma vez reconheci um numa festa que fui, ele ficou espantado que lembrei dele”, diz Ana.

A visibilidade expressa na forma de reconhecimento da existência do outro, de ser visto e lembrado condiz com a perspectiva de Sennett, para quem respeito é o reconhecimento da heterogeneidade e singularidade do indivíduo. Nesse caso, Ana se lembrou desse rapaz, pois o via muitas vezes no local onde trabalha, o percebia. E, por vê-lo e reconhecê-lo, o respeitava e não o desprezava como se não o tivesse visto outras vezes. Já para a dona do restaurante, Tatiane, a visibilidade torna-se uma forma de precaver-se do perigo que algumas dessas pessoas podem lhe causar, visto que é relatado pelos feirantes aqui entrevistados, que alguns de fato furtam e roubam aqueles.

Tem locais, que é impossível você não notar. Assim, não que eu saiba que eles façam isso, né? A gente fala assim, a gente fala e tenta ver, passar despercebido porque as vezes é até uma ameaça pra gente, né? Porque como já teve vários barraqueiros que já morreram por causa que avisavam que assaltaram a pessoa, aí os barraqueiro foram falar. E já morreu uns quatro ou cinco barraqueiros aqui, por causa disso. (Tatiane, 46 anos, dona de restaurante)

Porém, há locais em que o contraste entre paisagem e pessoa se tornam divergentes, mas não ao ponto de causar um incômodo da presença da pessoa em situação de rua. É o caso das figuras que ilustraremos abaixo, onde estas pessoas (em situação de rua) destacam-se no cenário urbano, por estarem em locais que julgamos como de “não pertencimento” às mesmas, mas, como não incomodam a sociedade normativa em algum aspecto ou mesmo nível, não são vistas, e neste caso, são invisibilizadas.

As falas dos feirantes entrevistados: Laura (44 anos), Paulo (50 anos), Ana (44 anos), Mariléia (42 anos), Tatiane (45 anos) e Mário (58 anos), todas as pessoas em situação de rua que ocupam a Feira do Ver-O-Peso são percebidas por eles. Embora alguns desses interlocutores demonstrem se incomodar com a presença das PSR no ambiente da feira, não há uma invisibilidade dela no que diz respeito a não-reconhecimento dessas pessoas como se não fizessem parte deste ambiente, ao qual é compartilhado com os feirantes aqui citados.

Há diferentes categorias de pessoas em situação de rua citadas pelos feirantes. Tem os que são vistos como trabalhadores; alguns tidos como ladrões; outros como não sendo de rua, por serem brancos e bonitos; os que possuem problemas mentais ou com drogadição e outros tidos como vagabundos. Contra aquelas PSR que são

vistas como perturbadoras a solução apontada por alguns feirantes é o aumento do policiamento no local, para combater/reprimir aquelas PSR que incomodam os comerciantes ou mesmo apresentem algum tipo de risco para que eles sejam fiscalizados.

O que notei nas falas destes trabalhadores, é que por estarem na feira em pleno ambiente aberto e público, com grande circulação de pessoa a todo o momento, pois a Feira do Ver-O-Peso nunca deixa de funcionar (inclusive às madrugadas, quando chegam as mercadorias frescas, como peixes), julga-se não haver preocupação com a vigilância no local por parte do poder público. A sensação de insegurança aos feirantes com relação as pessoas em situação de rua que transitam pelo Ver-O-Peso, seja a possível causa do estranhamento entre esses dois grupos. Porém, não sendo o suficiente para que a violência física entre feirantes e PSR seja necessária. O máximo que pude identificar foi uma violência simbólica (BOURDIEU; PASSERON, 1992) por parte dos feirantes com estes, mas somente ao ponto de serem expulsos do local de venda, e não como forma de desrespeito dessas PSR por serem de rua.

Abaixo, apresento uma imagem de satélite do Mercado de Carne, onde está situado o Consultório na Rua, bem dentro da Feira do Ver-O-Peso. Motivo este pelo qual alguns feirantes dizem não existir (como modo de dificultar o acesso às PSR a ele), ou mesmo a própria falta de divulgação dele. O que vem a ser difícil, pois o Consultório na Rua possui uma ambulância que circula por toda cidade de Belém, e este mesmo veículo adesivado com nome do programa e selo da Prefeitura de Belém, está sempre à vista dos que transitam e trabalham no Ver-O-Peso, já que o CnaR está lá.



Fonte: SANTOS (2020)

4.2. Invisibilidade social: Um trabalho a longo prazo. Sob a ótica do Grupo Solidário Sopão Feliz

Quem visibiliza os invisíveis? A resposta para isso é que, além das pessoas que ajudam as pessoas de rua, seja por meio de assistência social ou assistencialismo, também estão incluídas as próprias pessoas em situação de rua, que se reúnem seja por meio de Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), seja por meio de informativos, feitos pela própria população de rua, e com o apoio da sociedade civil, como o caso do Jornal A Verdade Rua e Crua, que começou a circular em 17 de novembro de 2015, porém de acordo com suas redes sociais (Facebook e Instagram), não possui divulgação de novas notícias desde junho de 2020.

Como observamos acima, além da própria PSR, buscamos saber que outros grupos atuam para dar visibilidade a eles na cidade de Belém. Um grande aliado são as próprias pessoas que estão nas ruas ou já estiveram. Esse é o caso das pessoas

que comandam o Jornal A Verdade Rua e Crua, tendo entre alguns de seus fundadores alguém que já vivenciou a experiência de viver e sobreviver das ruas.

O Jornal A Verdade Rua e Crua começou em 2015 como um meio de comunicação entre a população de rua e a sociedade em geral, sendo elaborado por pessoas que estiveram ou ainda estão nas ruas. A intenção dele é a de que as identidades dessas pessoas sejam feitas por elas mesmas, livre de estigmas e estereótipos. O que se propõe é que as pessoas que estão nas ruas não sejam vistas da mesma forma, e que se destaquem por suas singularidades, algo que pertencem a si e que não deve ser ditado por olhares externos.

Pensamos que este paradoxo entre proximidade e distância pode ser visto como um convite ao exercício de uma ética da alteridade que se proponha a reconhecer o Outro como simultaneamente diferente e semelhante ao mesmo. (LEÃO, 2020, p. 15)

Em outras palavras: que o diferente não necessite da validação de um meio idêntico a ele (sociedade normativa) para que seja reconhecido, mas que seja visto e reconhecido em sua diferença, em sua singularidade.

Procurei uma forma segura de abordagem às pessoas em situação de rua à noite, para esta etapa. Em 2016, eu havia feito as entrevistas somente no Centro Pop Belém, de dia, e junto aos funcionários da organização. Mas nessa pesquisa, para chegar a eles usei outra estratégia, pois entendia que deveria entrevistá-los a noite, quando o movimento da Feira diminui bastante e assim, poderia abordá-los com maior tranquilidade. Fiz um pedido de colaboração através dos *stories* da rede social Instagram, solicitando que me indicassem algum grupo que fizesse doações as PSR na cidade de Belém. Logo me foi apontado, por duas pessoas, o grupo solidário Sopão Feliz, justamente quando estas estão se deslocando para a Feira do Ver-o-Peso, para abrigar-se e receberem doação de alimentos dentre outros.

Entrei em contato com um dos integrantes do grupo por Instagram em agosto de 2019, o qual me passou o contato telefônico de uma das administradoras do Sopão. Ela me convidou a participar de um dia de ação do grupo, e conhecer melhor o trabalho que fazem pela cidade. O Sopão Feliz, nome este dado pelos seus fundadores Eric Brawl e Amanda da Silva, tem por objetivo fazer distribuição de alimentos à noite, tanto para as PSR de Belém (sendo este o grupo de maior foco), quanto algumas pessoas que se encontram em hospitais como: acompanhantes de pacientes e funcionários. Além da distribuição de alimentos, há ações que envolvem a distribuição de roupas,

brinquedos para crianças, enxovais para bebês entre outras arrecadações feitas tanto pelos seus fundadores, integrantes, quanto ocasionais patrocinadores, que doam desde copos de água quanto ingredientes para a sopa.

Além de poder experimentar como funciona essa interação entre o grupo e as pessoas em situação de rua, que abordagem seguir, o que vestir, o que não levar consigo, cuidados básicos para evitar chamar atenção sobre os pertences. Pois algumas dessas pessoas, poderiam nos abordar, atraídas pelos apetrechos que carregávamos. Essa estratégia foi fundamental para que houvesse segurança para abordar esses interlocutores. Porque, seria a primeira vez que eu faria esse trabalho de campo à noite.

No dia 6 de setembro de 2019 acompanhei o grupo em minha primeira ação solidária, bem como aproveitei o momento para me familiarizar com seus integrantes, e aos poucos ganhar a confiança das PSR para me apresentar e iniciar uma possível abordagem quanto à minha pesquisa. Neste dia, por uma questão de segurança, não levei gravador de voz ou mesmo utilizei meu celular, preferi ao invés disso usar um bloco de notas, e anotava o que via e quem decidia compartilhar suas histórias, quando me apresentei e disse a que vinha.

A ação sempre se concentra próximo ao Hotel Sagres, Bairro de São Brás, local este escolhido pela sua segurança, por ser bastante movimentado e vigiado, para agrupar os participantes do sopão antes do início da ação. O local é muito habitado pela população de rua, visto ser perto do Centro Pop e terminal rodoviário (onde alguns encontram locais para dormir, pois o terminal nunca fecha e parece ser mais seguro do que as ruas). Começamos nossas atividades distribuindo sopa, mingau e água neste local. Seguimos para a Feira do Ver-o-Peso por uma questão de logística de trajeto e de horário em que as PSR começam a se agrupar para ali se instalarem, próximo às marquises das lojas do comércio, e onde costumam se abrigar.

Por último, vamos em direção à uma loja de departamentos situada na Avenida Presidente Vargas, Centro, onde também avistamos as PSR. Dependendo do trajeto e da concentração de pessoas em situação de rua em alguma localidade, verificamos se é possível fazer a ação ali ou se oferece perigo. Também verificamos se o local já não recebeu doações de outros grupos ou entidades, e em seguida partimos para o próximo local. Não há limite de término de horário, pois a ação depende da quantidade de pessoas atendidas e locais explorados. As doações dependem de patrocinadores

que queiram doar os alimentos e itens para consumi-los, e parte dos integrantes e voluntários do grupo.

Como a intenção do grupo não é somente distribuir sopa aos “moradores de rua”, alguns hospitais fazem parte do trajeto solidário, como o Hospital Ophir Loyola na 14 de abril e o Hospital e Pronto Socorro Municipal Mário Pinotti, conhecido como “Pronto Socorro da 14 de março”, localizado no Bairro do Umarizal. O que se busca, para além de ajudar as pessoas em situação de rua, é qualquer pessoa que necessitar de alimento e estiver ao alcance do grupo em ajudar, de acordo com a filosofia do grupo Sopão Feliz.

De início, as PSR se amontoaram, curiosos quanto ao que eu tanto anotava, mas disse que se tratava apenas de uma pesquisa sobre como eles se viam morando nas ruas, e se achavam que eram bem tratados, se eram agredidos ou mesmo despercebidos pela sociedade. Neste dia, consegui entrevistar uma pessoa: um jovem rapaz, de nome Ewerton (nome real), que não quis dar mais detalhes quanto à sua identidade. O encontrei quando fomos distribuir sopa embaixo das marquises do Ver-o-Peso, onde essas pessoas estavam deitadas.

Ao conversar com Ewerton, este me contou que nas ruas não costuma dormir, pois dorme em casa. Fica nas ruas para usar drogas, pois acha as ruas perigosas e nelas há muita confusão e mortes.

As pessoas que estão nas ruas de vez em quando recebem ajuda, principalmente à noite, com a alimentação, então não há tanta invisibilização dessa população, pelo menos no que diz respeito à alimentação e outras doações como de roupas, sapatos e brinquedos para as crianças, quando há uma coleta destes itens entre os membros de cada grupo solidário, seja este do Sopão Feliz ou não. Ewerton reitera que em São Paulo há muito trabalho de distribuição de comida, então não há tanta invisibilização, neste sentido. Acredita que as pessoas de rua são perigosas, e que muitas são bandidas, além de não se considerar uma pessoa de rua porque não mora, nem dorme nela e somente está nesta vez ou outra para o uso de drogas.

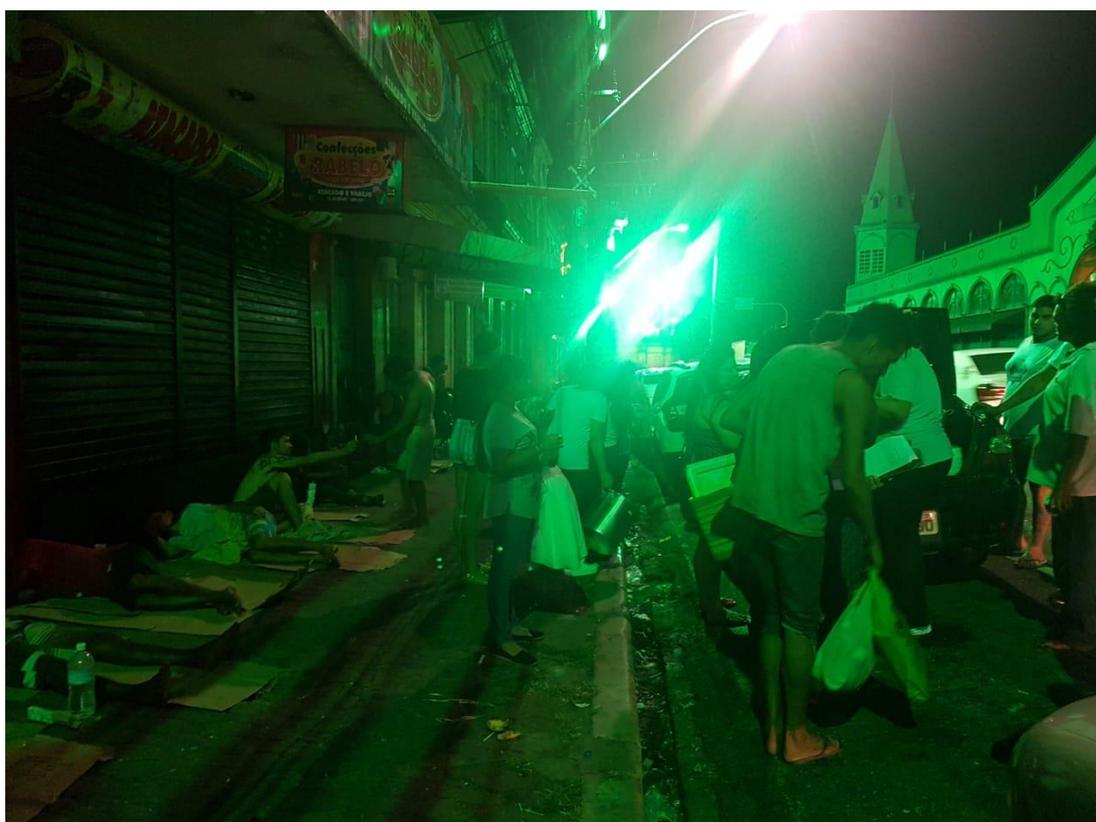
Ewerton tem vontade de sair das ruas porque demonstra querer trabalhar em hospital, já que acredita que quem está nas ruas, está nelas por escolha, e quem está nos hospitais não está lá por escolha. Assim, tem vontade de ajudar essas pessoas que de fato necessitam de ajuda, como os pacientes de hospitais.

O fato de não se enxergar como pessoa em situação de rua, pois não mora nela, “apenas a utiliza para usar drogas”, e que a imagem que tem de pessoas em

situação de rua é de que são “perigosas” e que estão lá por escolha, nos diz que ele tem aversão ao fato de ser comparado ou tido como PSR, ao passo que busca características em si que o distanciem das demais PSR que ali se encontram. Ewerton invisibiliza-se enquanto pessoa em situação de rua, pois sabe da imagem negativa e do modo como são tratadas estas pessoas em sociedade. Busca, então, justificativas e detalhes que o distanciem da imagem de uma pessoa de rua, não se vê como “perigoso” ou “bandido” (termos que utilizou), e sim somente como usuário.

Como não usei meu celular, utilizei as fotos que foram postadas no grupo do Sopão Feliz do WhatsApp que foram tiradas neste dia de ação. Nas fotos da ação do grupo Sopão Feliz de Setembro de 2019, feita próprios integrantes do grupo, vemos como as pessoas em situação de rua se abrigam abaixo das marquises das lojas do comércio, na Feira do Ver-o-Peso.

Figura 14 - Imagem das PSR na Feira do Ver-o-Peso à noite, abaixo das Marquises das lojas



Fonte: Acervo dos voluntários do Sopão Feliz em ação (2019)

Nota-se que forram o chão (*Figura 14*) com caixas de papelão para se isolarem do frio, onde alguns possuem algum ou nenhum cobertor, poucos pertences pessoais,

e até mesmo sem calçados (alguns perdem os sapatos, e outros tem os mesmos roubados enquanto dormem, como relatam os mesmos). O Sopão Feliz, além das tradicionais duas panelas grandes de sopa (Figura 15), também distribuiu pães, copos de água e mingau de milho branco com canela.

Figura 15 – Imagem da distribuição de sopa na Feira do Ver-o-Peso à noite



Fonte: Acervo dos voluntários do Sopão Feliz em ação (2019)

Ao final da ação, em torno das 9 horas da noite, entrevistei um dos fundadores do Sopão Feliz, Eric Brawl, 40 anos, casado e administrador de empresas. Pergunto como surgiu a ideia do projeto Sopão Feliz. Em suas palavras:

Na realidade ele começou, assim, foi de repente, foi uma iniciativa minha, eu trabalho aqui pro centro e moro na Augusto Montenegro, próximo ao parque shopping. Todo dia eu ia passando, e tem um caminho que eu faço que eu vi muitos moradores de rua e me despertou essa curiosidade de como é que esse pessoal se alimenta. E foi em um período chuvoso, foi em fevereiro, ficou muito complicado, eu ficava olhando e me despertou essa iniciativa no ar, algum tipo de alimento. E o primeiro alimento que me veio à cabeça foi a sopa, que sopa é algo mais prático. Aí eu convidei uns amigos mais próximos, e nós criamos o grupo de WhatsApp e fundamos o grupo Sopão Feliz. O nosso grupo, ele não tem fins lucrativos, ele não tem vínculo com nenhuma instituição, então assim ele surgiu de maneira involuntária, nós nem sabíamos a dimensão de quantos grupos tem aqui em Belém, nós simplesmente nos reunimos. Na primeira ação tiveram 4 pessoas, e fomos. Então ele surgiu assim. Um olhar de todo dia eu tava passando e ficava vendo e, eu fiquei indagado de como esse pessoal se alimenta. Basicamente, foi isso. (Eric Brawl, 40 anos, fundador do Grupo Solidário Sopão Feliz)

Nas falas de Eric, a necessidade que se fez mais presente para ajudar as pessoas em situação de rua foi a alimentação. Sabendo disso, foi atrás de pessoas que compartilhassem da mesma visão que ele, de ajudar ao próximo com o básico: ter o que comer. O que começou com poucos participantes, hoje conta com um número considerável de pessoas, visto que o número de pessoas do grupo de WhatsApp possui mais de 20 pessoas, sendo que cada pessoa nova que chega é convidada por uma que já participou e assim sucessivamente. Acaba que o grupo se surge como uma rede de contatos, interligados por aqueles que já experienciaram o assistencialismo que a distribuição de sopa proporciona, seguidos de uma ação despretensiosa de ajuda ao próximo. A sensação de bem-estar em ajudar quem precisa, cria um elo entre pessoas desconhecidas, que acabam por compartilhar uma experiência que se torna benéfica a todos

A gente pensa que a gente faz o bem pra eles, né. E assim, de uma forma ou de outra a gente faz o bem porque a gente ameniza o sofrimento deles. Mas, no contexto geral, eles que nos ajudam. Por quê? Porque a gente se depara com uma realidade extremamente cruel. E assim, me deixou mais humano. Não sei o nível de humanidade que eu tenho, mas eu garanto que depois de iniciar o sopão, a concepção de ser humano pra mim ela aumentou mais. Eu

vi o quanto a nossa cidade, não vou nem falar o país, precisa de um trabalho social pesado, de um trabalho social pra introduzir essas pessoas de novo à sociedade. (Eric Brawl, 40 anos, fundador do Grupo Solidário Sopão Feliz)

A proximidade dos voluntários do Sopão Feliz com as pessoas em situação de rua os deixou mais em contato com a real identidade delas, quebrando assim o molde cristalizado de que todas as pessoas em situação de rua são iguais

Cada um tem uma história, cada um tem uma vida, cada um tem uma família, alguma situação que levou eles até a morar na rua. Isso eu tenho certeza absoluta pelas poucas pessoas que nós nos deparamos, inclusive tinha até um colega nosso que sempre vem, ele encontrou um amigo dele de infância na rua, cada um aí tem uma história, cada um aí tem um motivo de estar ali. Não são iguais. Tenho certeza absoluta disso, e assim, sobre um olhar de fora, se você não chegar e perguntar e conversar, pra quem olha, pensa que são todos iguais. Que eles estão se drogando, que eles estão se degradando porque não tem opção, não tem ninguém que chegue que ofereça sequer um banho pra eles, uma água pra eles.” (Eric Brawl, 40 anos, fundador do Grupo Solidário Sopão Feliz)

A invisibilidade social das pessoas em situação de rua, para Eric, se faz presente quando a natureza do ser humano, em seu aspecto egoísta prevalece:

Eu acho que eles não são vistos porque a população, isso é uma opinião minha né? A natureza do ser humano, ela é muito egoísta, então nós já nos acostumamos a ver moradores de rua. Isso pra gente, a gente já cresceu desde criança a gente já vê, já se tornou algo comum. Então se você não tiver esse olhar e tiver a empatia de se colocar no lugar deles, eles vão continuar nessa situação. Passa e "ah, um morador de rua, um pedinte", "ah, eu não vou dar (dinheiro) porque é pra droga, entorpecentes, cola, sei lá". Então as vezes a sociedade fica cega porque ela já se acostumou com isso, se fosse algo novo...mas não, desde criança a gente já se acostuma de ver alguém dormindo na rua, alguém se drogando nas praças, nos lugares. Então isso já é normal pra gente. (Eric Brawl, 40 anos, fundador do Grupo Solidário Sopão Feliz)

A aceitabilidade de que pessoas em situação de rua, ou mesmo “moradores de rua” existem nas ruas e isso faz parte do cenário urbano, nos traz uma visão de conformidade de que algo assim não se faz como preocupante aos olhares do poder público ou da sociedade normativa. Se é comum ver pessoas nas ruas, vivendo de modo precário, então a miséria é aceitável para uns, e intolerável para outros. Decide-se quem deve viver e quem deve morrer, como já diria Mbembe (2018).

A primeira imagem que tinha das pessoas em situação de rua, diz Eric, era uma imagem fixa e negativa

Tem uma imagem fixa, tem uma imagem negativa, tem uma imagem de violência. Tirando pela gente, na nossa primeira ação nós ficamos preocupados porque a gente não sabia o que a gente ia encontrar. Porque as vezes eles pensam que a gente quer fazer algo pra querer, sei lá, mostrar alguma coisa, aparecer, mas o nosso intuito nunca foi esse. Então assim, tirando pela gente, a gente já tinha essa imagem de ter essa impressão deles, e isso já é uma coisa que já vem da nossa cultura, então eu creio que a imagem que nós temos ela realmente é essa. [...] Já criou-se um preconceito, já criou-se uma barreira, já se acostumou a ver esses moradores de rua. Eu acho que tem que tomar pra si, porque é um problema social mesmo, é um problema nosso, e se a gente não cuidar a gente só vai se dar conta no dia que um parente nosso por algum motivo for pra rua, aí a gente vai começar a se preocupar. (Eric Brawl, 40 anos, fundador do Grupo Solidário Sopão Feliz)

Após algumas ações do grupo, a imagem que Eric têm da população de rua mudou, como ele mesmo diz

A imagem que eu tenho é que eles precisam de muita ajuda, eles precisam de orientação, eles precisam, como eu falei, de um trabalho social pesado, ali a gente se depara com pessoas que estão precisando tirar um rg, tirar um cpf que perderam por algum incêndio, algum roubo. [...] Eles precisam de orientação, eles precisam de um trabalho pra sair do vício. O vício, olhando assim um olhar externo, eles usam pra amenizar a fome, amenizar o sofrimento. E conseqüentemente quando eles usam drogas eles acabam se viciando, porque as substâncias que têm ali elas são justamente pra isso, pra deixar a pessoa dependente.” (Eric Brawl, 40 anos, fundador do Grupo Solidário Sopão Feliz)

Figura 16 - Imagem de voluntária descalça na Feira do Ver-o-Peso à noite



Fonte: Acervo dos voluntários do Sopão Feliz em ação (2019)

As vezes as doações não param nos alimentos, quando são perguntados se podem doar, os voluntários até mesmo doam os próprios sapatos (Figura 16) aqueles que não possuem e pedem. A necessidade se faz emergente aqueles que podem não ter outra oportunidade de ajuda, e para quem possui mais de um sapato e pode facilmente repor o que perdeu, um sapato a menos não faz falta, na visão de uma das voluntárias que teve sua sandália doada no dia.

Em novembro de 2019 acompanhei o grupo pela segunda vez, e neste dia consegui entrevistar uma mulher em situação de rua: Rafaela (nome real), de 27 anos, que estava acompanhada de toda a sua família (marido e filhos), e se abrigavam embaixo das marquises da loja de departamentos da Avenida Presidente Vargas, no bairro da Campina, em Belém. Embora o foco da pesquisa se concentre no Ver-O-Peso, decidi ver como eram os outros pontos em que essa população visivelmente é encontrada à noite, por conta da infraestrutura que esta loja proporciona quanto ao tamanho de suas marquises.

O importante, venho aqui enfatizar, é que embora na feira do Ver-O-Peso estejam comumente sublocados mais homens, na loja de departamentos a presença maior é de mulheres e famílias desabrigadas, podendo indicar que o local por ser mais ao centro da cidade e mais iluminado, ofereça maior segurança a esse grupo de pessoas que se encontra em maior fragilidade quanto expostas ao espaço aberto das ruas.

Rafaela trabalha vendendo artesanato de bijuterias desde os 5 anos de idade, e ocasionalmente consegue pagar um local para ela e sua família dormirem, em uma pousada que cobra 40 reais a diária, próximo à Praça da República. Ela é casada e tem 3 filhos: um filho de 6 anos, outro de 3 anos e um mais novo de 5 meses. Todos estavam presentes este dia, no dia da ação, nas ruas, com seus pais. Peço-lhe que me conte com o que trabalha e como é o dia a dia dela e da família nas ruas de Belém.

Tem vezes que eu boto os artesanato, chama as pessoa, as pessoa olha...aliás, nem olha, né? Olha de lado, assim. Como se fosse as pessoas que não existisse, né? Pra eles. Como fosse pior do que um cachorro, né? Porque muitas vezes, ainda joga um osso ali né? Você ainda brinca, né? E com as pessoa que mora na rua, que precisa de ajuda, que trabalha também, trabalha com artesanato, pra eles, são bicho. Não passa de bicho, né? Só que todos somos ser humanos, então eu acho que todo mundo usa banheiro, todo mundo come, tomo mundo bebe água, todo mundo dorme, todo mundo precisa se alimentar, todo mundo precisa de apoio, de outras pessoa. Quem tem

dinheiro, trata as pessoa que não tem como fosse, como é que eu posso falar, como é um bicho né? Se usa droga, dorme na rua, então é bicho. Só que não é assim, todo mundo é ser humano, então a gente tem que tratar todo mundo igual, porque também quando a gente morre vai pro mesmo lugar. (Rafaela, 27 anos, em situação de rua)

O fato de se comparar a ser tratada “pior do que um cachorro” nos mostra que ainda que um animal de rua receba descaso de algumas pessoas, haverá aquelas que ainda se importarão ao ponto de fornecer a este algum tipo de alimento, algo que raramente acontece com Rafaela. O próprio fato de estar nas ruas, junto a presença de animais de rua como o cachorro, a coloca em um nível de igualdade: se está nas ruas, então vive nas ruas como animal. Ou em suas palavras: “como bicho”, sendo assim tratada como tal.

Esta loja é comumente procurada pelas pessoas em situação de rua, logo após as 20h, por ter uma longa cobertura que protege de sol e chuva. Na figura 18 se pode ver como é feito este alojamento

Figura 17 - Imagem das Marquises da loja de departamentos da Avenida. Presidente Vargas, frente à Praça da República, com voluntários do Sopão Feliz e PSR.



Fonte: Acervo dos voluntários do Sopão Feliz em ação (2019)

Além das caixas de papelão cobrindo o chão, algumas pessoas dispõem de barracas de acampamento e abrigo improvisado com tecido (Figura 17), quando

possuem. Muitas crianças são vistas no local, e estas acabam por fazer amizade com os filhos e sobrinhos de alguns dos voluntários que acompanham o grupo solidário Sopão Feliz. Sem se importarem com as diferenças (talvez porque não as vejam), as crianças brincam umas com as outras, pois tudo o que veem é mais um amigo novo a ser feito, diferente dos adultos na sociedade, em que o receio da aproximação é maior, justamente pela importância que se dá à estigmas e estereótipos julgadores e negativos que damos uns aos outros.

Ainda no mesmo dia, visitamos o acampamento de pessoas em situação de rua oriundas da Venezuela, que se abrigaram em frente à Prefeitura de Belém (Figuras 18 e 19), localizada na Praça Dom Pedro II, bairro da Cidade Velha, com barracas improvisadas de lona e alguns pertences pessoais. Assim como na loja anterior, muitas crianças são encontradas no local, porém, não entrevistei nenhuma pessoa em questão, já que não se mostravam muito receptivos a isso. Estavam mais focados em receber a doação de alimentos, e pareciam muito tímidos e calados. Além do idioma, que pode ser mais um impeditivo.

Figura 18 -Imagem do acampamento da população venezuelana Warao frente à Prefeitura de Belém



Fonte: Acervo dos voluntários do Sopão Feliz em ação (2019)

Figura 199– Imagem do acampamento da população venezuelana Warao, frente à Prefeitura de Belém



Fonte: Acervo dos voluntários do Sopão Feliz em ação (2019)

Ao final da ação, conversei com a estudante de direito Fernanda, que me contou como teve conhecimento da existência do grupo Sopão Feliz e o que a fez querer participar de uma das ações.

Eu vim acompanhar esse grupo que tá fazendo uma ação social, né? Eles já estão acostumados a fazer isso. Mas eu tô vindo pela primeira vez, conhecer um pouco dessa realidade que as vezes a gente sabe que existe, mas acaba não percebendo a quantidade, né? A gente tem um choque quando a gente percebe a quantidade e o quanto, o quão crítico é o estado que essas pessoas vivem, né? Assim, é um sentimento que eu tenho, que eu tô tendo nessa noite. Que as vezes a gente acaba ignorando muita realidade, né? A gente acaba olhando muito pra nossa própria realidade, e que a nossa realidade ela é completamente diferente da dessas pessoas. O fato de eu pegar aquela criança recém-nascida no colo (nas Lojas Americanas) lá, assim, me chocou que eu tô aqui. Eu, sou mãe, tenho 2 filhos e eu tô assim arrasada por não poder fazer nada. O pouco que eu fiz ali, de segurar aquela criança não significa nada e não vai alterar em nada a

vida daquela criança e nem daquela mãe. E tirar um pouco dessas poucas horas que a gente tá passando fazendo isso, a gente não consegue enxergar nem 1% do que existe, dentro da grande Belém. E aí eu fico me perguntando, a gente tá indo nos pontos, nos principais pontos, pontos turísticos né? Os principais pontos da cidade, tu imaginas no lixão, nessas crianças que vivem no lixão, essas crianças que vivem nesses eu tô assim (suspira), eu tô bem chocada. Eu tô bem chocada. É um choque de realidade, com certeza. (Fernanda, estudante de direito e voluntária do Sopão Feliz)

Vivenciar uma realidade diferente da que conhece e vive, fez com que Fernanda enxergasse um mundo para além do que julgava existir. Como ela mesma diz, “a gente não consegue enxergar nem 1% do que existe dentro da grande Belém”. Após a ação, sendo esta a sua primeira, Fernanda conta de ambas as visões que tinha das pessoas em situação de rua

Já tinha tido uma experiência parecida devido alguns mutirões previdenciários que eu fazia pro interior do estado, mas assim, apesar de lá ter muita carência, mas nos interiores eles ainda conseguem plantar, e conseguir suprir, né? O mínimo, apesar da carência excessiva. E eu olhando hoje, cara, eu não sei te falar, eu não sei te falar o que é que eu sinto. Acho que a impressão que eu tive é de fato essa que eu te passei, mas sinceramente eu tô realmente em choque. E aí eu olho quão invisível essas pessoas são, pra sociedade, pra mim, eu achava que eu já tinha uma visão que eu conseguia enxergar esses problemas, e aí eu passo a perceber que não. E tu imaginas pro restante da sociedade, que não tira um tempo, que não consegue parar, que não consegue... A gente passa por esses pontos, e realmente, é invisível, são pessoas invisíveis que a gente não presta atenção, não nota, e a gente acostuma né? A gente tá aqui, porque tá em grandes centros urbanos, a gente acaba acostumando a passar e ver aquilo como se fosse uma paisagem. E fica, meio que ignora essa realidade. (Fernanda, estudante de direito e voluntária do Sopão Feliz)

Fernanda faz um paralelo entre o que estudou em direito e como essa visão do perigo da população de rua surge, baseada na marginalização a que estas pessoas estão submetidas.

É uma questão também que eu acho que a gente acaba estudando um pouco no direito, né? A questão da criminalização que você olha pro outro e aí você cria um estereótipo. A gente tem medo, a gente tem medo do morador de rua, a gente tem medo porque acha que todos acabam sendo drogados, e querendo ou não essas pessoas, elas sabem que a sociedade tem essa visão delas. E se tu fores olhar, tu imaginas o quão desumano é o morador de rua desses entender que a sociedade pensa isso deles. Porque é o entendimento da sociedade, a gente olha e tem medo, a gente medo de ser assaltado, a gente tem medo de acontecer alguma coisa, a gente tem medo. A

gente não encosta por medo, por ignorância, por falta de conhecimento, não sei te falar. Mas o medo, ele realmente, ele acaba influenciando muito.” (Fernanda, estudante de direito e voluntária do Sopão Feliz)

Quando pergunto a quem cabe a responsabilidade de cuidar desta problemática e do bem-estar destas pessoas, Fernanda diz que:

É papel não só do Estado, como da própria sociedade, da própria comunidade, mas principalmente do Estado. O Estado tem como fazer políticas públicas pra cuidar dessa população. O problema é que ninguém pressiona, não é interesse do Estado, não gera votos. Pro Estado simplesmente é melhor ignorar, porque vão ser menos gastos e não vai trazer benefício nenhum pra ele. Eu acho que essa é a visão. Que hoje a maioria dos políticos têm.” (Fernanda, estudante de direito e voluntária do Sopão Feliz)

E por fim, pergunto qual a situação do dia que mais lhe chamou a atenção e porque

Me chamou muita atenção também lá no Ver-o-Peso, aquele senhor que tava falando que ele morava há 40 anos na rua. Eu vou fazer agora 31 (anos), cê imagina o que é morar 40 anos na rua, ele mora há mais tempo na rua do que eu tenho de vida. Aí eu fico me perguntando, será se aquele senhor tem família? O que foi que levou ele a tá ali? Que ele deve ter o que, uns 60? É...uns 60 anos? O que levou ele a tá na rua? Há 40 anos? E porque que ele não sai, né? Qual é a dificuldade maior dessas pessoas em conseguirem sair? Hoje eu tô saindo daqui cheia de questionamentos que talvez eu procure tentar sanar, né? Mas é difícil. (Fernanda, estudante de direito e voluntária do Sopão Feliz)

No dia 25 de fevereiro de 2021, já em quarentena gerada pela Covid-19, fiz uma entrevista pelo aplicativo da rede social WhatsApp com outra fundadora do Sopão Feliz, Amanda Helena da Silva, 37 anos, casada e servidora pública. Pois, que eu não acompanharia o grupo do Sopão por fazer parte do grupo de risco ao vírus. Amanda concordou em ter seu nome divulgado, e me contou mais a respeito de como o grupo começou e o que a fez querer fazer parte do mesmo

O Sopão Feliz surgiu de uma ideia de amigos de ajudar ao próximo. De doar alimentos, né? Vamos dizer assim, na rua. A sopa pra moradores, que precisam né? Vamos dizer assim. A gente já tem um pouquinho mais do que eles, a gente tenta se botar no lugar deles, né? Fazer uma caridade, fazer o bem. E aí a gente decidiu, um grupo de amigos, criar o Sopão Feliz pra ajudar ao próximo, né? (Amanda, 37 anos, servidora pública e fundadora do Sopão Feliz)

Quanto ao foco do público-alvo das ações do sopão, Amanda conta que

No começo o público-alvo era os moradores de rua mesmo. Era fazer a sopa pra entregar pra essas pessoas que dormiam na rua e muitas vezes não tinham o que comer, né? Durante à noite, assim, e a gente pensou nisso. Com os passar dos meses, de ações, a gente já fizemos ações com ribeirinhos, com associações de câncer, com pessoas que tem câncer, com asilos...tá expandindo um pouquinho mais, digamos assim. Mas o foco principal do Sopão Feliz do começo era esse, para moradores de rua. Entendeu, a sopa. (Amanda, 37 anos, servidora pública e fundadora do Sopão Feliz)

Com relação ao grupo Sopão Feliz e as pessoas em situação de rua, Amanda diz que durante as ações existem certas situações de tensão

Olha, eu considero assim a parte do Ver-o-Peso, é, assim a área mais de risco. Tanto que a gente vai e fica numa parte em frente à polícia. Nunca fizeram nada com a gente, mas quando a gente vai doar roupa eles ficam meio agressivos, eles voam, eles querem pegar as coisas de dentro do carro, entendeu? (Amanda, 37 anos, servidora pública e fundadora do Sopão Feliz)

Quando questiono se ela conhece algum tipo de ajuda que é fornecida às pessoas em situação de rua (como CREAS, Centro Pop etc.), Amanda diz desconhecer, exceto “essas pessoas que ficam pedindo, vendendo cartãozinho né? Que essas casas para recuperar drogado, mas assim eu não sei não.”

Na visão de Amanda, o relacionamento entre feirantes e pessoas em situação de rua que ocupam a Feira do Ver-o-Peso é amigável

Eu já vi eles ajudando, né? Dando resto, né? Do que sobra, vamos dizer assim. Já vi isso, mas feirantes lá. Tipo assim também assim, a situação que eu já vi é que eles não querem que alguns fiquem dormindo na porta, né? Eles esperam fechar pra poder ir. Tipo assim, eles querem, terminar o expediente deles pra poderem dormir na frente. Entendeu? Nos locais lá. (Amanda, 37 anos, servidora pública e fundadora do Sopão Feliz)

Quanto à como descreve uma pessoa em situação de rua, Amanda diz que as características que percebe são

Minha primeira característica, vamos dizer assim, é física: pessoa suja, pouca roupa, uma bermuda, descalço, cabelo grande, barba. Tu vê assim, uma pessoa, vamos dizer assim, não toma banho pelo menos uns dois, três dias assim. Eu te falo por essa minha característica assim, de ver né? É a primeira impressão, né? Porque tem outras pessoas que não tem essa aparência, mas que moram na

rua, entendeu? Por alguma situação, desemprego ou alguma coisa assim, e foram ter que morar na rua. (Amanda, 37 anos, servidora pública e fundadora do Sopão Feliz)

Quando menciono o fato da invisibilidade social, Amanda compartilha comigo que este fenômeno se torna algo comum no cotidiano da sociedade

Eu acho que, é tão cotidiano né? Tu ver essas pessoas na rua, que elas se tornam invisíveis, entendeu? “Ah, morador de rua. Normal” entendeu? Pra mim, eles se tornam invisível, entendeu? Assim, na minha opinião, pros outros. Nós que trabalhamos assim com ação, com o sopão, a gente já enxerga de outro lado. Mas assim, quando tu falou “população assim que tem casa”, “normal” tá até errada a palavra, as que tem casa tem outro ambiente, vamos dizer assim. Eles são, como tu falou, são uma peça da rua assim, entendeu? São moradores de rua. Eu penso assim, né? Não sei se tá certo. Vamos dizer assim, que elas se tornam invisíveis por fazer parte do cenário, é isso que eu quero te dizer. Já tá tão “normal” ter moradores de rua, “ah, são moradores de rua”, então as vezes tu nem enxerga. E quando tu enxerga, se tu não tiver um lado humano, vamos dizer assim, tu fica até com medo por pensar que vão te roubar, vão fazer alguma coisa com você. Você olha, e finge que não olha, até atravessa a rua pra não andar no mesmo local, cruzar com um morador desse, vamos dizer assim. Entendeu? (Amanda, 37 anos, servidora pública e fundadora do Sopão Feliz)

Quanto às expectativas que vê para essas pessoas, Amanda diz que:

Eu acho que tem assim 15%, 10% vão sair dessa vida por vontade própria. Vamos botar assim, mais uns 35% que vai ser através dessa ajuda aí que eu te falei, do governo ou de alguém assim. E infelizmente, 50% vai continuar onde tá. Pela droga, por não ter força de vontade de sair da rua, entendeu? (Amanda, 37 anos, servidora pública e fundadora do Sopão Feliz)

O assistencialismo do Grupo Solidário Sopão Feliz mostra-se como um grupo de pessoas preocupadas com os cuidados básicos das pessoas em situação de rua. À medida em que mais voluntários entram para o grupo nas ações que são feitas à noite, pela cidade de Belém, o contato direto com as PSR em seu meio de convivência, desprovidos de interpretações terceiras de quem são e de onde vêm, ajudam na quebra da estigmatização dessas pessoas em situação de risco. Esta interação aproxima, e não afasta, a sociedade que não está nas ruas da que se encontra nas mesmas, permitindo uma troca de olhares, vivências e conhecimento de quem realmente são, e o quão não podem ser inseridos em uma mesma visão (seja ela negativa ou positiva) de quem são essas pessoas, de onde vieram e o que aconteceu

para que tivessem migrado para as ruas, deixando para trás regras de uma sociedade dominante que dita regras e exige modelos de comportamento para pertencer à mesma. A invisibilidade social das pessoas em situação de rua reflete as desigualdades sociais que determinados grupos de pessoas de cores/raças, com certo nível escolar e classe social se encontram, quando o Estado falha em proporcionar maiores meios de inclusão democráticos à cidadania, que deveria ser do alcance de todos os seres humanos. Identificar que há um grupo de pessoas com determinadas características mais privilegiados que outras, configura-se na formação de um grupo com rosto, instrução e modo de agir que não desfruta dos mesmos privilégios.

Os privilégios são, em base, nada mais do que a retenção para além dos direitos de cidadania: são vantagens que separam mesmos indivíduos, mas de naturezas e classes diferentes. O subcidadão que Souza (2003) fala trata exatamente deste rebaixamento de uns, para com outros. Quando é feita uma avaliação de ambos os indivíduos, o que possui a cor/raça, educação, classe social mais alta sempre é mais favorecido se houver uma necessidade de optar entre um pelo outro, como é o caso do olhar de uma pessoa de rua branca em que se destaca da multidão (pois diverge da maioria, negra), enquanto uma pessoa de rua negra passa despercebida, e em muitos momentos não é assistida se estiver precisando de ajuda.

A balança da desigualdade social sustenta-se na invisibilidade social, pois a primeira alimenta a segunda. O invisível social é aquele que é excluído do pertencimento a um grupo de pessoas que recebem a atenção do governo e da sociedade dominante. Quem não é visto, está entregue à própria sorte ou à melhores renovações no que diz respeito às análises da aplicabilidade dos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a invisibilidade social das pessoas em situação de rua que transitam pela Feira do Ver-o-Peso de Belém do Pará, local de grande fluxo comercial e cartão postal da cidade e capital paraense, ocorre quando um desconforto é gerado quanto à presença dessas pessoas à sociedade dominante, seja pelo motivo de agirem diferente desta sociedade quanto ao fato de estarem nas ruas e fazerem destas o seu local de vivência de regras destoantes das estabelecidas pelos padrões que a sociedade dominante determina como aceitos pelo modo como uma pessoa deve se portar em meio social, seja pelo perigo que algumas PSR possam apresentar. Ocorre uma validação social em que se decide ignorar ou validar quem existe em sociedade, conforme os padrões desta sociedade dominante.

A verdade, é que não há uma leitura homogênea das pessoas de rua que habitam a feira, bem como de outros locais da cidade de Belém. É certo que algumas apresentam perigo e cometem furtos e roubos, principalmente as localizadas próximas à “Praça do Relógio”, nome dado à Praça Siqueira Campos, localizada na Avenida Portugal, no bairro da Cidade Velha, além é claro de outros locais. Mas há as que solicitam trabalho aos feirantes do local como modo de sobrevivência, e outras que se encontram perdidas por motivos de saúde mental, vagando pela cidade sem rumo.

A presença dessas pessoas na feira tem vieses. Ora são consideradas bem-vindas, ajudando aos feirantes, em seus carregamentos. Ora, são vistas como causadoras de problemas, podendo afugentar a clientela e turistas, trazendo assim prejuízo ao local de trabalho dos feirantes. Pois, essas PSR pedem dinheiro aos clientes, roubam comida ou mesmo brigam por estarem sob influência de drogas. Assim, o que se percebe é uma dispersão solicitada pelos feirantes para que essas pessoas em situação de risco não influenciem no local de trabalho deles.

Exceto estes momentos, portanto, reitero, o relacionamento dos feirantes com as pessoas em situação de rua é ambíguo, podendo ser pacífico e até mesmo amigável, sendo acolhidos em alguns casos quando necessitam de algum tipo de auxílio, seja este por meio de alimentos, curativos ou trabalho. Os feirantes veem as pessoas em situação de rua que ali estão como parte da Feira do Ver-o-Peso, e como encontramos na fala de um destes feirantes, “a gente se acostuma com elas por aí”.

A noção de pertencimento e de enquadramento dessas pessoas que ali encontram-se em situação de extrema vulnerabilidade, gera um sentimento de empatia entre os feirantes, que veem de perto a realidade precária em que estas pessoas vivem diariamente, quando grande parte da sociedade escolhe por “não ver”. O apagamento social é uma forma de ignorar o que incomoda, mas não some de fato com o problema: pessoas em situação de rua continuarão existindo, a não ser que sejam assistidas pelo Estado através, de políticas públicas voltadas para elas, e pela sociedade por meio de políticas públicas estruturadas por dados atualizados de quem são, quantos são e do que necessitam.

Afinal, há situações que se fazem emergentes, e à medida em que um país se mostra ineficiente no combate às desigualdades sociais, a falta de oportunidade de qualidade de vida, com melhores estruturas de inclusão social que não selecionem somente um grupo social, mas todas as camadas da sociedade, que no caso da brasileira em sua maioria possui mais pobres do que ricos, surgimento de pessoas em situação de rua, que demonstram não somente a perda de emprego mas a falibilidade do Estado em providenciar o retorno dessas pessoas à sociedade com o fortalecimento de vínculos familiares, tratamentos químicos e psicossociais é algo que requer: interesse, estudo e aplicabilidade. O direito dessas pessoas, como consta em lei, não é levado à sério, e aqui posso afirmar que o descaso com essas pessoas se mostra em uma violência muito típica: o de violação de seus direitos de cidadão.

Uma união de Estado com sociedade, visto que fazemos todos parte de um meio social em que o ato do próximo afeta o que está a seu lado, parece ser o modo mais eficaz e rápido de ajudar estas pessoas, tirando-as das ruas sendo como primeira tentativa o reforço de vínculos com a sociedade, seja a começar por entrar em contato com familiares de quem essa pessoa se distanciou, seja por meio de garantir os documentos e benefícios que estas pessoas necessitam para terem seus direitos cidadãos providenciados. A divulgação de órgãos que atuam na causa das PSR para toda a população também se mostra de vital importância, levando-se em consideração que o desconhecimento do que já existe para amparo socioassistencial contribui para que iniciativas do Estado como o Consultório na Rua e o Centro Pop não consigam efetivamente exercerem os papéis a que foram designados.

Ignorar o problema, como já dito anteriormente, não fará com que ele suma. A arquitetura hostil, que tem sido utilizada em várias cidades do Brasil e do mundo como um meio de expulsar do meio urbano as PSR é cruel e desumana. Essa pessoa não

possui outra opção de moradia, que não as ruas. Se negamos à ela o direito ao abrigo em espaço público, devemos então procurar trazê-la para o seio social por meio de abrigos ou para o convívio familiar, mas o importante é que esta pessoa saia da situação vulnerável em que se encontra: estar nas ruas, à mercê de doenças trazidas pelas mudanças climáticas, ou mesmo pela presença de outras pessoas de má índole que possam atentar contra suas vidas, sejam estas pessoas em situação de rua, e devo enfatizar com grandes dados alarmantes, pessoas da sociedade dominante que ateam fogo constantemente quando veem um “morador de rua” deitado nas calçadas das ruas.

O ateamo de fogo à essas pessoas, a retirada de cobertores em pleno inverno (ou quando faz frio à noite), os jatos de água fria jogados nelas, além de atos antiéticos, são atos de extrema violência e brutalidade com quem se encontra na camada mais sensível e vulnerável da nossa sociedade, porque sim, eles fazem parte da nossa sociedade, não precisam preencher todos os requisitos normativos para fazerem parte dela.

Mas talvez o que pouco se fala seja a respeito da violência sutil, aquela que se faz presente diariamente e que as vezes nem percebemos quando não estendemos a mão a uma pessoa que só pede um pedaço de nossa comida na rua, ou quando aceita qualquer tipo de ajuda, seja com roupas, sandálias, ou quer apenas conversar e contar a sua história. É claro que muitas pessoas que estão nas ruas contam histórias mirabolantes para que nos comovemos e possamos dar algum dinheiro para elas, e as vezes as histórias são meras mentiras, mas como já diria Ariano Suassuna: “a esperteza é a arma do pobre”, em “O auto da Compadecida”.

A doação de dinheiro, por mais nobre que se faça, não é de total eficácia, pois pode contribuir para a permanência da pessoa que está nas ruas, e não o deslocamento dela para um lar. Além, é claro, de que o uso do dinheiro pode não ser de fato utilizado para o que aquela pessoa pede, como alimento ou medicação. Temos um dever social e moral para auxiliar aqueles que necessitam de ajuda, pois dentro ou fora das ruas, todos pertencem a uma mesma sociedade, ainda que haja os que possuem privilégios e outros que estejam desfavorecidos. Talvez a diminuição das pessoas em situação de rua seja ainda utópica, já que a cada ano os números da mesma só aumentam, mas talvez seja possível se a conscientização tanto do Estado quanto da sociedade dominante for reforçada como um dever de todos.

Eu não preciso reconhecer que o outro seja igual a mim, para ser amparado, ele pode ser visto como diferente, e justamente em suas diferenças ele deve receber auxílio, como uma forma de discriminação positiva, como propõe Castel (2008), e é trabalhando com as diferenças que aceitamos que embora o mundo não seja composto de pessoas idênticas, ele ainda é feito de seres humanos de mesmas necessidades e direitos. Olhar, ver do que necessita, garantir seus direitos. Em outras palavras: a visibilidade começa, quando não se desvia o olhar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A POSTAGEM. **Padre Júlio Lancelotti quebra com marreta as pedras que Bruno Covas mandou colocar sob viaduto.** Disponível em: <https://www.apostagem.com.br/2021/02/02/padre-julio-lancellotti-quebra-com-marreta-as-pedras-que-bruno-covas-mandou-colocar-sob-viaduto/> Acesso em 22 de setembro de 2021.

AGÊNCIA BRASIL. **População de rua deve ficar fora do Censo 2020.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-09/populacao-de-rua-deve-ficar-fora-do-censo-2020>. Acesso em: 1 ago., 2019.

ALCÂNTARA, Stefania Carneiro de; ABREU, Desirée Pereira de; FARIAS, Alessandra Araujo. Pessoas em situação de rua: das trajetórias de exclusão social aos processos emancipatórios de formação de consciência, identidade e sentimento de pertença. **Revista Colombiana de Psicologia**. Bogotá, vol. 24, nº 1, p. 129 – 143, dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcps/v24n1/v24n1a09.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

AMAZÔNIA REAL. **Invisível e desamparada população de rua aumentou em Belém durante a pandemia.** Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/invisivel-e-desamparada-populacao-de-rua-aumentou-em-belem-durante-a-pandemia/> Acesso em: 21 de maio de 2022.

BBC. **Olimpíada de Tóquio 2021 | A polêmica retirada de moradores de rua de Tóquio: ‘Querem nos deixar invisíveis’.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58009203>. Acesso em 22 de setembro de 2021.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria geral do sistema de ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Comissão aprova projeto que prevê direitos e define política nacional para população em situação de rua**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/772752-comissao-aprova-projeto-que-preve-direitos-e-define-politica-nacional-para-populacao-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 11 fev., 2019.

BRASIL. Decreto-lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm. Acesso em: 11 fev., 2019.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Nota pública sobre o Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua**. Brasília-DF, 2017. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/sdh/noticias/2017/agosto/nota-publica-sobre-o-dia-nacional-de-luta-da-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 11 fev., 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Moradores de rua podem vir a entrar no censo demográfico do IBGE**. Brasília, DF: Senado Federal, 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2020/09/14/projeto-inclui-populacao-em-situacao-de-rua-no-censo-demografico-do-ibge>. Acesso em: 20 jun., 2022.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. 1º edição Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. (2015)

CARNEIRO JUNIOR, Nivaldo et al. Serviços de saúde e população de rua: contribuição para um debate. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 47-62, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901998000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 de setembro de 2018.

CASTEL, Robert. **A discriminação negativa**: cidadãos ou autóctones? Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997. p. 17-50.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Vozes, 1995.

CORINGA. Direção: Todd Phillips. Produção de Village Roadshow Pictures. Estados Unidos: Warner Bros, 2019.1 DVD.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, A aversão ao pobre**: um desafio para a democracia. São Paulo: Contracorrente, 2020.

COSTA, Fernando Braga da. **Moisés e Nilce**: retratos biográficos de dois garis. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.47.2008. tde-09012009-154159. Acesso em: 23 de maio de 2019.

DA SILVA, Daiane Gasparetto. **Corpos em situação de rua em Belém do Pará**: os testemunhos da desfiliação social. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1411568. Acesso em: 30 mar., 2019.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 21 ago., 2017.

DÜRKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

EIGENHEER, Emílio Maciel. **Lixo**: a limpeza urbana através dos tempos. Porto Alegre: Pallotti, 2009.

ELLISON, Ralph. **Homem Invisível**. 1º edição Rio de Janeiro. José Olympio Editora. 2013.

EL PAÍS. **A fórmula finlandesa para salvar os ‘sem teto’**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/30/internacional/1567183974_693033.html. Acesso em 30 de agosto de 2021.

EXTRA. **Coronavírus: estacionamento aberto nos EUA vira abrigo para moradores de rua**. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/mundo/coronavirus-estacionamento-ceu-aberto-nos-eua-vira-abrigo-para-moradores-de-rua-24343931.html>. Acesso em 10 de agosto de 2021

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato daSilveira - Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_brancas.pdf. Acesso em: 12 de julho de 2021.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978

FERREIRA, Cíntia Priscila da Silva. **Consultório na Rua em Maceió/AL**: o olhar de pessoas em situação de rua. 2019. 87f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem e Farmácia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Genealogía del racismo**. La Plata: Altamira, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Nascimento da Prisão. 20. Ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 1999

FORBES. **The U.S. Cities With The Highest Homeless Populations In 2020**. Disponível em <https://www.forbes.com/sites/niallmccarthy/2021/04/16/the-us-cities-with-the-highest-homeless-populations-in-2020-infographic/?sh=6c30a1a4188c>. Acesso em: 24 de setembro de 2021.

G1 PARÁ. **Mangueirão abriga cerca de 400 moradores de rua durante quarentena em prevenção ao coronavírus na RMB**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/03/26/mangueirao-abriga-cerca-de-400-moradores-de-rua-durante-quarentena-em-prevencao-ao-coronavirus-na-rmb.ghtml>. Acesso em 22 de setembro de 2021.

G1. **Mais de 500 pessoas moram nas ruas da grande Belém, diz UFPA**. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/07/mais-de-500-pessoas-moram-nas-ruas-da-grande-belem-diz-ufpa.html>. Acesso em: 20 ago., 2017.

GOFFMAN, Erving. **Estigma- Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Mathias Lambert. 4. ed. São Paulo: LTC, 1988.

GROSGUÉL, Ramón. **El concepto de «racismo» en Michel Foucault y Frantz Fanon**, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/396/39624572006.pdf>. Acesso em: 12 jul., 2017.L

HALLAIS, Janaína Alves da Silveira; BARROS, Nelson Filice de. Consultório na Rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 7, p. 1497-1504, jul, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2015000701497&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 de maio de 2019.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, nov., 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2019.

HONNETH, Axel. **La Société du Mépris**. Vers une nouvelle théorie critique. Tradução para o francês por Olivier Voirol, Pierre Rusch e Alexandre Dupeyrix. Paris: Éditions La Découverte, 2006.

HONNETH, Axel. **Luta por Reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

HORA DO POVO. **Los Angeles proíbe os que não podem pagar aluguel de dormir em seus carros**. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/los-angeles-proibe-os-que-nao-podem-pagar-aluguel-de-dormir-em-seus-carros/>. Acesso em: 10 de agosto de 2021.

IBGE. **Catálogos**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=32059&view=detalhes#:~:text=Em%20divis%C3%A3o%20territorial%20datada%20de%202001%2C%20o%20munic%C3%ADpio%20%C3%A9%20con>

stitu%C3%ADdo,%2C%20Mosqueiro%2C%20Outeiro%20e%20Sacramento. Acesso em: 20 de maio de 2022.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>. Acesso em: 2ago., 2019.

IBGE. **Pará**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/panorama>. Acesso em: 21 de maio de 2022

INVISIBLE PEOPLE. **What America Believes About Homelessness**. Disponível em: <http://invisiblepeople.tv/2020research/>. Acesso em 20 de março de 2021.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35811. Acesso em: 21 de maio de 2022.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **TD 2246 - Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28819. Acesso em: 2 ago., 2019.

IPEA. **Nota Técnica 2020 – junho – Número 73**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35812. Acesso em 22 de maio de 2022.

IPHAN. **Ver-o-Peso (PA)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/828>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

ITURRA, Raul. Trabalho de campo e observação participante em antropologia. In: SILVA, A.S.; PINTO, J.M. (Orgs). **Metodologia das Ciências Sociais**. 16 ed. Porto: Afrontamento, 1987.

JOTA INFO - Defensoria Pública da União. **Justiça decide que Censo de 2020 incluirá moradores em situação de rua**. Disponível em: https://www.jota.info/paywall?redirect_to=//www.jota.info/justica/justica-censo-moradores-rua-25012019. Acesso em: 2ago., 2019.

KLAUMANN, Alexandre da Rocha. **Moradores de rua - um enfoque histórico e socioassistencial da população em situação de rua no Brasil**: a realidade do Centro Pop de Rio do Sul/SC. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação, Diversidade e Rede de Proteção Social), Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, Ituporanga-SC, 2015. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Alexandre-da-Rocha-Klaumann.pdf>. Acesso em: 10 fev., 2019.

LEÃO, Bianca Conde. **TIPOLOGIA DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE SCHÜTZ E A ÉTICA DA ALTERIDADE: a experiência urbana do jornal “A verdade rua e crua”**. 2020. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia), Universidade Federal do Pará, 2020.

LEÃO, Guilherme Ricoy. **Os Garis na cidade de Belo Horizonte: uma questão de (in)visibilidade social?** 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5660525. Acesso em: 9 de junho de 2019.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago., 2004.

MENEGHETTI, Luana. **IBGE: Desemprego durante a pandemia foi maior que o estimado.** Veja, Brasil, 30 nov. 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/ibge-desemprego-durante-a-pandemia-foi-maior-que-o-estimado/>. Acesso em: 19 de maio de 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** (2018). N-1 edições. 2º edição. Impresso em São Paulo.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Nota pública sobre o dia nacional de luta da população em situação de rua.** Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/sdh/noticias/2017/agosto/nota-publica-sobre-o-dia-nacional-de-luta-da-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 21 de Maio de 2022

MINISTRY OF HEALTH LABOUR AND WELFARE. Disponível em: https://www.mhlw.go.jp/stf/newpage_12485.html. Acesso em 28 de setembro de 2021.

MITSCHER, Thomas Adalbert. A população em situação de rua em Belém do Pará e Ananindeua. Resultados de uma pesquisa social que convida os seus leitores para debater o futuro dos municípios amazônicos a partir da opção de fomentar a criação de uma moderna civilização da biomassa nos trópicos. **Tropico em Movimento.net**, v. 1, p. 1, 2017. Disponível em: https://issuu.com/tropicomovimento/docs/livro_a_popula_o_em_situa_o_d_8d2bebbf3b5f2e. Acesso em: 29 de julho de 2019.

NEXO JORNAL. **O que é arquitetura hostil? E quais suas implicações no Brasil.** Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/02/03/O-que-%C3%A9-arquitetura-hostil.-E-quais-suas-implica%C3%A7%C3%B5es-no-Brasil>. Acesso em 22 de setembro de 2021.

OLIVEIRA, Heloisa T. dos Santos Martins de; OLIVEIRA, Márcia Heloisa de. A população de rua e as relações capitalistas: Revista Seminário Integrado, Presidente Prudente (SP) Vol.1.2007.

ORWELL, George. **Na pior em Paris e Londres** /George Orwell; tradução Pedro Maia Soares; posfácio Sérgio Augusto – 2º ed. -São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Copyright 1933 by Eric Blair. Copyright do posfácio 2006 by Sérgio Augusto.

PATHWAYS HOUSING FIRST INSTITUTE. Disponível em: <https://www.pathwayshousingfirst.org/> Acesso em 23 de maio de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. **Bairros.** Disponível em:

http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/mapas/bairros/bairros_index.htm. Acesso em 20 de maio de 2022.

PIMENTEL, Dilson; OLIVEIRA, Caio. **Belém produz mil toneladas de lixo por dia e tem 100 pontos críticos de descarte ilegal**. O Liberal, Belém, 25 set 2021. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/belem-produz-mil-toneladas-de-lixo-por-dia-e-tem-100-pontos-criticos-de-descarte-ilegal-1.438270>. Acesso em 20 de maio de 2022.

PIMENTEL, Dilson. **Belém e Ananindeua acolhem quase 900 indígenas venezuelanos**. O Liberal, Belém, 24 out 2021. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/ha-600-venezuelanos-indigenas-no-municipio-de-belem-e-em-ananindeua-250-1.451416#:~:text=Atualmente%2C%20h%C3%A1%20cerca%20de%20600,250%20venezuelanos%20da%20etnia%20Warao>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

PINHEIRO, Gabriela M. **Gabriela M. Pereira**. Belém. Instagram: @gabi__ru. Disponível em: http://www.instagram.com/gabi__ru. Acesso em: 20 de abril de 2022.

SAYURI, Juliana. **Os indesejáveis**. UOL Olimpíadas 2020, 24 de jul. de 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/olimpiadas/reportagens-especiais/olimpiadas-empurram-populacao-de-rua-para-longe-de-areas-centrais-de-toquio/>. Acesso em 20 de maio de 2022.

SILVEIRA, Daniel. **Desemprego diante da pandemia bate recorde no Brasil em setembro, aponta IBGE**. G1, Rio de Janeiro, 23 out 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/23/no-de-desempregados-diante-da-pandemia-aumentou-em-34-milhoes-em-cinco-meses-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 19 de Maio de 2022.

RFI. **French homeless population doubled since 2012, set for new spike under Covid**. Disponível em: <https://www.rfi.fr/en/france/20201116-french-homeless-population-doubled-since-2012-set-for-new-spike-under-covid-crisis-poverty-economy-migrant-camps>. Acesso em 28 de setembro de 2021.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; LAGO, Luciana Corrêa do. O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte. **Cadernos Metrópole**, n. 4, p. 9-32, maio 2012. ISSN 2236-9996. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/9300>. Acesso em: 21 de agosto de 2017.

SENNETT, Richard. **Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2004.

SEVISA. **Uma breve análise das pessoas em situação de rua no município de Belém-PA, nos anos de 2015-2016**. Belém: SEVISA, 2016.

SILVA, Mayara de Oliveira. **Nas veredas da sobrevivência: Mulheres no setor informal na feira do Ver-o-Peso em Belém do Pará**. Universidade Federal do Pará, 2021.

SOARES, Luiz Eduardo; BILL, Mv.; ATHAYDE, Celso. **Cabeça de Porco**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SOMOS CIDADE. "Arquitetura hostil: quando as cidades não são para todos" 08 Jan 2022. ArchDaily Brasil. Acessado 30 Jul 2022. <<https://www.archdaily.com.br/br/973752/arquitetura-hostil-quando-as-cidades-nao-sao-para-todos>> ISSN 0719-8906. Acesso em: 20 de junho de 2022.

SOUZA, Filomena B. de.; RODRIGUES, Flávia P. **Invisibilidade Social**: pessoas em situação de rua atendidas no Centro Pop de Belém. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Universidade da Amazônia, Belém, 2016.

SANTOS, João Vitor. **Carto Maps**. Belém, 2020. Instagram: @cartomaps. Disponível em: <http://www.instagram.com/cartomaps>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

SUL 21. **Moradores de rua denunciam aumento da violência e higienização no governo Marchezan**. Brasil, 12 de abril de 2017. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2017/04/moradores-de-rua-denunciam-aumento-da-violencia-e-higienizacao-no-governo-marchezan/>. Acesso em: 20 maio, 2018.

STANDING, Guy. **O precariado. A nova classe perigosa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

THE GUARDIAN. **It's a miracle: Helsinkis radical solution to homelessness**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/cities/2019/jun/03/its-a-miracle-helsinkis-radical-solution-to-homelessness>. Acesso em 29 de setembro de 2021.

TOMÁS, Julia. **A invisibilidade social, uma construção teórica**. Universidade do Minho, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228333133_A_invisibilidade_social_uma_construcao_teorica. Acesso em: 24 jul., 2018.

TV BRASIL. **Conheça o Ver-o-Peso, maior feira céu aberto da América Latina**. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/agro-nacional/2022/03/conheca-o-ver-o-peso-maior-feira-ceu-aberto-da-america-latina>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

UOL. **Proporção de negros entre os moradores de rua é o dobro do que população de São Paulo**. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/proporcao-de-negros-entre-os-moradores-de-rua-e-o-dobro-do-que-na-populacao-de-sao-paulo/> Acesso em: 22 de maio de 2022.

VIAGEM E TURISMO. **Mercado de carnes Francisco Bolonha**. Disponível em: <https://viagemeturismo.abril.com.br/atracao/mercado-municipal-de-carnes-francisco-bolonha/>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

SINGER, Bryan. **X-Men: O Filme**. Produção de 20th Century Fox. Estados Unidos: 20th Century Fox, 2000. 1 DVD.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA - PPGSA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Estamos convidando o(a) sr(a) a participar da pesquisa intitulada “O DESVIO NO OLHAR: O FENÔMENO DA INVISIBILIDADE SOCIAL DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA NO ESPAÇO URBANO DE BELÉM”

Para que o(a) sr(a) decida participar ou não da pesquisa prestamos as seguintes informações:

1. O pesquisador responsável é Flávia Pingarilho Rodrigues.
2. O objetivo da pesquisa é investigar como se constitui o fenômeno da invisibilidade social das Pessoas em Situação de Rua de Belém na região do Ver-o-Peso, a partir de sua relação com os comerciantes da região.
3. Será realizada a aplicação de um questionário simples, mediante entrevista informal.
4. A presente pesquisa oferece riscos mínimos para o pesquisador e para o sujeito da pesquisa, uma vez que não haverá manipulação de materiais biológicos, entretanto pode causar algum desconforto emocional momentâneo quando você estiver respondendo à entrevista da pesquisa. Será garantido local reservado e liberdade para não compartilhar informações pessoais ou confidenciais e/ou responder questões constrangedoras, visando minimizar esse desconforto.
5. Ninguém é obrigado a participar da pesquisa, assim como qualquer pessoa poderá deixar o estudo no momento que quiser, pois não haverá prejuízo pessoal por esta causa.
6. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.
7. O participante poderá, também, em caso de dúvida sobre a pesquisa, entrar em contato com a pesquisadora Flávia Pingarilho Rodrigues.
8. A participação é sigilosa, isto significa que, somente os pesquisadores ficarão sabendo de sua participação. Os dados utilizados na pesquisa terão uso exclusivo neste trabalho, sem a identificação individual do participante.

Consentimento Livre e Esclarecido

DECLARO que eu discuti com o pesquisador sobre a minha decisão em participar nesse estudo, ficando claros para mim quais os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro, também, que minha participação é isenta de despesas. Declaro que concordo, voluntariamente, em participar deste estudo, sabendo que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no meu atendimento neste Serviço.

Belém, ____/____/____

Assinatura do participante/representante responsável RG: _____

Assinatura da testemunha

(para caso de sujeitos analfabetos, semianalfabetos ou com deficiência auditiva ou visual)

Assinatura do sujeito que colheu o TCLE

(somente para o responsável do projeto)

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste participante ou representante legal para participação neste estudo.

(Pesquisador responsável)

Flávia Pingarilho Rodrigues
Contatos: flaviap.rodrigues@yahoo.com.br
(91) 98819 5555

Belém, ____/____/____

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA 1

Roteiro de entrevista

Pessoas em Situação de Rua (presentes no Ver-o-Peso)

1. Identificação da Pessoa em Situação de Rua:

- Qual o seu nome completo?
- Se identifica com que gênero?
- Se identifica com que raça/cor?
- Se identifica com que orientação sexual?
- Quantos anos o(a) sr. (a) tem?
- O(a) sr. (a) vem de onde?
- O(a) senhor(a) acha que há mais homens ou mulheres, nas ruas da região do Ver-o-Peso? Por que acha isso?
- Tem alguma diferença da vida das mulheres nas ruas, do que a dos homens?

2. Cotidiano da Pessoa em Situação de Rua:

- O(a) sr. (a) tem algum trabalho?
- O(a) senhor(a) estudou? Até quando?
- Antes de estar nas ruas, o(a) senhor(a) chegou a estar em outro lugar? Qual lugar que o sr. já morou (bairro)? Na rua, em casa ou abrigo?
- Há quanto tempo está nas ruas?
- O(a) senhor(a) lembra como foi o início desse processo de ocupação da população de rua no Ver-o-Peso?
- O que levou o(a) sr. (a) a estar aqui nesta região?
- Quais outros lugares o sr. (a) sabe de pessoas nas ruas, além do Ver-o-Peso?
- Poderia falar sobre as pessoas de rua do Ver-o-Peso, e o que vem sendo feito para ajudar vocês no que precisam?
- A ajuda a vocês já aconteceu, está acontecendo ou acha que ainda falta acontecer?

3. Relação da Pessoa em Situação de Rua com os feirantes:

- Ocorre confusão entre os feirantes do Ver-o-Peso e vocês (População de Rua), que começou a aparecer nesta região? Foi sempre assim? Diminuiu ou aumentou?
- Como o(a) senhor(a) vê a convivência dos feirantes com vocês (População de Rua do Ver-o-Peso)?
- Como é o seu dia a dia no Ver-o-Peso, junto aos comerciantes?
- Há algum grupo de feirantes do Ver-o-Peso que ajuda vocês (População em Situação de Rua), com trabalho, comida ou proteção?

4. Conflitos entre Pessoas em Situação de Rua e Feirantes:

- Quando ocorre algum tipo de conflito, quem vem ajudar a resolver?

- Na sua opinião, que conhece esses centros de atendimento (CREAS, Centro Pop e etc.), esses conflitos dificultam no atendimento destes centros a vocês (População de Rua)?

5. Organizações que ajudam as Pessoas em Situação de Rua:

- Quem ajuda vocês (População em Situação de Rua) aqui no Ver-o-Peso?
- O(a) sr. (a) conhece algum lugar que atenda as pessoas que moram nas ruas?

Se sim,

Quais? Se não, já ouviu falar no Centro Pop de Belém São Brás, o CREAS e o Consultório

Na Rua, no bairro da campina, onde está o Ver-o-Peso?

- Na opinião do(a) senhor(a), a criação do Centro Pop, CREAS e Consultório

Na Rua

atende a necessidade dos que não estão nas ruas, ou dos que estão? Acha que a criação

desses centros foi influenciada pela chegada da População de Rua?

- Como o(a) senhor(a) vê a relação dessas pessoas que ajudam (as Pessoas em Situação de Rua) com vocês (População em Situação de Rua)? Qual dessas pessoas gostam mais, e por quê?

6. O que pensa a Pessoa em Situação de Rua) do seu futuro:

- O(a) sr. (a) gostaria de ter uma casa? Onde seria este lugar?
- Para finalizar, o que o(a) senhor(a) espera para o seu futuro? Que destino acha que o(a) aguarda?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA 2

Roteiro de entrevista **SOCIEDADE CIVIL (grupo solidário “Sopão Feliz”)**

1. Identificação da sociedade civil (representada pelo Grupo Solidário “Sopão Feliz”):

- Qual o seu nome completo?
- Se identifica com que gênero?
- Se identifica com que raça/cor?
- Se identifica com que orientação sexual?
- Quantos anos o(a) sr. (a) tem?
- O(a) sr. (a) vem de onde?
- O(a) senhor(a) acha que há mais homens ou mulheres nas ruas, na região do Ver-o-Peso? Por que acha isso?
- Acha que tem alguma diferença da vida das mulheres nas ruas, do que a dos homens?
- Poderia nos falar sobre o Grupo “Sopão Feliz”?
- Quais seus fundadores?
- Qual o propósito principal do grupo, e seu público-alvo?
- Antes de trabalhar neste grupo solidário, o(a) senhor(a) chegou a trabalhar em outro grupo similar?

2. Cotidiano da sociedade civil do grupo solidário “Sopão Feliz”:

- O(a) sr. (a) trabalha com o que?
- O(a) senhor(a) estudou? Até quando?
- Há quanto tempo está trabalhando neste grupo?
- O que levou o(a) sr. (a) trabalhar neste grupo?
- Como é trabalhar atendendo a População de Rua?

3. Relação da sociedade civil do grupo solidário “Sopão Feliz” com as Pessoas em Situação de Rua:

- Se souber, o(a) senhor(a) lembra como foi o início desse processo de ocupação da população de rua no Ver-o-Peso?
- Ocorre confusão entre vocês e a População de Rua, que começou a aparecer nesta região? Foi sempre assim? Diminuiu ou aumentou?
- Como o(a) senhor(a) vê a convivência da População de rua com vocês do grupo solidário?
- Como é o trabalho de vocês junto à População de Rua?
- Há algum grupo de pessoas em situação de rua do Ver-o-Peso, que você(s) ajuda(m) com trabalho, comida ou proteção?
- Quais outros lugares o(a) sr. (a) sabe de pessoas nas ruas, além do Ver-o-Peso?

- Poderia falar sobre as pessoas de rua do Ver-o-Peso, e o que vem sendo feito para ajudá-las, no que precisam?
4. Conflitos entre a Sociedade civil (Feirantes do Ver-o-Peso) e a População de rua:
- Durante o processo de ocupação da população de rua no Ver-o-Peso, você presenciou algum conflito entre a pessoas que estavam trabalhando na feira e essa população (de rua)?
 - Quando ocorre algum tipo de conflito, quem vem ajudar a resolver?
 - Na sua opinião, caso conheça algum centro de atendimento à População de Rua (CREAS, Centro Pop e etc.), esses conflitos dificultam no atendimento destes centros à População de Rua?
5. Organizações que ajudam as Pessoas em Situação de Rua:
- O(a) sr. (a) conhece algum lugar que atenda as pessoas que moram nas ruas?
- Se sim,
- Quais? Se não, já ouviu falar no Centro Pop de Belém São Brás, o CREAS e o Consultório
- Na Rua, no bairro da campina, onde está o Ver-o-Peso?
- Na opinião do(a) senhor(a), a criação do Centro Pop, CREAS e Consultório Na Rua
- atende a necessidade dos que não estão nas ruas, ou dos que estão? Acha que a criação
- desses centros foi influenciada pela chegada da População de Rua?
- Como o(a) senhor(a) vê a relação dessas pessoas que ajudam (as Pessoas em Situação de Rua) com vocês (sociedade civil)? Qual dessas pessoas gostam mais, e por quê?
6. O que pensam vocês do Sópão Feliz, da Pessoa em Situação de Rua no futuro:
- O(a) sr. (a) acredita que as pessoas que estão nas ruas, estão na rua por opção ou falta de oportunidade?
 - Acha que elas gostariam de ter uma casa?
 - Na sua opinião, como descreve uma pessoa em situação de rua?
 - Do que o(a) sr. (a) acha que a população de rua sobrevive?
 - A ajuda à População de Rua já aconteceu, está acontecendo ou acha que ainda falta acontecer?
 - Se ainda falta acontecer, o que acredita que pode ser feito para ajudá-la?
 - Para finalizar, o que o(a) senhor(a) espera para o futuro da População de Rua? Que destino acha que as aguarda?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA 3

Roteiro de entrevista **SOCIEDADE CIVIL (Feirantes da Feira do Ver-o-Peso)**

1. Identificação da sociedade civil (representada pelos feirantes da Feira do Ver-o-Peso):

- Qual o seu nome completo?
- Se identifica com que gênero?
- Se identifica com que raça/cor?
- Se identifica com que orientação sexual?
- Quantos anos o(a) sr. (a) tem?
- O(a) sr. (a) vem de onde?
- O(a) senhor(a) acha que há mais homens ou mulheres nas ruas, na região do Ver-o-Peso? Por que acha isso?
- Acha que tem alguma diferença da vida das mulheres nas ruas, do que a dos homens?
- Antes de trabalhar no Ver-o-Peso, o(a) senhor(a) chegou a trabalhar em outro lugar?

2. Cotidiano da sociedade civil da Feira do Ver-o-Peso:

- O(a) sr. (a) trabalha com o que?
- O(a) senhor(a) estudou? Até quando?
- Antes de estar trabalhando no Ver-o-Peso, o(a) senhor(a) chegou a trabalhar em outro lugar? Qual lugar que o sr. já trabalhou (bairro)?
- Há quanto tempo está trabalhando no Ver-o-Peso?
- O que levou o(a) sr. (a) trabalhar aqui (no Ver-o-Peso)?
- Como é trabalhar no Ver-o-Peso?
-
-

3. Relação da sociedade civil do Ver-o-Peso com as Pessoas em Situação de Rua:

- Se souber, o(a) senhor(a) lembra como foi o início desse processo de ocupação da população de rua no Ver-o-Peso?
- Ocorre confusão entre vocês e a População de Rua, que começou a aparecer nesta região? Foi sempre assim? Diminuiu ou aumentou?
- Como o(a) senhor(a) vê a convivência da População de rua com vocês (feirantes do Ver-o-Peso)?
- Como é o seu dia a dia no Ver-o-Peso, junto à População de Rua?
- Há algum grupo de pessoas em situação de rua, aqui do Ver-o-Peso, que você(s) ajuda(m), com trabalho, comida ou proteção?
- Quais outros lugares o sr. (a) sabe de pessoas nas ruas, além do Ver-o-Peso?

- Poderia falar sobre as pessoas de rua do Ver-o-Peso, e o que vem sendo feito para ajudá-los, no que precisam?

4. Conflitos entre a Sociedade civil (Feirantes do Ver-o-Peso) e a População de rua:

- Durante o processo de ocupação da população de rua no Ver-o-Peso, houve algum conflito entre a pessoas que estavam trabalhando na feira e essa população (de rua)?
- Quando ocorre algum tipo de conflito, quem vem ajudar a resolver?
- Na sua opinião, caso conheça algum centro de atendimento à População de Rua (CREAS, Centro Pop e etc.), esses conflitos dificultam no atendimento destes centros à População de Rua?

5. Organizações que ajudam as Pessoas em Situação de Rua:

- O(a) sr. (a) conhece algum lugar que atenda as pessoas que moram nas ruas?

Se sim,

Quais? Se não, já ouviu falar no Centro Pop de Belém São Brás, o CREAS e o Consultório

Na Rua, no bairro da campina, onde está o Ver-o-Peso?

- Na opinião do(a) senhor(a), a criação do Centro Pop, CREAS e Consultório

Na Rua

atende a necessidade dos que não estão nas ruas, ou dos que estão? Acha que a criação

desses centros foi influenciada pela chegada da População de Rua?

- Como o(a) senhor(a) vê a relação dessas pessoas que ajudam (as Pessoas em Situação de Rua) com vocês (sociedade civil)? Qual dessas pessoas gostam mais, e por quê?

6. O que pensa a sociedade civil (feirantes do Ver-o-Peso) da Pessoa em Situação de Rua no futuro:

- O(a) sr. (a) acredita que as pessoas que estão nas ruas, estão na rua por opção ou falta de oportunidade?
- Acha que elas gostariam de ter uma casa?
- Na sua opinião, como descreve uma pessoa em situação de rua?
- Do que o(a) sr. (a) acha que a população de rua sobrevive?
- A ajuda à População de Rua já aconteceu, está acontecendo ou acha que ainda falta acontecer?
- Se ainda falta acontecer, o que acredita que pode ser feito para ajudá-la?
- Para finalizar, o que o(a) senhor(a) espera para o futuro da População de Rua? Que destino acha que as aguarda?